UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ROGÉRIO BARRETO SANTANA

PERDIGÃO MALHEIRO E A COMPARAÇÃO HISTÓRICA NA CRISE DA
ESCRAVIDÃO NO BRASIL, 1863-1871.

SÃO PAULO
2014

ROGÉRIO BARRETO SANTANA

PERDIGÃO MALHEIRO E A COMPARAÇÃO HISTÓRICA NA CRISE DA
ESCRAVIDÃO NO BRASIL, 1863-1871.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, realizada sob orientação do Professor Dr. Rafael de Bivar Marquese.

SÃO PAULO
2014

SANTANA, Rogério Barreto. *Perdigão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão no Brasil, 1863-1871.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais

*Juarez José Santana
Noélia Braga Barreto Santana*

AGRADECIMENTOS

Em 2007, quando começava a trilhar os primeiros caminhos para a formação de historiador, tive contato com um professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Anderson Oliva, hoje na universidade de Brasília (UNB), que, na ocasião, formulou a seguinte frase, só agora compreendida em sua real dimensão e significado: *“esta é, muito provavelmente, a parte mais complexa e difícil da escrita da [dissertação]”*. Aos que nos assiste de longe, afirmar algo desse tipo pode soar como algo exagerado ou de efeitos retóricos, mas, para aqueles que acompanharam de perto toda a trajetória até aqui, espero que a citação ocupe certo sentido.

Os esquecimentos são imperdoáveis e reconheço que todo pedido de desculpas pode não amenizar o agravo causado. Entretanto, com a licença da justificativa, não devo ignorar o fato de que foram muitas as pessoas que fizeram parte desta laboriosa jornada, ainda que seja impossível recordá-las em sua totalidade. Aos “esquecidos”, saibam que não foi fácil. Mesmo sem saber do problema vivido, estiveram presentes nos melhores, piores e mais intensos momentos de escrita desta dissertação de mestrado. Muitos, nesse processo, foram lembrados e igualmente decisivos para meu crescimento pessoal e formação humana. Disso, jamais esquecerei.

Quero agradecer à Universidade de São Paulo (USP), espaço intelectual que acolheu este desconhecido “como se fosse um dos seus” por um curto, porém precioso tempo. Sua grandiosidade em todos os sentidos continua assustando. Aí, fiz disciplinas e fui positivamente surpreendido com as aulas de Patricio Tierno, Maria Ligia Coelho Prado e Alexandre de Freitas Barbosa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado que tornou possível, por dois anos, a execução desta pesquisa.

Ao meu orientador, Rafael de Bivar Marquese, faço um agradecimento especial pelo seu rigor, precisão e amizade quando ainda nem me conhecia. Sem dúvida nenhuma, por mais tortuoso e estimulante, o mestrado se constitui numa passagem de reflexões e de desenvolvimento para voos futuros. Levarei comigo sua seriedade e extrema competência no ofício. Descobri que esses são os verdadeiros segredos de quaisquer metodologias.

Aos professores João Paulo Garrido Pimenta e Ricardo Salles pelas valiosas sugestões ainda na banca de qualificação. Suas leituras cuidadosas e presteza em ajudar, indicando

bibliografia e respondendo e-mails, foram de suma importância para o bom andamento do trabalho.

Aos membros da banca de defesa, Angela Alonso e Fábio Duarte Joly, quero destacar o ganho teórico-metodológico deste texto com suas impagáveis observações e considerações. Obrigado pela aceitação do convite e pelas preciosas críticas.

Sobre o Fábio, hoje na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), particularmente teria muito a dizer e a agradecer. Foi meu orientador desde sempre na UFRB, viu meus “*primeiros tropeços*” e acertos. Confiou em mim quando nem eu mesmo sabia onde podia chegar e me ensinou como se deve agir e atuar um bom profissional dentro de uma universidade. Historiograficamente, dispensa comentários. Só posso dizer que continuarei perseverante e almejando bons augúrios nos estudos sobre escravidão, como me desejou um dia.

Ainda na UFRB, tive aulas e contato com professores fantásticos, que fizeram toda a diferença: Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico, ambos hoje na Universidade Federal Fluminense (UFF); André Luís Mota Itaparica; Antônio Liberac; Fabrício Lyrio Santos; Leandro Almeida; Lucileide Cardoso; Luiz Antônio Araujo; Marco Antônio Nunes da Silva; Nuno Gonçalves Pereira; Paulo César Oliveira de Jesus; Sérgio Guerra Filho; Tânia de Santana; Xavier Vatin; Camila Santiago; e Walter Fraga Filho. Aos dois últimos, posso afirmar que seus comentários no trabalho de conclusão do curso de Licenciatura plena em História foram de grande importância para a reformulação do projeto que me levaria posteriormente ao mestrado.

Aos colegas da “família” UFRB, também externalizo meus agradecimentos. Vocês não sabem o quanto me fizeram crescer enquanto indivíduo: Anny Damasceno; Bruno Silva; Camila Vieira; Daniel Lemos; Elton Vitor; Geysa Schitini; Gleysa Teixeira; Ivonildes; Jurandir Rita; Lucas Café; Wlamir Júnior; Natália; Raquel; Sérgio Mascarenhas; e Thiago Alberto.

Na USP, tive a sorte de conhecer pessoas que me apoiaram nos momentos iniciais, fazendo-me permanecer na universidade: Breno Servidone Moreno, Ariam Cury, Renata Diório e os irmãos Dioclézio e Diógenes Faustino, com quem partilhei apartamento, experiências e conhecimentos debatidos em noites a fio. Ainda no início, conheci a Fernanda Bretones Lane, com quem dividi disciplina e compartilhei boas conversas e cafés. Igualmente, não posso deixar de mencionar meus colegas do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LAB-MUNDI), que leram e teceram críticas à primeira versão deste trabalho. Especialmente, estendo meus agradecimentos a Alain Youssef, Waldomiro Silva

Júnior, Tâmis Parron e Marcelo Ferraro. Esse último, ensinou-me o valor de uma amizade no momento em que mais precisei de uma.

Aos amigos Maurício Quadros, Geferson Santana, John Macedo, Luciano (vulgo “gordin”) Hilas e Lucas (“Lucão”), palavras nunca descreverão os nossos encontros e o carinho que tenho por todos. Obrigado por suportarem as ausências quando, por várias vezes, sumi para me afogar em leituras ou escrever. Aproveito para lembrar outros não menos importantes: Marcelo Oliveira, Cadu, Mille Caroline Fernandes, Márcia Dórea, Jânio, Monique, Renata, Simone, Adriano, Arlene, Milza, Dalila, Paula, Ecório, Ulisses, Fabão, Tarcísio Hilário e Marcos Teixeira.

À família, de sangue e de afinidade, pela condição de espectadora vibrante e de apoio necessário nas várias etapas desta pesquisa. D. Vânia, Neta, Vanessa, “Mana”, Pedro, Júnior, Tatielle, Túlio, Simaia, Suzana, Gilvana, tias Ana, Vane e Cidália, por quantas e quantas vezes não fui questionado: “*e o mestrado*”? “*Acabou*”? Por quantas e quantas vezes hesitei em responder a essas perguntas, demasiadamente complicadas. Acho que agora o posso: sim, terminei! E como diria um tio meu: “*um grande abraço*”!

À Mariana Lyra, pelo sentimento por mim. Sua amizade, companheirismo, respeito, carinho, ternura e amor foram indispensáveis. Sua dedicação e paciência, ao mesmo tempo, não me parecem ter sido reais. É golpe baixo escrever sobre ou para você. Em poucas palavras, contudo, posso dizer que me colocou no colo, acreditou e me deu forças quando nem eu mais achava que as possuíam ou era capaz. Isso é indescritível. Obrigado por estar ao meu lado sempre que precisei e por vibrar, como ninguém, pela conclusão deste trabalho. Não esteve comigo no início, na busca do objeto, das fontes e da definição do tema de pesquisa, mas quero que esteja comigo por toda a vida. Minha menina, Perdigão Malheiro não me tirou de você.

Por fim, o mais difícil. É quando os olhos se enchem de lágrimas. Como agradecer aos meus pais, Juarez e Noélia, por toda a educação e apoio incondicional que me dispensaram? Ou aos meus irmãos, Sidnei e Leonardo, pelos vínculos que perpassam gerações? Leo, você é bem mais que um irmão. Em muitos momentos se constituiu como fonte de inspiração, segurança, estima e admiração. Obrigado por existirem e tornarem minha vida mais leve e cheia de sentido.

RESUMO

Esta dissertação examina a prática da comparação histórica no Império do Brasil entre 1863 e 1871. O corpus documental compreende os discursos políticos emitidos por Perdigão Malheiro dentro e fora do Instituto dos Advogados do Brasil, seja representando a “voz” autorizada dos bacharéis, seja na forma de falas parlamentares, quando atuou como deputado pela Província de Minas Gerais. Seu livro *A escravidão no Brasil* igualmente assinala importante frente discursiva, na medida em que representou uma fonte de crítica à escravidão no país e balizou interpretações acerca do encaminhamento do problema da instituição secular. Os textos foram interpretados por meio não apenas da análise do discurso, mas também da História Política e do Contextualismo Linguístico, para quem as ideias de determinado pensador devem ser analisadas tendo em vista seu contexto social de produção e o conjunto de ideias e conceitos – anteriores e contemporâneos a ele – com os quais dialogou. Utilizam-se, ainda, os conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, por acreditar-se que ambos compõem ferramentas relevantes para a compreensão dos sujeitos históricos na sincronia e diacronia e contribuem para uma abordagem comparada que apreende o significado histórico das projeções pensadas por aqueles atores dentro do seu contexto social e do conhecimento adquirido por eles em vistas das experiências de outros povos.

Palavras-chave: Perdigão Malheiro. Escravidão. Emancipação. Comparação histórica. Império do Brasil.

ABSTRACT

This thesis examines the practice of historical comparison in the Brazilian Empire between 1863 and 1871. The sources include political speeches by Perdigão Malheiro given within and outside of the Instituto dos Advogados do Brasil (Brazilian Lawyer’s Institute), whether as the “voice” of the students, or as parliamentary speeches from the time when he acted as congressman for the province of Minas Gerais. His book *A escravidão no Brasil* (“Slavery in Brazil”) also points to an important discursive resource, inasmuch it represented a source of criticism of slavery in the country, and guided interpretations regarding how to conduct the institution. The documents have been interpreted not only through the analysis of the speech, but also through the prism of Political History and Linguistic Contextualism, by which an author’s ideas ought to be analyzed alongside the social context where such speeches were produced and the ideas and concepts he/she was in dialogue with. This thesis also employs Koselleck’s concepts of *space of experience* and *horizon of expectation* considering that both are useful tools to understanding the synchrony and diachronic facets of historical subjects. These concepts also contribute to a comparative perspective that captures the historical significance of the projections designed by those actors within their social context and of the knowledge acquired by them in view of the experiences of other people.

Keywords: Perdigão Malheiro; Slavery; Emancipation; Historical Comparison; Brazilian Empire.

E-mail: rogeriobsantana@hotmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 1 DEBATENDO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE EM UM CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO: O PRESIDENTE DO IAB E A REFORMA DA ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL AMERICANA E DA QUESTÃO CHRISTIE.....	27
1.1. Um bacharel transitando em diferentes espaços: “educação”, “ocupação” e “treinamento”.....	29
1.2. Perdigão Malheiro: referências intelectuais e as origens do seu pensamento antiescravista.....	32
1.3. A presidência do IAB e o problema da escravidão.....	43
1.4. “A legitimidade da propriedade constituída sobre o escravo”.....	54
1.5. “A natureza de tal propriedade”.....	58
1.6. “A justiça e conveniência da abolição da escravidão; em que termos”.....	61
 2 CAMINHOS PARA A ESCRAVIDÃO COMPARADA: ANTIGOS E MODERNOS EM PERDIGÃO MALHEIRO.....	69
2.1. Perdigão Malheiro: a comparação histórica e a comprovação do argumento.....	72
2.2. A análise dos sistemas escravistas americanos.....	83
2.3. Os sistemas escravistas antigos e modernos.....	98
 3 UM PARLAMENTAR NA CONTRAMÃO DO VENTRE LIVRE: UMA RELEITURA DO MODELO ROMANO DE MANUMISSÃO.....	107
3.1. A historiografia e o voto de 1871.....	109
3.2. A leitura dos contemporâneos.....	114

3.3. Apresentando o voto e legitimando um argumento.....	123
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
----------------------------------	------------

FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	144
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

No Brasil, como em algumas colônias latino-americanas, as décadas de 1870 e 1880 expressaram um período de reforma e de resistência contra a escravidão.¹ Nos primeiros anos da década de 1860, uma questão passou a ocupar de modo mais contundente a atenção de intelectuais e políticos do Império: a emancipação dos escravos. Qual seria a melhor proposta de aperfeiçoamento do trabalho servil? A emancipação imediata ou gradual? Com ou sem indenização? Afinal, deveria prevalecer o direito de propriedade ou o de liberdade? Eram perguntas com múltiplas respostas.

Durante toda a década de 1860, desenvolveram-se frentes de lutas nos campos político e ideológicos significativas no país, as quais culminariam em 1871 com a aprovação da legislação que libertava os filhos recém-nascidos das escravas. Essa mudança da política e de pensamento foi o resultado do reconhecimento por parte de muitos brasileiros, incluindo aí algumas das mais elevadas autoridades, de que a escravidão era uma instituição desacreditada no mundo ocidental e passível de sofrer modificações importantes caso ainda continuasse existindo. A abolição imediata, acreditava-se, era impossível nas circunstâncias brasileiras, porém seria igualmente insustentável manter o silêncio sobre um assunto que preocupava largamente o mundo fora do Império.²

Uma série de acontecimentos se conectou ao conjunto de transformações políticas da época: a libertação dos escravos nos impérios português, francês e dinamarquês, a dos servos russos em 1861 e a Guerra Civil nos Estados Unidos³ deram à questão do escravismo do Brasil uma urgência não verificada desde o final da luta, em 1851, para acabar com o tráfico africano de escravos.⁴ No entanto, foi apenas o resultado do conflito militar na América do Norte que enfraqueceu grandemente o sistema escravista brasileiro, uma vez que a

¹ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: a era da reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 705-760.

² Sintetizo, neste parágrafo, as ideias de: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978, p.88-92.

³ Sobre a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), vale lembrar o mais recente trabalho de: OAKES, James. *Freedom National: The Destruction of Slavery in the United States, 1861-1865*. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

⁴ A respeito do fim do tráfico de escravos e das relações entre Brasil e Inglaterra no período entre 1807 e 1869, ver: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976. Outros pesquisadores que também se debruçaram sobre o tema foram: CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005; MAMIGONIAN, Beatriz. *A Grã-Bretanha, o Brasil e as “complicações no estado atual da nossa população”*: revisitando a abolição do tráfico atlântico de escravos (1848-1851). Curitiba, Quarto Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

sobrevivência da instituição nos Estados Unidos, até então, proporcionava aos defensores da escravidão no Brasil um de seus mais fortes argumentos.⁵ Em 1865, apenas a Espanha, com suas colônias de Cuba e de Porto Rico, acompanhava o Brasil como uma importante nação escravista e esse era o último dos países independentes das Américas a carregar o “estigma colonial” da escravidão. Se quisesse conservar sua reputação, construída durante anos de paz e desenvolvimento sob a liderança de um soberano moderado, o Brasil teria de tomar medidas importantes para sua eliminação.

Em setembro de 1863, quando Dom Pedro II já tivera alguns meses para ponderar sobre os significados do Caso Christie⁶ e do pronunciamento do presidente Abraham Lincoln sobre a Proclamação da Emancipação da escravidão nos Estados Unidos,⁷ um destacado advogado, com relações íntimas com a Coroa, propôs publicamente a solução para o elemento servil, a qual não tardaria a ser adotada pelo governo. “A emancipação do ventre”, escreveu Perdigão Malheiro, era a melhor solução para o problema da escravidão no país. A nova geração seria livre, afirmou ele numa reunião no Instituto dos Advogados do Brasil, enquanto os escravos existentes continuariam servindo a seus senhores até que a morte e as manumissões regulares extinguissem o cativo da sociedade brasileira. Dificilmente uma voz mais autorizada poderia ser escutada sobre uma questão legal no país e aqueles mais informados devem ter

⁵ O assunto foi discutido no capítulo IV do livro de: PARRON, Tâmis. “*A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. Em texto recente, outro historiador se aprofundou sobre o tema, sobretudo na primeira parte do seu artigo, quando considerou que o conflito do Norte conformou o quadro da crise da escravidão brasileira: MARQUESE, Rafael de Bivar. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. Paper apresentado à Conferência Internacional *American Civil Wars: The Crisis of the 1860s in the US, Latin America, and Europe*. Universidade da Carolina do Sul, março de 2014, p. 1-31. O impacto da Guerra Civil no Brasil também foi examinado em: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117. Quanto às discussões nos jornais cariocas envolvendo o conflito americano e a opinião pública, ler: BARBOSA, Silvana Mota. *A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)*. In: CARVALHO, J. M. de. & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁶ Sobre a Questão Christie, ler síntese realizada por um historiador inglês: GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: A questão christie. *Revista de história*, v. 24, n. 49, p. 117-38, 1962. O mesmo autor escreveu: *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Ver também: CONRAD. Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁷ A declaração de emancipação da escravidão nos Estados Unidos foi comentada por: BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo: Uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006, pp. 298-299. O capítulo X da obra de James Oakes também tratou de modo detalhado a questão. Ver: “The Emancipation Proclamation” em: OAKES, James. *Freedom National: The Destruction of Slavery in the United States, 1861-1865*. New York: W.W. Norton & Company, 2013, p. 340-392.

suspeitado de que Perdigão Malheiro emitiu a declaração com a aprovação tácita do monarca.⁸

As palavras do presidente do Instituto dos Advogados, como constatou Eduardo Spiller Pena, “*não foram somente um acerto de contas contra posições jurídicas, morais e filosóficas que legitimavam a escravidão; não foram elaboradas apenas para suscitar uma discussão interna numa associação de ilustres jurisconsultos*”. O projeto reformista do IAB, segundo ele, “*veio preencher e guiar o espaço público para um caminho previamente orientado pelo próprio governo imperial para o fim da escravidão no país*”. Caminho esse, sugeria o historiador, “*bem diferente dos distúrbios e revoltas promovidos pelos escravos e libertos e em direção oposta às exigências dos abolicionistas britânicos de uma libertação em massa e imediata*”, proposta que, aliás, também seria aventada pelos abolicionistas brasileiros mais radicais das décadas de 1870 e 1880.⁹

Agostinho Marques Perdigão Malheiro nasceu na cidade de Campanha, sul da província de Minas Gerais, em 1824, falecendo no Rio de Janeiro, em 1881. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Presidente Honorário do Instituto dos Advogados do Brasil, Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional, curador de africanos livres, entre outras funções. Originou-se de berço escravista, fruto dos laços matrimoniais de um “juiz de fora” com uma filha de uma família de proprietários de Campanha, mantendo, assim, fortes laços com grupos ligados ao partido conservador, sobretudo a partir de 1869, quando atuou pela primeira vez como deputado pela província de Minas Gerais.¹⁰

Acompanhar de perto o contexto, as ideias e a trajetória de Perdigão Malheiro, bem como identificar e perceber a importância dos diversos ambientes por onde ele circulou e quais as influências de tais espaços em diferentes momentos da sua vida, pode se configurar como um elemento importante de compreensão da conjuntura política pela qual o país passava no cenário da crise da escravidão e do Império. Entretanto, uma razão, em específico, faz desse personagem uma figura emblemática: Perdigão Malheiro retomou, em seus argumentos emancipacionistas do início da década de 1860, a experiência de povos Antigos e Modernos

⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978, p. 88-92.

⁹ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 286. Para uma distinção entre emancipacionismo e abolicionismo ler, especialmente, os capítulos 14, 15 e 16 da obra de BARROS, José D'Assunção. *A Construção Social da Cor*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. Ver também: TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975; e CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

¹⁰ Resumo, neste parágrafo, as palavras de Henrique Gileno sobre a biografia de Perdigão Malheiro. GILENO, Carlos Henrique. *Perdigão Malheiro e as Crises do Sistema Escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003, p. 7.

para entender a escravidão em seu próprio tempo e melhor justificar a necessidade do seu fim. Tal pensamento não só permitiu uma reflexão sobre as apropriações e ressignificações do passado e da história para explicar ações sobre o presente, como também serviu de estratégia, típica da época, para a criação de discursos legitimadores ou contrários à escravidão. Além do mais, sendo Perdigão Malheiro, em 1863, o presidente do IAB, a sua atuação nesse recinto ganharia notória visibilidade e alcance públicos, ecoando, futuramente, na sua produção intelectual e nas suas ações políticas, que anunciariam, naquele contexto, não só a necessidade de um encaminhamento para o problema do elemento servil no país, como, também, inaugurariam certos cânones de interpretação para a história comparada da escravidão, com desdobramentos posteriores na historiografia brasileira do século XX.

*

O primeiro grande ensaio publicado sobre o tema da escravidão no Brasil, com repercussões nas historiografias brasileira¹¹ e norte-americana,¹² foi escrito por Gilberto Freyre, em 1933. Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre operou uma valorização do cruzamento das “raças”, destacando a contribuição dessas para a grandeza do país. Nessa obra, Freyre se distanciou do pensamento racista que dominava o cenário intelectual da virada do século XIX para o XX, sobretudo quando afirmou que o que envenenou a herança brasileira não foi o negro nem a miscigenação, mas a escravatura. *Casa Grande e Senzala* consagrou, na historiografia sobre a escravidão, a ideia da convivência harmoniosa entre brancos e homens de cor, servindo de base para uma das construções ideológicas mais ressonantes da nossa história: a da existência de uma democracia racial no Brasil. Freyre, embora não tenha deixado totalmente de retratar a violência da escravidão, construiu a sua visão da instituição como uma relação patriarcal entre os senhores e seus escravos, dando pouca ênfase na existência de conflitos. Como consequência, surgiram na historiografia brasileira duas imagens que ficariam marcadas na memória coletiva dos brasileiros: o senhor bondoso e o escravo dócil e submisso.¹³

¹¹ Para um estudo da recepção das ideias de Freyre na historiografia brasileira, consultar: ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. *Guerra e Paz – Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

¹² Sobre estudos que tratam da recepção das ideias de Freyre nos Estados Unidos, importantes contribuições foram legadas por: TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen*, Nova York, 1947; ELKINS, Stanley. *A Problem in American Institutional and Intellectual Life*, Chicago, University of Chicago Press, 1959.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

No Brasil, as críticas à concepção patriarcalista e, por extensão, paternalista das relações escravistas apareceriam nas décadas de 1950, com os estudos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, e 1960, com os estudos de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.¹⁴ Ainda nesse contexto, mas se diferenciando pela abordagem mais crítica das fontes e pela forma de narrativa do processo histórico, está o livro de Emília Viotti da Costa¹⁵ que, assim como as obras dos autores citados, diverge largamente das teses avançadas por Freyre. Ressaltando a violência do sistema escravista, os “revisionistas” passaram a criticar o argumento predominante na obra de Freyre de que as relações entre senhores e escravos eram brandas, patriarcais e benevolentes. Também se preocuparam com a repercussão do escravismo no desenvolvimento da economia brasileira, demonstrando que a escravidão era a pedra basilar no processo de acumulação do capital, baseada no mercado e no lucro.

As décadas de 1960 e 1970 se mostraram muito férteis no que diz respeito à elaboração de estudos que tiveram por foco o problema da escravidão no Império do Brasil.¹⁶ Nessa linha de investigação, os livros de Emília Viotti da Costa, Richard Graham, Robert Conrad e Robert Brent Toplin se destacaram como exemplos de trabalhos que visaram elucidar questões gerais relativas a tal tipo de abordagem.¹⁷

Segundo Viotti da Costa, para compreender o problema da escravidão no século XIX, dentro de uma concepção dialética do processo de transição do trabalho escravo ao livre, é preciso se ter em mente a herança colonial e as vinculações entre sistema colonial e escravidão. Ao propor o estudo da escravidão na região cafeeira, a pesquisadora analisou o papel econômico desempenhado pelo trabalho escravo naquela área; buscou conhecer as condições de vida do escravo e as transformações ocorridas nesse período e, finalmente, acompanhou a evolução da opinião pública em face de um sistema que se desarticulava, procurando estabelecer as conexões entre esses diversos planos da realidade. De maneira abrangente, a historiadora chamou a atenção para o fato de que a abolição apareceu como

¹⁴ FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958; IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

¹⁶ O assunto também foi discutido por: BEIGUELMAN, Paula. “O Encaminhamento Político do problema da escravidão no Império”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 3º vol., Rio Janeiro: Bertrand Brasil, Difel, 1987.

¹⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998; GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978; TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

resultado de um processo de longa duração que envolveu mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea.¹⁸

Richard Graham, por sua vez, tentou dar conta de três problemas caros à história brasileira no século XIX: primeiro, a estrutura de classe de uma economia baseada na escravidão; segundo, as transformações que acabaram com a escravidão sem destruir os fundamentos daquela estrutura de classe; e terceiro, a dependência do Brasil dentro do quadro econômico internacional. Graham se aproxima de Emília Viotti da Costa quando trata das causas da abolição da escravatura no Brasil e do papel da urbanização no processo de esfacelamento do sistema escravista. Nesse sentido, apontou que duas mudanças fundamentais na vida econômica e social brasileira ajudaram a montar esse quadro: uma consistiu na ascensão das exportações de café e na expansão das novas regiões cafeeiras; e a outra, no crescimento e importância das cidades. Embora confira importante papel às ações de abolicionistas como Joaquim Nabuco e André Rebouças, sobretudo quanto à questão da reforma agrária, o autor concluiu alertando que a causa imediata mais importante da abolição foi a fuga dos escravos das fazendas de café de São Paulo e do Rio de Janeiro.¹⁹

Em *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Robert Conrad realizou uma narrativa dos acontecimentos que levaram ao desaparecimento do sistema escravista no país e uma análise das forças sócio-políticas, econômicas e abolicionistas envolvidas no processo. Em estudo que abrangeu o período de 1850 a 1888, o historiador revelou que o processo político parlamentar e institucional, aliado a certos desenvolvimentos econômicos e demográficos, agiram fortemente contra a sobrevivência da escravidão brasileira. O livro foi dividido em duas partes. A primeira lidou com o período decorrente entre a supressão do comércio de escravos da África, em meados do século, e o início do movimento abolicionista, trinta anos mais tarde. Contém, ainda, um exame do comércio interprovincial de escravos e seus efeitos sobre o equilíbrio da escravidão na nação como um todo, bem como uma análise do debate sobre a libertação dos recém-nascidos e as consequências dessa reforma vital. A segunda parte tratou do fenômeno do abolicionismo nas diversas regiões do país e das ações dos próprios cativos, que ajudariam a extinguir a instituição.²⁰

Dialogando com o trato historiográfico que Emília Viotti da Costa, Richard Graham e Robert Conrad deram ao tema da escravidão, Robert Toplin escreveu, em 1975, *The abolition*

¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

¹⁹ GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. 9/72, respectivamente.

²⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

of slavery in Brazil.²¹ A obra apresentou três eixos centrais: o surgimento do abolicionismo; o confronto entre abolicionistas e escravistas quanto à questão da escravidão; e as relações entre a abolição e o contexto nacional de crise e colapso do sistema escravista. Nessa análise, Toplin deixou claro que um estudo da abolição devia considerar as diversas partes envolvidas no processo, não podendo se limitar às investigações acerca das atividades abolicionistas. Admitiu, ainda, que escravocratas, abolicionistas e os próprios escravos exerceram importantes papéis no período de declínio do sistema escravista no Brasil. Também comparou os sistemas escravistas brasileiro e norte-americano: a escravidão foi, por aqui, tão violenta quanto no sul dos Estados Unidos, ao contrário do que muitos historiadores afirmaram em análises anteriores.²²

Avançando em relação à “escola sociológica paulista”, sobretudo no que diz respeito à forma como trataram o objeto e as fontes históricas, tais abordagens colocaram o problema da escravidão no Império do Brasil de forma abrangente, considerando as diferentes esferas sociais, políticas, econômicas e ideológicas para o fim da escravidão no país. Embora tenham guardado especial esforço para a compreensão de como se deu a transição do trabalho escravo ao livre, essas pesquisas contribuíram de maneira significativa pela apresentação de grandes sínteses explicativas da realidade brasileira. Apesar das distinções entre cada uma dessas abordagens, é possível, a partir delas, afirmar que o processo de abolição não pode ser estudado sem se ter em mente o conjunto de fatores que possibilitaram o seu desenrolar. O que, em outras palavras, implica pensar em “estrutura, agência humana e transformação”.²³

Transitando em outra perspectiva de análise, *Ser escravo no Brasil*, de Kátia Mattoso, publicado originalmente em francês, em 1979, provocaria debate considerável na historiografia brasileira sobre a escravidão. Discutindo com os chamados “revisionistas” e, particularmente, contrapondo-se à tese da coisificação do escravo, a historiadora tratou o problema da escravidão a partir do ponto de vista do sujeito escravizado, focando-se nos processos social e mental e buscando uma análise estrutural da escravidão no Brasil que fosse capaz de desvendar, simultaneamente, as estratégias de dominação, poder e resistência entre senhores e escravos. A mudança propiciada por esse livro acabou por promover o surgimento

²¹ TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

²² Eugene Genovese, em certa medida, contribuiu bastante com o estudo de Toplin, especialmente quanto ao método e a comparação que ele teceu entre o Brasil e os estados do sul dos Estados Unidos. GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida - o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Nesse estudo, Genovese colocou o escravo como sujeito histórico ativo na construção do seu devir. Tal abordagem influenciaria não só a obra de Toplin, como também boa parte da historiografia da época.

²³ Ver como William Sewell enquadrava o problema da estrutura, agência e transformação, em: SEWELL JR, William H. *A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation*. The American Journal of Sociology, Vol. 98, No. 1 (Jul., 1992), pp. 1-29.

de vários trabalhos, os quais se direcionaram a objetos até então relegados a um segundo plano e que versavam sobre o cotidiano das relações entre senhores e escravos, enfatizando o processo de negociação contido nessas relações.²⁴

Mas, por uma questão de enfoque e de método, a abordagem de Kátia Mattoso pouco destacou o quadro jurídico para a compreensão do tema da escravidão. A importância do assunto seria ressaltada, primeiramente, por Sidney Chalhoub, proposta que encontrou largo desenvolvimento nos trabalhos de Eduardo Spiller Pena e Joseli Mendonça que, ao analisarem, respectivamente, os debates parlamentares sobre a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), examinaram o direito positivo como, ao mesmo tempo, definidor e consequência das relações sociais entre escravos, libertos e senhores. Esse recente campo da historiografia brasileira foi bastante influenciado pelos estudos de Edward P. Thompson, especialmente quando esse tratou do conceito de experiência de classe e do entendimento do campo jurídico como lugar no qual os diferentes sujeitos históricos expressaram seus interesses conflitantes.²⁵

Mais recentemente, outro tipo de abordagem que pode ser observada no movimento de renovação da historiografia sobre a escravidão brasileira merece ser destacado. Em *A política da escravidão no Império do Brasil*, Tâmis Peixoto Parron contribuiu sobremaneira para melhor entendimento das relações entre escravidão e política no Brasil Império. Focando as defesas do tráfico negreiro e da escravidão entre 1826 e 1865, articulou de forma diacrônica enunciação parlamentar, formação partidária, dinâmica social, ritmos do tráfico negreiro, transformações institucionais do aparelho de Estado e ações escravas. As perspectivas abertas

²⁴ MATTOSO, Kátia de Queirós de. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003. Constituem exemplos dessa nova abordagem, embora com enfoques específicos e se distanciando em alguns pontos, os estudos de CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. Para um estudo crítico da obra e do tipo de abordagem adotada por Kátia Mattoso, ver: GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁵ Sobre o destaque conferido ao enquadramento jurídico para compreensão do tema da escravidão, ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1999; LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Fundación Histórica Tavera: Madri, 2000; PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001. A perspectiva teórica tratada por esses autores pode ser vista em: THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Além desses autores, é importante lembrar, também, os trabalhos de Keila Grinberg, que, por tratarem da primeira metade do século XIX, não serão aqui discutidos. GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

por esse trabalho trouxeram ganhos consideráveis para os resultados obtidos por pesquisas anteriores que trataram das interfaces entre política e escravidão no Império do Brasil.²⁶ Parron identificou, em sua investigação, o peso ideológico e político de um argumento pró-escravista por ele denominado de “paternalismo liberal”: obtendo a alforria pelo paternalismo senhorial, diziam os defensores da escravidão no Brasil oitocentista, o escravo nascido no Brasil poderia adquirir os direitos constitucionalmente garantidos de cidadão em razão da tessitura liberal do Estado imperial. Tal constructo ideológico, de modo amplo, caracterizou não só a peculiaridade do argumento pró-escravista brasileiro entre as demais sociedades escravistas modernas, como também revelou a aproximação entre Brasil e Roma quanto à utilização positiva do exemplo romano de manumissão e cidadania, no que diz respeito à fundação de uma ordem escravista.²⁷

Embora Tâmis Parron tenha analisado a política da escravidão em período anterior à crise da instituição escravista, cujas discussões se distanciam do nosso foco, seu conceito de “paternalismo liberal” chama a atenção por apontar a necessidade de pesquisas que tragam uma compreensão mais integrada da escravidão em Roma e no Brasil. Nessa linha, uma importante análise de história comparada é feita por Fábio Joly e Rafael Marquese: *Tráfico de escravos, manumissão e cidadania em Roma antiga e Brasil - uma perspectiva comparada*. Apesar do inegável pioneirismo dos estudos anglo-saxões nesse campo, os historiadores alegaram, em seu exame, o fato de que as sociedades de Roma e Brasil seguiram caminhos similares, apesar de inseridas em contextos históricos, políticos e ideológicos muito distantes. O argumento de Joly e Marquese é trabalhado no sentido de mostrar, entre outras coisas, que a manumissão e a cidadania devem ser vistas como elementos estruturantes do sistema escravista. Assim, para os dois pesquisadores, houve espécie de incorporação segregada dos escravos ao corpo de cidadãos tanto no caso romano quanto no brasileiro, o que, pelo contrário, não aconteceu nas experiências britânica e norte-americana, com seu quadro de segregação racial e de negação da cidadania aos ex-escravos e homens de cor. Em síntese, na opinião de ambos, há, progressivamente, uma necessidade de substituição dos EUA pelo

²⁶ Dentre os quais se destacam: BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 1ª Ed., 1967. São Paulo: Pioneira, 1976; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 1ª Ed., 1986. São Paulo: Hucitec, 2004; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

²⁷ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, pp. 71, 154, 291, 320, 338, 343 e 344. Sobre escravidão, manumissão e cidadania na Roma Antiga, ler: JOLY, Fábio Duarte. *Liberdade Opus Est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C.)*. Tese de doutoramento: USP, 2006.

Brasil como um modelo alternativo para as comparações com a escravidão romana, perspectiva a qual pode enriquecer os estudos comparativos sobre os sistemas escravistas antigos e modernos.²⁸ Visto que, geralmente, os estudos sobre escravidão comparada centram-se no Sul dos EUA e Roma, a perspectiva proposta por Joly e Marquese sugere os ganhos de se colocar Brasil e Roma em destaque.²⁹ É esta seara que se pretende explorar, a partir da prática da comparação presente nos textos de Perdigão Malheiro.

*

A obra desse letrado imperial foi, segundo alguns, utilizada mais como fonte para se ilustrar a escravidão no país do que estudada e contextualizada pormenorizadamente. Os elogios também não foram poucos, sendo eles direcionados basicamente ao ensaio *A escravidão no Brasil*.³⁰

Seja como for, o pensamento político e intelectual de Perdigão Malheiro tem recebido, nos últimos tempos, interesse renovado. Carlos Henrique Gileno apresentou, em 2003, sua tese de doutoramento.³¹ Embora não aborde especificamente o tema da antiguidade, o trabalho de Gileno tem se tornado referência importante no campo da história intelectual. Cinco anos antes, Eduardo Spiller Pena escreveu *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*,³² tratando de Perdigão Malheiro e toda uma tradição de jurisconsultos que com ele dialogou no período de formatação da Lei do “Ventre Livre”.

Dividida em três capítulos, a tese de Henrique Gileno tem por objetivo analisar as ideias de Perdigão Malheiro a partir de uma relação com o tema da modernização da sociedade brasileira, no último quartel do século XIX. O assunto foi examinado de acordo com a sugestiva categoria mannheimiana de *situação herdada*, valendo-se de um diagnóstico que

²⁸ MARQUESE and JOLY. *Slave Trade, Manumission and Citizenship in ancient Rome and Brazil: a comparative perspective*. In: Stephen Hodkinson, Marc Kleijwegt, and Kostas Vlassopoulos (ed.) *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

²⁹ Sobre o assunto, ver também: SCHEIDEL, W. *Human mobility in Roman Italy, II: The slave population*. *Journal of Roman Studies*, 95, 2005, p. 64-79.

³⁰ Aqui, menciono uma das passagens do livro *Pajens da Casa Imperial* de Eduardo Spiller Pena, onde o seu autor teceu duras críticas à chamada “escola de São Paulo” no que diz respeito à apropriação por ela realizada do trabalho de Perdigão Malheiro. No mesmo texto, Pena também questionou os elogios, muitas vezes, exacerbados, relacionados à obra *A escravidão no Brasil*, como foi aquele feito por José Murilo de Carvalho em um dos seus livros que discutiu as relações entre política e escravidão. Ver: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, pp. 264-265.

³¹ GILENO, Carlos Henrique. *Perdigão Malheiro e as Crises do Sistema Escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003. Em 2013, sua tese foi também publicada em livro: GILENO, Carlos Henrique. *Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império*. São Paulo: Annablume, 2013.

³² PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

buscou inserir Perdigão Malheiro no *contexto concreto* em que seu pensamento se desdobrou, tendo em vista as interpretações hegemônicas de um determinado contexto histórico-social. Isto é, ao apreciar as conexões que Perdigão Malheiro estabeleceu com a sociedade de sua época, Henrique Gileno procurou, em sua tese, comprovar o argumento de que as ideias pertencem a um lugar específico, de onde não podem ser retiradas.³³

O estudo propiciado por Henrique Gileno apresenta caminhos oportunos para uma boa leitura não só do contexto, mas também das ideias que circularam no cenário da crise do sistema escravocrata e do Império. A partir do seu trabalho, pode-se admitir que Perdigão Malheiro, como ator político e intelectual, não deve ser tomado como mera exceção ou figura “destoante” do tempo histórico no qual subsistiu, pois fez parte de uma determinada tradição que buscou, com base na comparação histórica, evocar a antiguidade em função de interesses políticos comuns de grupos sociais, os quais pertenceu e procurou representar. A análise feita por Henrique Gileno, entre outras coisas, demonstra ainda a necessidade de se acolher uma perspectiva que inclua o personagem aqui examinado em um dado contexto, enriquecido com a percepção dialética dos tempos históricos e seus diferentes ritmos.³⁴

Em que pesem as inegáveis contribuições da obra de Henrique Gileno, de teor mais sociológico do que histórico, houve interesse maior por parte do pesquisador de identificar os aspectos que a modernização pôde assumir na sociedade brasileira, em detrimento de uma leitura mais vagarosa da diversidade de fontes produzidas por Perdigão Malheiro em seu tempo. Apesar da sua intenção de associar contexto e ideias, pouco foi feito, na tese do sociólogo, em termos de um aprofundamento do universo intelectual do autor por ele estudado. Além do mais, por ter tido como fonte principal a obra *A escravidão no Brasil*, Henrique Gileno parece ter subestimado a importância da contextualização de discursos que, como mostraremos ao longo deste trabalho, tanto influenciariam Perdigão Malheiro na sua conduta em diferentes espaços de atuação.³⁵

Para lidar propriamente com o problema, procuramos trabalhar com a noção de contextualismo linguístico proposta por J.G.A. Pocock e Quentin Skinner, para quem as ideias

³³ GILENO, Carlos Henrique. *Perdigão Malheiro e as Crises do Sistema Escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003. Não obstante as distintas opções teórico-metodológicas entre os autores, vale lembrar que argumento semelhante pode ser encontrado no trabalho de ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

³⁴ Para uma leitura de texto que discute a dialética dos tempos históricos e os seus diferentes ritmos, ver: BRAUDEL, Fernand. *À História e Ciências Sociais*. 6ª ed. Lisboa, Presença, 1990.

³⁵ Carlos Henrique Gileno tocou levemente no assunto em artigo recente: GILENO, Carlos Henrique. *A universalização da instrução e as liberdades civis e políticas: uma leitura de Perdigão Malheiro*. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/carlos_gileno_44.pdf. Acesso em 13/01/2014 às 19h. e 12 min. O assunto seria melhor discutido em: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

de determinado pensador devem ser analisadas tendo em vista seu contexto social de produção e o conjunto de ideias e conceitos – anteriores e contemporâneos a ele – com os quais dialogou³⁶. Tais autores nos ajudariam a melhor compreender a linguagem partilhada entre os contemporâneos de Perdigão Malheiro e quais eram as fontes dessa linguagem. A recepção, apropriação e (re)significação desse contexto linguístico, possibilitadas por meio da abordagem contextualista, permitir-nos-ia analisar as ideias desse ator social em relação às experiências concretas que ele vivenciou.³⁷ Para tanto, seria necessário um exame exaustivo de fontes variadas. Contudo, tendo em vista a fase dessa pesquisa, priorizamos uma leitura vertical da obra de Malheiro, recuperando apenas parcialmente o contexto de ideias e discursos com os quais dialogava, por meio de pesquisas em jornais, periódicos e de autores da época que citaram várias vezes seu nome e comentaram suas obras e performances públicas. Essa reconstrução parcial do universo discursivo e social em que se inseriu a obra desse autor foi complementada por uma abordagem mais atenta e profunda de suas obras, suas coerências, incoerências e suas transformações no tempo. A leitura dos textos desse ator histórico, diretamente envolvido em instâncias de poder e de construção de discursos políticos legítimos, pode ser realizada como uma leitura histórica do Império do Brasil. Tal opção metodológica nos remeteu aos ganhos de se reunir esforços na análise de uma única figura que, em muitos momentos, expressou a complexidade de um período de tensões, marcado por impasses e contradições que puderam ser observados em toda sua trajetória quanto à polêmica questão da emancipação do ventre escravo. Perdigão Malheiro, individualmente, levou-nos a perceber como um agente social é capaz de transformar ideias em discursos, e discursos em exercício político de intervenção na sociedade. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a necessidade de realização de trabalhos futuros onde seja possível designar maior ênfase, por um lado, nas fontes intelectuais mobilizadas por Malheiro, e, por outro, na recepção e difusão de suas ideias no cenário imperial, apresentamos como igualmente relevantes os proventos, ainda não obtidos de modo profundo em pesquisas anteriores, de se examinar a obra do oitocentista tendo em vista a recorrente prática da comparação histórica, fortemente ilustrada nos antagonismos do período de crise da escravidão brasileira.

Por essa razão, optamos, aqui, pelo diálogo com os conceitos *espaço de experiência e horizonte de expectativa* pensados por Reinhart Koselleck, prestando atenção especial à tópica

³⁶ SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James (org.), *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*. Cambridge Polity Press, 1988, p. 29-67.

³⁷ Para informações sobre o método da Escola Contextualista de Cambridge, ver: SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. History and Theory, Vol. 8, No. 1 (1969), pp. 3-53; Do mesmo autor: *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts*. New Literary History, Vol. 3, No. 2, On Interpretation: I (Winter, 1972), pp. 393-408; POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

da “*História Magistra Vitae*”. Para Koselleck, experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos do tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São apropriadas também para se tentar descobrir a apreensão do tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.³⁸ A partir desses conceitos - que em muito foram alargados por estudos recentes que se debruçaram sobre o tema da modernidade e dos usos dos antigos pelos modernos³⁹ - foi possível interpretar a maneira pela qual Malheiro se inseriu no seu tempo e dialogou com as suas referências do passado. Nesse aspecto, se, por um lado, os romanos serviram aos modernos de experiência ou como espécie de contraponto para o fim da escravidão no Brasil, por outro lado, o aprendizado com base na história lançava luz sobre o futuro, criando nos modernos um determinado horizonte de expectativas. A abordagem do historiador alemão, assim, forneceu instrumento não apenas para compreender o processo histórico que caracterizou o pensamento político e intelectual de Perdígão Malheiro, como também nos auxiliou a melhor perceber o sentido da comparação histórica realizada pelo personagem oitocentista.

Sobre o assunto, Eduardo Spiller Pena teceu relevante observação na linha de uma história social da escravidão. Em *Pajens da casa imperial*, mostrou como os modernos harmonizaram, a seu bel prazer, o direito antigo e moderno com ações que visavam privilegiar a liberdade. E como, além disso, eles se serviram da lei para suas finalidades políticas emancipacionistas, a fim de atender a seus objetivos políticos imediatos. Como muito bem indicou esse historiador, em nome da “boa razão” - fundamento do direito divino e natural - os dispositivos romanos ora foram descartados, ora foram lembrados para garantir a interpretação jurídica a favor da liberdade, respeitando-se naturalmente os direitos também sagrados da propriedade. Mas também, em nome igualmente de outra “Boa Razão” (a do Estado), os dispositivos romanos foram manipulados habilmente como sustentação de uma argumentação política favorável à manutenção da escravidão.⁴⁰

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, p. 308.

³⁹ Ver: ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008; ZERMENO PADILLA, Guillermo. *La Cultura Moderna de la Historia: Una Aproximación Teórica e Historiográfica*. Mexico D.F.: El Colegio de México, 2004; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo. Conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. *Lenguaje, tiempo y modernidad: ensayos de historia conceptual*, Santiago: Globo, 2011, p. 21-59; PIMENTA, J.P.G. “História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate”, *Almanack brasiliense*. No07. Maio. 2008, p. 56-60.

⁴⁰ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p.334.

Sem dúvida, o caminho apontado por Eduardo Spiller Pena para interpretar os chamados “usos modernos” da antiguidade foi bastante eloquente, senão por dois motivos que, embora não comprometam o teor da sua análise, pioneira em muitos aspectos, poderiam ter sido mais bem explorados pelo historiador: primeiramente, a categoria *experiência*, tal qual trabalhada por Pena, não levou em consideração a *pluralidade dos tempos* históricos, fundamental para a compreensão dos atores por ele estudados, e nem a *estrutura* como uma dimensão constitutiva essencial desses tempos.⁴¹ Tal procedimento, dito de outra maneira, pode ter levado o historiador a uma deliberada simplificação dos usos modernos da antiguidade que, como já demonstraram em pesquisas anteriores, é um assunto bem mais complexo e precisa ser sistematizado com maior cautela.⁴²

Em segundo lugar, e seguindo uma das ideias que compõem o livro *Visões da liberdade*,⁴³ Eduardo Spiller Pena construiu o seu argumento no sentido de demonstrar que o campo jurídico foi um espaço decisivo de disputas pela liberdade, “*acionado diversas vezes devido a recorrente atuação dos escravos e libertos diante das leis e dos tribunais que promoveram ações de liberdade*”.⁴⁴ Não se questiona, aqui, a importância irrefutável dos escravos no amplo processo de transição da escravidão para a liberdade, sobretudo a partir da década de 1880. Tal assunto, como já evidenciamos, foi debatido pela historiografia desde meados da década de 1960. O que se discute, pelo contrário, é o fato de que as ações de liberdade, sendo a maioria delas evocadas por advogados autônomos em nome dos próprios escravos, não foram determinantes para o fim da escravidão no Brasil e nem ocuparam a maior parte do tempo dos “figurões” e jurisconsultos do Império. Basta acompanhar, nesse sentido, as publicações da revista do Instituto dos Advogados do Brasil no decorrer dos anos 1860 para se ter ciência do real dimensionamento daquele Instituto nas questões jurídicas do país: “*O Instituto é o melhor auxiliar do governo e da Assembléa geral, na difficilima tarefa do melhoramento da Patria legislação, civil, administrativa, commercial e Politica*.”⁴⁵

⁴¹ A crítica aos usos da categoria *experiência* pelos historiadores brasileiros é feita por: MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História*. São Paulo, nº 169, jul/dez 2013, p. 223-253.

⁴² Exemplo de trabalho nessa linha é o de MARSON, Isabel. “Antigo Regime, Feudalismo, Latifúndia, Servidão, Escravidão”: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (século XIX e XX). *Revista de História*, edição especial, 2010.

⁴³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁴⁴ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 24.

⁴⁵ Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros - 1862 a 1893 - PR_SOR_04170_324345. Edição: 00002, 1862, p.23.

De acordo com a fonte mencionada, sugerir que os escravos forçaram o IAB a tomar um posicionamento perante a escravidão não se configura na melhor saída para entender o amplo papel do Instituto na sociedade brasileira da época. O tipo de leitura histórica que os membros do IAB fizeram do passado demonstra a viabilidade dessa afirmação: por um lado, eles pensaram o Brasil dentro de uma perspectiva ampla, que conectava o país as experiências de outras nações; por outro lado, tiveram consciência da tensão e das resistências dos escravos em seu cotidiano, sendo esse fato um dos motivos, todavia não o único ou o mais determinante, para a sua tomada de posição diante do tema da escravidão. Nesse sentido, se o espaço jurídico foi um espaço decisivo de disputas pela liberdade, acreditamos tê-lo sido não pela recorrente atuação de escravos e libertos, mas porque em tal ambiente se reuniam boa parte das pessoas que pensariam o Brasil a partir da emancipação dos escravos nos Estados Unidos em 1863. Parece-nos que, mais viável do que associar ações de liberdade ao comportamento dos sócios do Instituto, como Perdigão Malheiro, seria articular um diálogo entre a fala dos membros do IAB e os acontecimentos que passariam a ocupar a vida política do país nos idos de 1860. Inserem-se, nessa perspectiva, especialmente os impactos da Guerra Civil Americana (1861-1865) sobre o Brasil que, por sua vez, forçaria o governo imperial a propor medidas para o encaminhamento do problema da escravidão em território nacional.

A presente dissertação pretende examinar Perdigão Malheiro no debate sobre a emancipação e a construção da liberdade nos anos de crise da escravidão brasileira. Ou seja, tomamos tal figura como representante de um determinado pensamento político sobre a escravidão que se ancorou em comparações com sistemas escravistas antigos e modernos como forma de intervir nos debates políticos contemporâneos, dentro e fora do Parlamento do Império do Brasil. O estudo desse autor lança luz sobre uma determinada modalidade de discurso antiescravista pautada no pensamento de que, da mesma forma que o Brasil se constituía em um império, Roma também o foi, todavia com uma diferença: o passado serviria de aprendizado para se evitar erros no presente.

Com base nisso, sustentamos a hipótese de que as experiências antigas serviram aos modernos de aprendizado e ajudaram-nos a criar um horizonte de expectativa que lhes servia tanto para sistematizar uma proposta de superação do passado, quanto para construir um ideal de nação que se desejava formar a partir do fim do cativeiro. Em outras palavras, Perdigão Malheiro só recorreu às experiências da escravidão na Roma antiga para tentar entender a escravidão em seu próprio tempo.

Para tanto, no primeiro capítulo analisamos as motivações que levaram Perdigão Malheiro, até então presidente do IAB, a escrever e a proferir o seu discurso sobre *A Ilegitimidade da Propriedade Constituída sobre os Escravos* em 7 de setembro de 1863. Tal fala, principal fonte do capítulo, foi examinada em conjunto com alguns jornais do Rio de Janeiro, os quais favoreceram uma interpretação de como o assunto repercutiu naquele período na corte. Utilizamos, ainda, fontes da época que dialogaram direta ou indiretamente com as interpretações de Perdigão Malheiro sobre a questão da escravidão. Buscamos, além disso, relacionar a formação e o repertório intelectual de Perdigão Malheiro com as origens do seu pensamento antiescravista e com o início das reformas, *oficialmente aceitas*, da escravidão no Brasil. Nesse quadro, pretendemos identificar a importância do lugar e do papel social do bacharel no contexto de publicização das suas ideias emancipacionistas.

No segundo capítulo, *Caminhos para a escravidão comparada: Antigos e modernos em Perdigão Malheiro*, abordamos os sistemas escravistas antigos e modernos à luz da metodologia empregada no ensaio *A escravidão no Brasil* (1866-1867), de Perdigão Malheiro, livro que, em muitos aspectos, seguiu a linha de pensamento difundida naquele seu discurso de 1863, no IAB. Sua perspectiva histórico-comparada delineou a chave de compreensão do raciocínio do intelectual, que esteve, a todo o tempo, pautado nos múltiplos exemplos de histórias, povos e países, os quais ministrariam proveitosas lições para o Império do Brasil. O teor da narrativa de Perdigão Malheiro mostrou, também, que durante a crise do sistema escravocrata, importava mais encontrar os *meios* de se suprimir o cativo do que, necessariamente, conjecturar saídas para a sua continuidade.

Por último, em *Um emancipacionista na contramão do Ventre Livre*, discutimos a figura política de Perdigão Malheiro a partir do seu discurso na sessão da Câmara Temporária em 12 de julho de 1871 contra a libertação do ventre das escravas. Aparentemente, uma decisão contraditória, ao menos do ponto de vista intelectual, já que, todo o seu pensamento anterior, era pautado em ideias antiescravistas. Politicamente, entretanto, nenhum contrassenso. Havia uma “*razão de Estado*” que justificava, segundo o próprio Perdigão Malheiro, aquele seu posicionamento político, bem diferente, aliás, da sua postura enquanto “*intelectual de gabinete*”, como ele mesmo retratou mais de uma vez em suas narrativas. Em 1869, Perdigão Malheiro conquistou o cargo público de deputado por Minas Gerais (1869-1872), província que possuía no seu núcleo de eleitores a maioria deles sendo escravistas ou proprietários de terras ligados à escravidão. Em virtude disso, e das suas próprias escolhas individuais e das redes de socialização por ele constituídas, supomos que a sua fala no parlamento teve mais o estilo do político conservador do que, propriamente, a “face” do

presidente do IAB (1861-1866) ou do intelectual que escreveu o ensaio *A escravidão no Brasil* (1866-1867). Pretendemos neste capítulo apresentar o debate historiográfico que considerou o voto do parlamentar e examinar, por meio de alguns periódicos cariocas, os significados da leitura dos seus contemporâneos sobre o assunto. Em seguida, analisaremos o discurso de Perdigão Malheiro, trabalhando com a hipótese de que o político representou os interesses da classe senhorial tendo em vista uma releitura do modelo de manumissão romano, anteriormente negado por ele.

Capítulo 1. Debatendo escravidão e liberdade em um cenário institucionalizado: o presidente do IAB e a reforma da escravidão no contexto da Guerra Civil Americana e da Questão Christie

“- O Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, bem conhecido como um dos mais distintos advogados do nosso foro, acaba de publicar em folheto o discurso, que na qualidade de presidente do Instituto dos advogados, proferiu na sessão magna aniversária a 7 de setembro do corrente ano.

A matéria do opúsculo é das mais importantes; o Sr. Dr. Perdigão Malheiro tratou magistralmente de um assunto, que deve merecer a atenção de todos os brasileiros: examinou a luz dos princípios filosóficos e jurídicos as três seguintes teses:

Legitimidade da propriedade constituída sobre o escravo;

Natureza de tal propriedade;

Justiça e conveniência da abolição da escravidão e em que termos”⁴⁶

17 de novembro de 1863 foi a data de publicação desse texto. O local, Rio de Janeiro. Por se tratar da Corte, ambiente que centralizava as principais instituições brasileiras, nomes de peso nos âmbitos jurídico e político e a maioria dos grandes jornais de circulação do Império, não é difícil de se imaginar a repercussão da notícia entre aqueles que ainda acreditavam na manutenção do cativeiro no país.

Não obstante, o periódico *Constitucional* não poupou elogios à publicação em folheto do discurso realizado por Perdigão Malheiro, no Instituto dos Advogados do Brasil, durante a sua gestão como presidente da casa. Divulgada cerca de dois meses depois da fala original, a matéria conferiu não só credibilidade aos argumentos enunciados pelo jurisconsulto, como também exaltou solenemente o seu trabalho e os seus esforços naquela que parecia ser, de acordo com a leitura crítica dos editores do jornal, a “*causa nacional por excelência*”. Por esse motivo, talvez, a resenha tenha chamado a atenção de “*todos os brasileiros*” para a relevância de tal assunto, o qual merecia entrar na pauta daquele e de outros dias a fio.

O discurso proferido por Perdigão Malheiro foi digno de apreciação, entre outras coisas, pela necessidade colocada diante do bacharel em se levantar problemas pontuais que o Brasil enfrentava naquele momento. O que se discutia no ambiente seletivo do IAB, embora não explicitamente, eram os rumos que tomariam a *Guerra Civil Americana*, iniciada em 1861, e suas implicações para a nação. O próprio Malheiro, anos depois, corroborou com tal

⁴⁶ *Constitucional*. 17 de Novembro de 1863, p.4.

interpretação em seu livro, quando afirmou: “*a última guerra dos Estados Unidos (...) repercutiu no Império como um imenso e medonho trovão*”.⁴⁷

Esse seria, igualmente, o cenário da chamada *Questão Christie*. Diante das tratativas do cônsul britânico William G. Christie em atacar a escravidão brasileira por meio do questionamento do estatuto da escravização ilegal dos africanos importados após 1831, seguida pela postura agressiva de outros diplomatas britânicos, a relação diplomática entre Brasil e Grã-Bretanha entrou na pior fase de sua história.⁴⁸ Em síntese: por um lado, em 1863, estava em jogo a defesa da escravidão, por meio de um discurso nacionalista do Império, contra uma pressão de décadas por parte da Grã-Bretanha em relação ao fim do tráfico; por outro, o andamento do conflito na América do Norte parecia prenunciar para o Brasil um tempo de mudanças profundas.

Uma leitura atenta do discurso de Perdigão Malheiro nos coloca de frente com algumas questões: por que ele o compôs? Quais motivos levaram o IAB a se posicionar diante de assunto tão polêmico? Em que se apoiava esse Instituto? Quais as suas relações com o Imperador D. Pedro II? Qual a ligação entre a proclamação de emancipação no curso da Guerra Civil nos Estados Unidos com o aquecimento dos debates em torno da Libertação do Ventre das escravas no Brasil, em um contexto de crise política com a Inglaterra?

Muitas perguntas, bem verdade, mas a tentativa de respondê-las faz parte de um exercício que nos permitirá compreender quais razões levaram Perdigão Malheiro a pronunciar, em data tão nobre, manifestação com significados históricos de tamanha complexidade. Situar Perdigão Malheiro no ambiente onde as suas ideias se formaram não parece ser uma tarefa das mais fáceis de se realizar. Entretanto, com base nas fontes utilizadas pelo juriconsulto na elaboração de *A ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo*, conseguimos rastrear alguns importantes vestígios que, por seu turno, indicaram quais caminhos seguir.

Identificar em qual medida ideias e contexto serviram de referência para que Perdigão Malheiro concretizasse a escrita do seu discurso e o tornasse, finalmente, público, em 1863, é o intuito principal deste capítulo. Em outras palavras, examinamos como a formação em

⁴⁷ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p.205.

⁴⁸ SINÉSIO, Daniel Jacuá. *A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógenas (1862-1865). Dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: UFF, 2013, p. 132. Sobre o caso Christie, o trabalho pioneiro é de GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: A questão christie. *Revista de historia*, v. 24, n. 49, p. 117-38, 1962, cujas linhas gerais de interpretação do episódio foram retomadas em *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Ver, também, CONRAD. Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978, pp. 88-92.

Direito de Malheiro foi decisiva para a sua entrada no IAB, em 1851, e como o seu repertório de leituras, de modo abrangente, contribuiu para o desenvolvimento ulterior do seu pensamento antiescravista. Concomitantemente, analisamos como a escravidão no Brasil passou a ser tratada depois dos primeiros resultados da Guerra de Secessão. A partir daí, o texto de Perdigão Malheiro aparece como exemplo de narrativa que contribuiu substantivamente com as reformas institucionais da escravidão, as quais começaram a ser oficialmente impulsionadas e discutidas no início da década de 1860, no âmbito do IAB, mas que tiveram implicações práticas apenas em 1870, quando a guerra contra o Paraguai (1864-1870) se encerrou e o Parlamento brasileiro, com autorização do Imperador e do Conselho de Estado, voltou a debater o tema, tomando assim medidas legais e incontornáveis para o fim da escravidão no Brasil.

1.1. Um bacharel transitando em diferentes espaços: “educação”, “ocupação” e “treinamento”

O bacharelismo liberal, desde a organização do Estado-nação brasileiro, desempenhou papel central na elaboração de um notável arcabouço jurídico que, por muito tempo, ajudou a formar grande parte dos bacharéis que se destacaram no Império do Brasil. Iniciados nas academias jurídicas, eles foram responsáveis pela criação de uma cultura jurídica nacional que os tornaram aptos ao exercício da advocacia, da literatura, do periodismo e da militância política.⁴⁹

Esse grupo, de tradição institucional essencialmente formalista, retórica e ornamental, constitui o foro de análise de José Murilo de Carvalho, que o define como uma “*elite política imperial*”, formada em Coimbra ou nas primeiras faculdades de Direito do Brasil. A elite

⁴⁹ Entende-se por bacharelismo a situação caracterizada pela predominância de *bacharéis* na vida política e cultural do país. A formação em Direito, por sua vez, deve aqui ser entendida de maneira abrangente, a partir de um conjunto de saberes reunidos na área de “humanas”. Neste trabalho, inclusive, tendemos a ver o bacharelismo liberal como mais que a formação de uma elite de advogados. É um fenômeno social de educação de uma elite política, administrativa e intelectual de bacharéis, com uma formação relativamente homogênea em filosofia, direito, línguas, pensamento político ‘liberal’, etc. Sobre o assunto, pesquisadores de diferentes linhas de abordagem têm dado importantes contribuições: ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, t. 2; RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros: teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987, Livro I; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, v. 2; LACOMBE, Américo Jacobina. “A Cultura Jurídica”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1976, v.3, p. 356; KOZIMA, José Wanderley. *Instituições, retórica e o bacharelismo no Brasil*, pp. 311-330. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005; SALDANHA, Nelson. *O problema da História na Ciência Jurídica Contemporânea*. Porto Alegre: Escola Osvaldo Vergara, 1978.

política que tomou o poder no Brasil após a Independência apresentava características básicas de “*unidade ideológica*” e de “*treinamento*”, as quais não estavam presentes nas elites dos outros países. A educação em Coimbra, a influência do direito romano, a ocupação burocrática, os mecanismos de treinamento, tudo contribuía, de acordo com o seu raciocínio, para dar à elite que presidiu a consolidação do Estado imperial um consenso básico em torno de algumas opções políticas fundamentais.⁵⁰ Seria, portanto, em torno dessa “educação”, “ocupação” e “treinamento”, que a elite política brasileira se atrelaria, formando, assim, o que se pode chamar de uma “ilha de letrados”.

Não obstante as críticas recebidas por José Murilo de Carvalho quanto ao seu conceito de *elite política*, geralmente empregado como contraposição ao de *classe senhorial*,⁵¹ vale considerar que sua abordagem fornece ferramentas importantes para uma boa compreensão acerca do percurso trilhado por Perdigão Malheiro até a sua entrada no “mundo das leis”. O personagem oitocentista - diferentemente do seu pai, que cursou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra até 1810, tornando-se em 1824 desembargador e em seguida ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiro⁵² - fez parte de uma espécie de “segunda geração” do bacharelismo no Brasil, aquela não diretamente ligada aos estudos em Portugal.⁵³ Embora não tenha se enquadrado perfeitamente na categoria apresentada por José Murilo de Carvalho, é possível afirmar a partir dela que Perdigão Malheiro passou, assim como muitos de sua época,⁵⁴ pelos “estágios” de uma boa educação e treinamento, chegando a ocupar postos importantes, como o de presidente do IAB, a partir de 1861, e o de deputado pela província de Minas Gerais entre os anos de 1869 e 1872, voltando a se eleger em 1875, novamente pelo partido conservador.

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 210-211.

⁵¹ Para uma crítica ao conceito de elite política adotado por J.M. de Carvalho, ver: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras-século XIX. Senhores e cativos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.78. Sobre o conceito de classe senhorial, ler a importante tese de Ilmar Rohloff de Mattos: *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵² CASTRO, José Antônio de Azevedo. *O Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Estudo biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C., 1883. Todas as citações sobre a biografia de Perdigão Malheiro e sua família, salvo as que dizem respeito a outras referências, são dessa biobibliografia.

⁵³ Sobre a influência da Universidade de Coimbra na formação da cultura propagada pelos cursos de Olinda/Recife e São Paulo, ver: SILVA, Mozart Linhares. *O Império dos Bacharéis. O Pensamento Jurídico e a Organização do Estado-Nação no Brasil*. Curitiba, 2003, pp. 165-204. Conforme alguns estudos, a formação coimbrã consistiu em eficiente método de controle ideológico. Sobre a “educação”, vista por Althusser como aparelho ideológico dominante nas formações capitalistas, ver: ALTHUSSER. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 78.

⁵⁴ Ver como Eduardo Spiller Pena enquadrava a tradição jurídica de Perdigão Malheiro, em: PENA, Eduardo Spiller. Ser advogado no Brasil Império: uniformização e disciplina no discurso jurídico de formação. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 23, FCHLA 03, p.55-68, Curitiba, out. 2001.

Filho de Agostinho Marques Perdigão Malheiro - “cavaleiro” da Casa Imperial, do Conselho de sua majestade o imperador, Comendador da Ordem de Cristo e sócio do IHGB -, de quem herdou idêntico nome, Perdigão Malheiro parece mesmo ter seguido os passos do pai. De sua mãe, D. Urbana Felisbina Cândida dos Reis Perdigão, senhora distinta pelos dotes do coração e piedade religiosa, conforme José Antônio de Azevedo Castro, legou sua ilustre tradição familiar. Educado em bases sólidas, transitaria por diversos espaços. E a razão disso, em muito, deve-se aos laços de sociabilidade que constituiu ao longo de sua vida ao conhecer pessoas de reconhecido prestígio político dentro da Corte.

Em São Paulo, recebeu importante apoio do magistrado e político Estevão Ribeiro de Rezende, seu tio. Também conhecido como o “Marquês de Valença”, pessoalmente ele emprestaria ao seu sobrinho uma casinha no lugar denominado Descida do Bexiga, onde acolheu Perdigão Malheiro nos primeiros tempos de sua formação. Recém-formado, exerceu o lugar de bibliotecário da faculdade por nomeação do Marquês de Monte Alegre. No início da década de 1850, tornou-se membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), valendo-se da escrita do seu *“Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849, seguido de um succinto esboço do Estado do pais ao findar o anno de 1849”*, que serviu de porta de entrada para aquela entidade. Em 1851, concomitantemente, passou a compor o quadro do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB). Nesse ano, casou-se com a Sr.^a D. Luiza de Queirós Coutinho Mattoso Câmara, irmã do Conselheiro Eusébio de Queirós.

Em 1854, foi nomeado curador dos africanos livres, mas por pouquíssimo tempo, já que pediu exoneração do cargo, assim como também havia feito com o lugar de suplente de Juiz Municipal. No mesmo ano, aceitou ser ajudante de procurador dos feitos da fazenda, sendo indicado pelo Marquês de Paraná. Em 1855, agregou o estado de Procurador dos Feitos da Fazenda, exercendo a função até 1869, quando se retirou para dedicar-se à candidatura de parlamentar. Em 1876, foi indicado pelo Conselheiro José Machado Coelho de Castro, seu amigo, para ser advogado do Banco do Brasil.

Na sessão de 23 de maio de 1877, já em sua segunda candidatura, foi praticamente forçado a se despedir da vida pública, afirmando estar o país em *“circunstância contristadora”*. Na realidade, como asseverou seu biógrafo, em 1878 o Partido Conservador de Minas Gerais estava acéfalo. Além do mais, sabe-se que Perdigão Malheiro seria, nesse ano, surpreendido pela bancada conservadora, quando recebeu uma carta que não mencionava o seu nome para uma próxima candidatura. Simultaneamente, subia ao poder, depois de dez anos, o partido liberal, fato que fez com que ele se afastasse, definitivamente, da carreira

política.⁵⁵ Acometido em 1879 por um acidente vascular cerebral, Perdigão Malheiro faleceu dois anos depois, em 1881.

Em meio a tantas mudanças ocorridas entre as décadas de 1850 e 1870, Perdigão Malheiro escreveu seus principais textos sobre escravidão. Seu diploma de “estudos superiores” garantiu-lhe uma nomeação, em 1867, como advogado da Casa Imperial, a qual estreitaria seus vínculos com D. Pedro II. Conforme J. M. de Carvalho: “*um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase sine qua non para os que pretendessem chegar até os pontos mais altos.*”⁵⁶

A conquista de tal diploma demandava alguns esforços. Era, nesse sentido, necessário dedicar toda uma história ao aprendizado, ao conhecimento e a erudição. De 1838, quando se aperfeiçoou em francês e iniciou os estudos do inglês e do latim, passando pelo Colégio Pedro II, onde em 1840 conquistou prêmios que foram entregues pelas mãos do próprio Imperador, até receber sua carta de bacharel em Letras em 1843 e se formar em Direito em 1848, Perdigão Malheiro passaria por uma rigorosa formação que, em grande medida, seria responsável por torná-lo uma das maiores figuras do pensamento antiescravista brasileiro ao produzir, entre os anos de 1866-1867, seu *Ensaio histórico-jurídico-social*.

Um problema, contudo, permanece pouco explorado pela historiografia⁵⁷: como é que Malheiro, pessoalmente articulado aos conservadores, pôde conceber a libertação do ventre em 1863? A resposta para tal questionamento, sem dúvida, apresenta-se nesta pesquisa como um desafio, que enfrentaremos com certos cuidados. Será preciso, assim, analisar o repertório de leituras de Perdigão Malheiro e identificar, em seguida, como esse repertório o informou na formação das suas ideias antiescravistas.

1.2. Perdigão Malheiro: referências intelectuais e as origens do seu pensamento antiescravista

O aprendizado das línguas francesa, inglesa e latina, componente básico do que se pode chamar de uma boa formação no século XIX, não deve ser entendido como mero capricho de uma elite letrada. Tais estudos ocuparam relevância na vida daqueles que se dedicaram a sua compreensão por dois motivos fundamentais: primeiro, porque era por meio deles que se

⁵⁵ A subida do Gabinete Liberal foi comentada por: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 419.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 111.

⁵⁷ Ver enquadramento do problema também em: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

ficava sabendo a respeito das principais ideias que constituíam o chamado “mundo civilizado”. O que significava para Malheiro e tantos outros que com ele dialogaram, intelectualmente, estar conectado com o que vinha acontecendo nos dois dos mais importantes países da Europa: França e Inglaterra.⁵⁸ O primeiro, influenciava principalmente a nossa cultura letrada. Já o segundo, fornecia exemplos políticos de como governar um país. Em segundo lugar, a instrução também em latim parecia justificável à medida que apresentava alguma relação com o que se assimilava nas escolas de direito do Brasil, como veremos adiante.⁵⁹

A biblioteca da Faculdade de Direito de Recife oferece informações sobre a influência dos antigos na formação dos estudantes. O catálogo citado por Clóvis Bevilacqua, que consultou as listagens originais, compreende o período de 1833-1839. O documento menciona a existência de aproximadamente 3.500 volumes e chama a atenção a grande presença de autores gregos e latinos. Dos latinos, na língua original, constam títulos de Plínio, Quintiliano, Ovídio, Virgílio, Terêncio e Tácito e, obviamente, exemplares da legislação romana. Dentre os gregos traduzidos para o português, encontram-se Aristóteles, expositores da Filosofia Peripatética e Homero.⁶⁰ Dessa forma, é possível pensar que a formação dos juristas da novíssima Faculdade de Direito de Recife, da década de 1830, compunha-se de duas grandes linhas de força. A primeira, a clássica, com ênfase na leitura de clássicos gregos e latinos, sobretudo baseada em uma concepção jusnaturalista que remontava o Código Justiniano e tratava da ideia de lei natural a partir de uma apropriação escolástica. A segunda, de base utilitarista, era representada por Bentham e Stuart Mill.⁶¹

Tradicionalmente, a principal fonte jurídica do Império foi a Constituição outorgada de 1824, a qual, obviamente, era muito bem conhecida pelos estudantes e profissionais da área. Mas não obstante o seu caráter geral e a observância do ordenamento jurídico brasileiro, eram, na verdade, as demais fontes jurídicas que realmente regulavam cotidianamente a sociedade imperial. De 1822 até, pelo menos, 1871, vigoraram no país as Ordenações Filipinas, na ausência de Código Civil, mas aplicavam-se, por exemplo, aos escravos e às relações jurídicas de que participavam, sobretudo as leis civis ordinárias, a legislação colonial não

⁵⁸ Sobre o assunto, Ricardo Salles deu importante contribuição: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, pp. 53-56. Ver também como Joaquim Nabuco se apropriou do tema em: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

⁵⁹ Uma leitura sobre o que se aprendia em termos de conhecimento nas faculdades de Direito do Brasil foi feita por WOLKMER, Antônio Carlo. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, pp. 102-107.

⁶⁰ BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito de Recife*: INL, 1977, p. 304.

⁶¹ Sirvo-me aqui das palavras de MOMESSO, Beatriz Piva. “Conceitos antigos apropriados por um político do Império brasileiro”. *Anais da VI Semana de História Política | III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (ISSN 2175-831X)*, p. 212-221, pp. 213-214.

derrogada, o Código Comercial (1850), a jurisprudência, os atos administrativos do governo imperial e os pareceres oficializados do Instituto dos Advogados do Brasil. Quanto ao crime, vigoraram e aplicavam-se, novamente trazendo o caso dos escravos, o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal e sua reforma, a legislação ordinária e demais fontes de direito, como na lei civil. Como fontes subsidiárias para orientação de juízes e partes, o direito canônico e o direito romano apareciam ainda como alternativa aos jurisconsultos que necessitavam de meios seguros e viáveis para a realização e a devida complementação das leis brasileiras.⁶²

Seja na faculdade de direito de São Paulo (concentrada no Convento de São Francisco, com início das suas atividades em 1º de março de 1828) ou na faculdade de direito de Olinda (instalada no Mosteiro de São Bento, em 15 de maio de 1828, depois transferida para o Recife, em 1854),⁶³ era inquestionável a influência do direito romano⁶⁴, entendido por muitos, inclusive pelo próprio Malheiro, como subsidiário ao direito brasileiro:

“Prescindindo, porém, deste histórico e da legislação respectiva, remontemos aos Romanos, de cujo Direito nos teremos de socorrer muitas vezes como subsidiário ao nosso, mas bem entendido, segundo o uso moderno, quando conforme a boa razão, ao espírito do Direito atual, às ideias do século, costumes e índole da Nação.”⁶⁵

Notadamente, o *Corpus Juris Civilis* (533 d.C.), considerado como o feito de maior relevância do governo do Imperador romano Justiniano (527-565) para a cultura ocidental, relacionou-se positivamente com os quadros jurídicos apresentados pela geração de Perdigão Malheiro, a qual, em muitos casos, recorreria a ele para resolver querelas não totalmente sanadas no direito caseiro. O conjunto das recolhas publicadas por Justiniano compreendia quatro partes: primeira, o Código (*Codex Justiniani*), compilação de leis imperiais que visava substituir o Código Teodosiano; segunda, o Digesto (*Digesta* ou *Pandectas*), vasta compilação de trechos de mais de 1.500 livros escritos por jurisconsultos da época clássica – principalmente *Ulpiano, Paulo, Gaio, Papiniano e Modestino* (todos eles citados na obra de Perdigão Malheiro); terceira, as Institutas (*Institutiones Justiniani*), espécie de manual

⁶² WEHLING, Arno. *O escravo ante a lei civil e a lei penal no Império (1822-1871)*, pp. 331-349. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. Ver, especialmente, pp. 333-335.

⁶³ WOLKMER, Antônio Carlo. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 102.

⁶⁴ Importante trabalho sobre as relações entre o direito romano e o direito civil brasileiro é o proposto por CRETELLA JR., José. *Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

⁶⁵ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 3v., 1866, Seção 3, Art. I.

elementar destinado ao ensino do direito, sendo redigida por dois juristas, Dorotéu e Teófilo, sob a direção de Triboniano; e quarta, as Novelas (*Novellae*), recolha das constituições promulgadas por Justiniano após a publicação do *Codex*.⁶⁶ Dessas, o Digesto foi, pelo seu teor, o mais bem aproveitado na obra do jurisconsulto brasileiro, especialmente naquelas passagens onde ele se referia à concessão de alforrias, que embora admitisse exceções, dependia de um ato simbólico do próprio senhor para o seu cumprimento. Tais ressalvas, igualmente, também estavam presentes no corpo do direito romano.

O conhecimento do latim, mas especialmente do francês e do inglês, proveria as ferramentas necessárias para os primeiros contatos de Perdigão Malheiro com toda uma tradição de pensamento antiescravista que começou a ser estabelecida na Europa oitocentista. Como bem demonstrou David Brion Davis, até meados do século XVIII a escravidão foi uma instituição socialmente aceita tanto pelos senhores de escravos como pelos próprios cativos. Sua legitimidade tampouco havia sido questionada pelos filósofos e homens de letras que escreveram sobre o assunto no mundo clássico e no moderno. A partir da década de 1750, contudo, começaram a surgir vozes que questionavam profundamente a escravidão colonial e as formas compulsórias de trabalho ainda vigentes na Europa continental. Essas críticas foram realizadas com base na moralidade evangélica à moda quacre, na teoria iluminista dos direitos naturais e no discurso econômico da fisiocracia e do Iluminismo escocês. Escorando-se no conceito moderno de liberdade, visto, em linhas gerais, como expressão da autonomia individual, essas três vertentes formularam as primeiras críticas sistemáticas à escravidão negra, tornando justificáveis as ações individuais e coletivas para aboli-la.⁶⁷

Esse clima intelectual teve desdobramento particularmente na Grã-Bretanha e na França, onde despontaram os primeiros grandes trabalhos sobre escravidão antiga. Como observou Fábio Duarte Joly, em 1785 a Universidade de Cambridge anunciou um prêmio para o melhor ensaio que discutisse o tema da validade de um homem ser escravizado contra sua vontade. Em 1794, a Convenção, na França, liberou todos os escravos em territórios sob domínio francês e, em 1807, o Parlamento britânico votou a favor do fim do tráfico escravo. Em 1833, foi publicada em Edimburgo, pelo historiador escocês William Blair, um livro intitulado *An Inquiry into the State of Slavery amongst the Romans from the Earliest Period till the Establishment of the Lombards in Italy*. Na França, veio a lume a monumental *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, de Henri Wallon. Publicada em 1847, apresentou-se como

⁶⁶ GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1979, p.92.

⁶⁷ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 327-491. Do mesmo autor: *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006, caps. 12 e 13.

resposta a duas indagações colocadas em um concurso de 1837 pela Academia de Ciências Morais e Políticas: “*Por que causas a escravidão antiga foi abolida? A partir de que época a escravidão desapareceu completamente da Europa ocidental, não restando apenas a servidão da gleba?*”. Tais questões remetiam, na realidade, às dificuldades para se erradicar o trabalho escravo nas colônias, tanto que, não por acaso, o próprio Wallon redigiu um texto intitulado *L’Ésclavage dans les colonies*, posteriormente incorporado como introdução à sua obra maior na reedição de 1879. Em ambos os escritos, segundo Joly, encontra-se o mesmo raciocínio: a escravidão é contrária ao direito natural, corrompe tanto senhores como escravos e impede o desenvolvimento do trabalho livre e sua respectiva produtividade.⁶⁸

Seriam os franceses e não os ingleses aqueles que, na esteira da erradicação do trabalho escravo nas suas colônias, contribuiriam de maneira mais decisiva na formação das ideias antiescravistas de Perdigão Malheiro. Isso porque tais atores forneceram ao oitocentista os elementos chave para sua compreensão do fenômeno da escravidão no Novo Mundo. Conforme Antonio Penalves Rocha, Portugal e Brasil, dos fins do século XVIII e início do XIX, estavam dentro da esfera de influência da cultura letrada francesa, além de os mais importantes textos ingleses que condenavam a escravidão terem sido traduzidos, a partir dos fins da década de 1780, pela *Sociedade dos Amigos dos Negros da França*. Ainda segundo o autor: “*a reprodução das ideias dos ilustrados franceses pelos brasileiros ocorreu não somente em relação às medidas para acabar com a escravidão, mas está igualmente presente nas críticas feitas à instituição*”.⁶⁹

O volumoso corpus acerca da escravidão antiga e moderna congestionado pelo antiescravismo inglês não teve na obra de Perdigão Malheiro o mesmo espaço que foi reservado aos textos do antiescravismo francês. Não que as muitas referências inglesas não tivessem sido incorporadas às suas leituras. As “grandes ações humanitárias” dos emancipacionistas ingleses foram destacadas no conjunto da obra do jurista, que procurou se valer do caráter pragmático da experiência abolicionista inglesa para lidar com questões que se assemelhavam com as suscitadas em seu país. Herdando dos franceses as referências intelectuais que precisava, Perdigão Malheiro atribuiria aos ingleses o papel de convencimento das nações modernas e civilizadas do mundo de que se aproximava o dia do fim do cativo.

⁶⁸ Sirvo-me, nesse parágrafo, de JOLY, Fábio Duarte. *Liberdade Opus Est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C)*. Tese de doutoramento: USP, 2006, pp.8-9.

⁶⁹ ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 43 -79. 2000, pp. 40 – 58, respectivamente.

Dessa forma, podemos dizer que grandes nomes do antiescravismo inglês - como Wilberforce, Clarkson, Canning e Buxton - foram diversas vezes mencionados por Perdigão Malheiro não por esse último ter tido contato com suas principais obras ou por tomar partido das suas práticas políticas, mas devido ao conhecimento por ele adquirido dos ingleses por meio da leitura de autores franceses, como Wallon e Cochin. Além de dialogarem com os britânicos em muitos aspectos, eles ajudaram a aperfeiçoar nas sociedades modernas um tipo de interpretação do abolicionismo baseado em um modelo histórico-comparativo, empregado largamente por Malheiro em seus escritos sobre escravidão.⁷⁰ Nessa perspectiva, importava mais ao juriconsulto exaltar a competência política, organizacional e estratégica da Inglaterra e dos seus atores, no cenário abolicionista internacional, do que, distintamente, analisar a sua literatura, tomando-a, ao mesmo tempo, como fonte de estudo ou paradigma intelectual.

Assim como em relação aos ingleses, é inegável o fato de que Perdigão Malheiro fez mais uma leitura moderna da antiguidade do que, propriamente, uma análise profunda do repertório clássico nos seus originais. Com exceção do conhecimento jurídico acumulado ainda na faculdade de direito e do estudo do bom latim, que permitiram a ele decodificar o direito romano e apreciar a bibliografia de autores latinos, como *Anais e Germânia* de Tácito, não é sem razão inferir que a sua ciência da Antiguidade fosse, em grande medida, uma extensão das construções que outros modernos, tais como ele, fizeram do sistema escravista de Roma.

Nesse aspecto, muitos intelectuais e ativistas modernos serviram não só de referência para Perdigão Malheiro - pelo que se dedicaram a escrever e pela sua atuação abolicionista nas colônias europeias -, como também de inspiração para o seu antiescravismo. Concepções metodológicas vindas de Leibniz, Bentham e Savigny, isto é, do conceitualismo teórico-doutrinário e da “ciência jurídica alemã”,⁷¹ dariam a Malheiro uma rica e sólida base para sua compreensão das legislações romana e moderna. Ainda na tradição alemã, destacaram-se entre as diversas leituras de Perdigão Malheiro uma em especial: a do jurista, político e historiador liberal Theodor Mommsen. O alemão, que começou a escrever a *História de Roma* em vários volumes, em 1854, foi um daqueles estudiosos modernos que mais se destacou por realizar trabalhos sobre a antiguidade, amparando Malheiro no seu diagnóstico e conhecimento da história de Roma. A escravidão foi tratada, desde o princípio, por Mommsen, de forma original, como algo de fundamental importância para a sociedade e a

⁷⁰ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. 33.

⁷¹ WOLKMER, Antônio Carlo. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p.115.

história de Roma. O historiador, talvez uma das referências modernas mais dedicadas à compreensão da região, não só colocou a escravidão romana numa posição central, mas a condenou moralmente e com vigor.⁷² Da França, Perdigão Malheiro adotou o sistema filosófico eclético advindo de um historicismo espiritualista liderado por Victor Cousin.⁷³ Mas, sem dúvida, seriam autores franceses como Troplong⁷⁴, Yanoski⁷⁵ e Augustin Cochin⁷⁶ que legariam a Malheiro as bases para a formulação de sua tese de que era necessária a abolição da escravidão.

Esse tipo de narrativa deu margem no continente europeu a uma polêmica que evidenciava como a escravidão antiga era abordada de um ponto de vista moral tanto no ideário abolicionista como no pró-escravista. No primeiro caso, buscando-se ressaltar seus efeitos deletérios sobre a sociedade; no segundo, servindo-se da metáfora da escravidão para desqualificar o trabalho livre. De um jeito ou de outro, o fato é que muitos dos caminhos ditados de abordagem da escravidão antiga se pautaram em justificativas que sugeriam Roma ora como modelo escravista, ora como padrão de crítica do antiescravismo.⁷⁷

Tal debate ganhou uma conotação semelhante no Brasil nas décadas de 1850 e 1860. Na década de 1850, demonstrou a preocupação da elite política e da classe senhorial brasileira com o fim do tráfico de escravos e com a discussão sobre a necessidade da introdução de colonos no Império.⁷⁸ Já na seguinte, evidenciou os resultados da Guerra Civil Americana que, como veremos, não aqueceram apenas as arenas parlamentares quanto à possibilidade de um encaminhamento do problema da escravidão no país, mas a toda sociedade imperial, incluindo aí os próprios cativos.

Nessa linha, as interpretações antiescravistas no Brasil procuraram muitas vezes condicionar sua existência a uma memória da escravidão que procurou se legitimar por meio da elaboração de discursos em favor da liberdade e da crítica aos diferentes sistemas escravistas da história. Tais narrativas constituíram o que Perdigão Malheiro considerou como

⁷² FINLEY, *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p.37.

⁷³ Sobre o historicismo e sua relação com Victor Cousin, ver comentários de WOLKMER, Antônio Carlo. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, pp. 165-166.

⁷⁴ TROP LONG, Raymond Théodore. *Influence du Christianisme sur le Droit Civil des Romains*, 1843.

⁷⁵ YANOSKI. *De l'abolition de l'esclavage ancien au moyen dge, et de as transformation em servitude de glebe*, 1860.

⁷⁶ COCHIN, A. *Abolition de l'esclavage*. 1861.

⁷⁷ Sintetizo, aqui, as palavras de JOLY, Fábio Duarte. *Liberdade Opus Est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C)*. Tese de doutoramento: USP, 2006, p. 9.

⁷⁸ O assunto foi discutido ao longo do capítulo IV da obra de PARRON, Tâmis. “A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. Sobre o tráfico de escravos, ler o clássico de BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Ver também: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

as “*origens do pensamento antiescravista nacional*”, que ele compunha e contribuía a partir dos seus estudos sobre escravidão. Conforme cronologia por ele apresentada, em 1836, F. L. César Burlamaque escreveu sua *Memória analítica acerca do comércio de escravos e dos males da escravidão doméstica*. Em 1845, o desembargador Henrique Velloso de Oliveira publicou outra: *A substituição do trabalho dos escravos pelo trabalho livre no Brasil*. Nesse mesmo ano, o Dr. Caetano Alberto Soares, em sessão magna do IAB, leu sua memória sobre o *Melhoramento da sorte dos escravos no Brasil*, publicada em 1847 e reimpressa na revista do mesmo Instituto, em 1862. Em 1852, a *Sociedade contra o tráfico*, estabelecida na corte desde 1850, formulou um projeto de abolição gradual. Em 1861, no *Relatório da Exposição Nacional*, aventou-se sobre a questão da escravidão como prejudicial à Indústria. Nas *Cartas do Solitário*, publicadas no *Correio Mercantil* em 1862, e em segunda edição em 1863, o Dr. A. C. Tavares Bastos estudou a questão do tráfico e dos Africanos livres e, igualmente, ocupou-se da escravidão, pronunciando-se contra essa.⁷⁹

Trabalhos, acima, como o de Caetano Alberto Soares (que analisaremos mais adiante por se tratar de um membro do IAB, que antecedeu e inspirou Perdigão Malheiro na confecção do seu discurso de 1863), foram motivados tendo em vista as experiências históricas de povos europeus modernos, os quais, assim como muitos brasileiros da primeira metade do século XIX,⁸⁰ recorreram à escravidão antiga para melhor diagnosticarem a escravidão em seu próprio tempo. Haja vista a recepção desse tipo de pensamento no Brasil, não chega a surpreender a última fala de Perdigão Malheiro em uma das suas mais famosas declarações enquanto presidente do Instituto dos Advogados, a qual demonstraria o seu absoluto entrosamento com a noção de que o problema político da escravidão deveria ser, também por aqui, devidamente encaminhado:

“As gerações que nos há de suceder bem diriam tão meritória resolução. E a bondade do Altíssimo desceria, como o orvalho criador, sobre a terra, ora abrasada pelo suor e lágrimas do escravo; só então nossa bela pátria seria verdadeiramente feliz.”⁸¹

⁷⁹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp. 93-95.

⁸⁰ Ver texto de autora que aborda o processo de definição do trabalho livre no contexto de predominância da escravidão, na primeira metade do século XIX, em: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Liberdade em tempos de escravidão”. Chaves, Cláudia Maria das Graças e Silveira, Marco Antonio. (orgs). Território, conflito e identidade. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 89-104. Ler também: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. A abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009* - ISSN: 1676-2584, pp. 88-89.

⁸¹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p.17.

Discursos de cunho moral e cristão ditaram, senão totalmente, boa parte dos princípios que sustentaram as narrativas abolicionistas no cenário europeu a partir de fins do século XVIII. No Brasil, não se pode dizer que tais narrativas divergiram muito daquelas produzidas na “Europa das abolições”. Como sustentou Antonio Penalves Rocha, os escritores brasileiros, observando a escravidão através do prisma das ideias antiescravistas da Ilustração, condenaram a instituição sob todos os ângulos, acompanhando a “sensibilidade humanitária” dos autores europeus e considerando a escravidão como um atentado ao direito natural e ao Cristianismo.⁸² Esse tipo de pensamento também pode ser encontrado em figuras “vivas” da época como Montesquieu, segundo o qual:

“Como todos os homens nascem iguais, é preciso dizer que a escravidão é contra a natureza, ainda que em certos países esteja fundada numa razão natural; e deve-se distinguir bem estes países daqueles onde as próprias razões naturais a rejeitam, como os países da Europa, onde foi tão felizmente abolida.”⁸³

A formulação de Montesquieu, que no fundo chamava a atenção para as contradições entre viver no “século das luzes” e aceitar pacífica e acriticamente a exploração dos negros nas colônias do ultramar, não passou despercebida das “lentes” de Perdigão Malheiro. O brasileiro fez uso do ilustrado francês para discutir temas relacionados ao costume e o ideal de civilização moderno no seu país, bem como as conexões entre escravidão e cristianismo. Tanto que, valendo-se de outros dois textos escritos século depois, *Histoire de l’esclavage dans l’Antiquité* e *L’Ésclavage dans les colonies*, de autoria de Henri Wallon, ele resgatou o pensamento de que a escravidão e o progresso do cristianismo eram mutuamente excludentes, uma vez que havia incoerência entre a servidão humana e um sistema de valores fundamentais. O capítulo intitulado “Da Escravidão dos Negros”, da obra *O Espírito das Leis*, pode ser considerado o ponto de partida intelectual deflagrador do movimento abolicionista

⁸² ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 43 -79. 2000, p. 52. Em estudo que parte da análise do Iluminismo português do século XVIII, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves estabelece uma cultura política comum a luso-brasileiros da América e portugueses de Portugal. Tendo como referência a ideia de império luso-brasileiro, a pesquisadora institui uma conexão entre o movimento iniciado em 24 de agosto de 1820, no Porto, e a Independência brasileira. Para uma leitura de trabalho que exemplifica a apropriação por atores brasileiros das ideias ilustradas, ver: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Da mesma autora: Por detrás dos panos: atitudes antiescravistas e a Independência do Brasil, Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Brasil. Colonização e Escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. Ver, também, em especial a parte II do livro de MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁸³ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. Apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução Chistina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.258.

na época das Luzes. Na esteira desse livro, muitos autores franceses, como o próprio Wallon, abordariam o tema da abolição da escravidão nas colônias do Velho Mundo, inspirando politicamente movimentos abolicionistas não só na França, como também na Inglaterra.

Nesse caso, um conjunto de acontecimentos vai evidenciar como a questão da escravidão era oportuna. Na década de 1780, foram fundadas sociedades abolicionistas na Europa, tendo sido a primeira delas criada na Inglaterra, em 1783, para lutar pelo fim do tráfico negreiro. Mas, suas atividades só se iniciaram efetivamente em 1787, graças à ação política de Thomas Clarkson, Glanville Sharp e James Phillips, quando passou a se chamar “*Sociedade pela abolição do tráfico e da escravidão dos negros*”. Com a cessação do tráfico, acreditavam os abolicionistas, os senhores de escravos das colônias finalmente constatariam que o emprego de trabalhadores livres era mais produtivo do que o de escravos. Assim, a primeira vitória do movimento antiescravista inglês veio em 1807, com a proibição do tráfico negreiro transatlântico para as colônias inglesas. A abolição definitiva da escravidão inglesa, contudo, só viria em 1833, depois da retomada do movimento antiescravista da Inglaterra ocorrido na década de 1820 e de um novo patamar de resistência dos escravos caribenhos, já no sentido de abolição da instituição.⁸⁴ Na França, a primeira data de 1788: trata-se da “*Sociedade dos Amigos dos Negros*”, que tinha à testa figuras como Brissot, La Fayette, Mirabeau, Clavière, Condorcet, Sieyès, Grégoire, Lavoiser, Pétion, etc. Os eventos revolucionários, que se iniciaram em 1789, tiveram impacto decisivo nas possessões caribenhas. A Revolução Francesa e seus desdobramentos no Caribe alteraram por completo o sistema colonial francês, sendo um efeito disso sentido com a abolição da escravidão em São Domingos, a partir de 1791. Depois que os franceses aboliram a escravidão em 1794, libertos e ex-escravos, em 1804, inspirando-se diretamente nos princípios políticos da Ilustração, decretaram a independência do Haiti, o segundo país da América a fazê-lo depois dos Estados

⁸⁴ A discussão é bem mais ampla e pode ser aprofundada a partir das leituras de trabalhos como o de BROWN, Christopher Leslie. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Virginia: Omohundro Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, 2006. Ver também os trabalhos de DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca, 1975; *Slavery and human progress*. New York: Oxford University Press, 1984; *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Uma visão mais resumida sobre o abolicionismo inglês pode ser encontrada em: BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 147-174/445-497; e DRESCHER, Seymour. *Abolição*. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 291-416. O tema foi debatido por BENDER, T. (ed.) *The Antislavery Debate: Capitalism and Abolitionism as a Problem in Historical Interpretation*. Berkeley, University of California Press, 1992.

Unidos. A escravidão fora inteiramente abolida no novo país, enquanto nas demais colônias francesas (Martinica, Guadalupe, Guiana) isso só ocorreria em 1848.⁸⁵

Sem dúvida, esses acontecimentos repercutiram no Brasil e deixaram evidente que se havia quebrado o pacto entre as grandes nações coloniais europeias de defesa da escravidão. O surgimento de movimentos contestatórios da escravidão na Europa e a consequente abolição da escravidão em suas colônias surtiriam efeitos consideráveis para o país, mas não imediatos. Em grande medida, isso pode ser explicado pelo fato de que, mesmo a escravidão sendo abolida nas colônias europeias remanescentes na América, em diferentes estados dos Estados Unidos e em diversas das novas repúblicas ibero-americanas, não foi o que se observou em Cuba, ainda uma possessão espanhola, na maioria dos estados do Sul dos Estados Unidos e no Império do Brasil. Nessas regiões, não só a instituição servil foi mantida, simultaneamente, como conheceu notável expansão. Nesses dois últimos casos, assistiu-se ao que se pode designar de *ascensão do escravismo nacional*. Ascensão que se deu em íntima conexão com o desenvolvimento do mercado mundial capitalista e com a construção dos Estados nacionais.⁸⁶

Sumariamente, foi isso o que Dale W. Tomich em estudo denominou de “*Segunda Escravidão*”. Seu objetivo era chamar a atenção para o caráter variável da escravidão na economia mundial do século XIX, mostrando, ao mesmo tempo, a formação e a reformulação das relações escravistas dentro dos processos históricos da economia capitalista mundial. Na sua visão, se a escravidão havia sido abolida nas principais partes do globo, o “*século antiescravista*” seria, contrariamente, o apogeu do seu desenvolvimento. De outra maneira,

⁸⁵ A abolição da escravidão na França foi analisada por: JENNINGS, Lawrence C. *French Anti-Slavery: The Movement for Abolition of Slavery in France, 1802-1848*. Cambridge: Cambridge UP, 2000. Não menos importante, mas retratando também o caso inglês, podemos mencionar o trabalho de KIELSTRA, Paul Michael. *The Politics of Slave Trade Suppression in Britain and France, 1814-48: Diplomacy, Morality and Economics*. Basingstoke, 2000. Ver também: DRESCHER, Seymour. *Capitalism and Antislavery: british mobilization in comparative perspective*. Londres/Nova York, 1987, cap. 3. Do mesmo autor: *Abolição*. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 205-253; DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca, 1975, p. 137-148. Para uma síntese acerca do tema, ler: BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 179-279/505-546. Para o Haiti: C. L. R. James, *The Black Jacobins: toussaint l’ouverture and the San Domingo revolution*. Londres, 1938; FICK, Carolyn. *The Making of Haiti – the Saint –Domingue Revolution from below*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1990; KOLCHIN, Peter. *Unfree Labor: american slavery and russian serfdom*. Cambridge, MA, 1987, pp. 49-51.

⁸⁶ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras-século XIX. Senhores e cativos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.21. Para uma abordagem comparativa entre Brasil, Cuba e Estados Unidos, ver: BERGAD, Laird W. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Consultar, igualmente, a parte III do livro de MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1680-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ver também: BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1780-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. Recentemente, o assunto foi analisado em: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

enquanto se notava, no final do século XVIII, um papel secundário conferido às colônias escravistas da América do Norte, Brasil e colônias espanholas - com exceção da ilha de Cuba -, a partir do século XIX, em contrapartida, percebeu-se o crescimento da escravidão nessas regiões em virtude do aumento da demanda mundial de algodão, café e açúcar e do declínio dos antigos centros de produção escravista, como o Caribe britânico e francês, que chegaram aos limites máximos de suas capacidades produtivas.⁸⁷

Ou seja, praticamente 13 anos depois de abolida a escravidão nas colônias francesas (1848), e passado ainda mais tempo da abolição das colônias inglesas (1833), é que puderam ser sentidos, no Brasil, os resultados diretos da produção intelectual e dos feitos políticos dos atores sociais daqueles dois países. E isso não se deveu à demora da divulgação dos eventos europeus ou pelo atraso das ideias estrangeiras em chegar por aqui. O motivo que faria figuras brasileiras, como Perdigão Malheiro, a voltar suas atenções para a complicada questão da escravidão era outro: o conflito iniciado no Sul dos Estados Unidos em abril de 1861.

1.3. A presidência do IAB e o problema da escravidão

No ano em que se iniciava, nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão, Perdigão Malheiro foi empossado como presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, organização que não representava um espaço jurídico qualquer. O ambiente quase sempre restrito do Instituto funcionava como ponto de encontro para importantes reuniões, ordinárias ou extraordinárias, onde se concentrava não apenas boa parte dos profissionais liberais formados em Direito. O IAB também se destacou por ser um local emblemático de discussão de diversos assuntos relacionados à política, economia, sociedade e cultura. Além disso, era nele onde aconteciam por ano dezenas de eventos de significativa relevância, tais como: conferências, anúncios literários, leitura de memórias e artigos jurídicos. Muitos dos opúsculos publicados no período, inclusive, eram logo enviados para os membros do Instituto dos Advogados, que os divulgavam e os apreciavam criticamente.⁸⁸

⁸⁷ TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 87-97.

⁸⁸ O IAB foi visto, por muitos, como elemento gerador de desenvolvimento da cultura jurídica nacional. Algumas pesquisas trabalharam com o tema e teceram análises importantes sobre o Instituto. Ver: LOBO, Eugênio Roberto Haddock. *O IAB e a modernidade*. Rio de Janeiro, 1990; SILVEIRA, Alfredo Balthazar. *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros: Memória Histórica da sua fundação e da sua vida*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio. Rodrigues e C., 1944; VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Cinquenta anos de existência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894; VIDAL, Armando. "O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros". In: Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Livro do Centenário dos Cursos jurídicos (1827-1927), tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, pp. 375-430.

A escravidão foi um dos muitos temas que suscitou importantes trabalhos e discussões no IAB durante o Segundo Reinado. Questões de interpretação da legislação então vigente foram debatidas, mas, sem dúvida, deve-se dar maior ênfase aos estudos que trataram sobre as possibilidades de se abolir a escravidão. Nesse âmbito, nome de valor que antecedeu a linha antiescravista seguida por Perdigão Malheiro dentro do Instituto, destacando-se através de sua proposta, foi o de Caetano Alberto Soares. Ainda na década de 40, esse jurisconsulto analisou, com certo rigor, a situação da população escrava e os caminhos de uma possível emancipação. Sua fala marcou a primeira manifestação do Instituto quanto ao tema da escravidão. Aconteceu quando, a *7 de setembro de 1845*, segundo aniversário do IAB, o bacharel apresentou, em sessão solene, memória intitulada *Melhoramentos da Sorte dos Escravos no Brasil*.⁸⁹

O trabalho de Caetano Alberto Soares sobre o assunto não trouxe proposta de liquidação total da escravidão, pois ele estava mais preocupado com os problemas diplomáticos que envolviam o Brasil e a Inglaterra quanto à questão do tráfico de escravos do que, necessariamente, com o fim da escravidão. Como o próprio título indica, fazia considerações quanto ao estado no qual se encontrava aquela população, sugerindo algumas medidas imediatas. Nada, porém, que assustasse os proprietários. Utilizando-se de linguagem muito cuidadosa e sem radicalismo, propôs-se apenas a colocar em xeque a legitimidade daquela instituição. Assim, ao conceituar a escravidão, refutou a ideia de que era um mal natural, ou seja, inerente e indispensável da natureza humana, como muitos proclamavam. Segundo sua visão, embora a escravidão tenha estado presente nas diversas culturas desde a Antiguidade, fora, em compensação, abolida por muitas nações modernas, evidenciando não ser condição necessária de sociedade.⁹⁰

Se em seu discurso Caetano Soares quis questionar a legitimidade da escravidão, só condenou, explicitamente, a visão de que tal instituição pudesse ser eterna. Ele não combateu as bases sustentadoras da sociedade brasileira, formadas a partir da submissão de índios e negros, nem conseguiu tampouco romper com o pensamento de grande parte dos políticos da época, os quais pregavam a emancipação em longo prazo. Completando o seu ponto de vista, o bacharel apresentou sua preocupação com a situação a que se submeteria a população escrava após sua libertação. E afirmou que a solução para o Brasil seria a substituição do

⁸⁹ ALBERTO, Caetano Soares. *Memoria para melhorar a sorte dos nossos escravos: lida na sessão geral do Instituto dos Advogados Brasileiros no dia 7 de setembro de 1845*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1847.

⁹⁰ *Instituto dos Advogados Brasileiros. 150 Anos de História: 1843 – 1993*. Editado pelo Sesquicentenário, gestão Ricardo César Pereira Lira. Destaque: Rio de Janeiro, 1993, p.86.

trabalho escravo pelo livre, o que deveria ser feito de uma forma gradual e que proporcionasse condições para a efetivação da emancipação sem transtorno das fortunas.⁹¹

Com trabalhos como esse, o IAB ficou conhecido como um espaço que gozava de certa “autonomia”, pois o seu núcleo era formado integralmente por advogados, profissionais liberais que se distinguiam dos magistrados com relação à capacidade e orientação política. Segundo José Murilo de Carvalho, praticamente todos eles foram educados no Brasil, e não em Coimbra como muitos magistrados. Além disso, a sua relação estabelecida com o Estado era muito distinta da de um magistrado: o último era um empregado público, encarregado de aplicar a lei e defender os interesses da ordem. Já o advogado era um instrumento de interesses individuais ou de grupos, e como tal podia se tornar porta-voz de oposição tanto quanto do poder público.⁹²

Esse fato não deixou de chamar a atenção do Imperador. Sendo D. Pedro II considerado por muitos como um monarca ilustrado, não é de se espantar que ele tenha feito parte de algumas das sessões extraordinárias do IAB. Quanto a isso, há quem diga que era nessa casa onde o imperador se sentia mais à vontade para tratar de assuntos mais delicados, como foi o caso da escravidão. Diferentemente de 1845, ocasião da publicação de *Melhoramentos da Sorte dos Escravos no Brasil*, em 1863 o Instituto, reconhecido oficialmente pelo governo imperial, delegaria poderes para que, pela primeira vez, um presidente se manifestasse contra o cativo, ditando muitos dos parâmetros considerados necessários para o bom andamento das discussões em torno da libertação do ventre.⁹³

⁹¹ *Instituto dos Advogados Brasileiros. 150 Anos de História: 1843 – 1993*. Editado pelo Sesquicentenário, gestão Ricardo César Pereira Lira. Destaque: Rio de Janeiro, 1993, pp. 87-88-89.

⁹² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.89. Ver também: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, pp.42-49. E artigo do mesmo autor que observa os atributos ideais da advocacia no Brasil do século XIX, mencionados pelo estatuto e pelos discursos dos presidentes do instituto: PENA, Eduardo Spiller. Ser advogado no Brasil Império: uniformização e disciplina no discurso jurídico de formação. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 23, FCHLA 03, p.55-68, Curitiba, out. 2001.

⁹³ A bibliografia sobre D. Pedro II é bastante ampla. Não obstante, algumas pesquisas que trabalham com a perspectiva do pensamento ilustrado do imperador podem ser mencionadas: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, cap.12; CARVALHO, J. Murilo de. *D. Pedro II – Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Distinguindo-se teórico-metodologicamente dos trabalhos anteriores, Roderick Barman também legou importante contribuição em: BARMAN, Roderick, *Imperador Cidadão. D. Pedro II e a construção do Brasil* (trad.port), São Paulo: Ed. Unesp, 2012. Exemplo de análises que procuraram enfatizar a biografia de D. Pedro II pode ser encontrado em: Lyra, Heitor. *História de Dom Pedro II*, 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977; CALDEIRA, Jorge. *História de d. Pedro II*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 5 vols; CAMPOS, Joaquim Pinto de. *O senhor d. Pedro II, imperador do Brasil*. Porto, Thyp. Pereira, 1871. Para uma crítica ao pensamento de que D. Pedro II “lutou pela causa dos escravos”, ler: PINTO, Pedro A. *D. Pedro II e a abolição*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais – Carmo 55, 1921. Sobre o entrosamento entre D. Pedro e o Instituto, Spiller Pena já tratou. PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, pp. 24, 146, 276, 286. Em

A política externa brasileira com a Inglaterra, de longas datas,⁹⁴ contribuiu para essa tomada de posição por parte do IAB. Acompanhando o raciocínio de Christiane Laidler, até 1831 a escravidão brasileira, do ponto de vista legal, esteve livre de restrições. A partir desse ano, contudo, o tráfico ilícito trouxera para o país milhares de africanos cuja condição no país era ilegal e, no contexto do combate final ao tráfico, quando a questão ganhou muita publicidade, as pressões britânicas e as atenções em geral se voltaram também para esse problema. Após a Lei de 1850, o tráfico foi duramente reprimido, envolvendo toda a máquina do Estado, sem o que não teria sido extinto. Conforme a pesquisadora, a vigilância inglesa era constante, incansável. E, uma vez reconhecendo o empenho do governo brasileiro na repressão do contrabando, sua ação se voltou para os africanos ilegais. Negando a possibilidade de “desatar esse nó” - uma vez que a questão envolvia muitos interesses e propriedades, sem contar os transtornos que poderiam surgir com diversos escravos recorrendo a autoridades a fim de provar sua condição de livres de acordo com a Lei de 1831, que não fora revogada -, a monarquia demonstrou solidariedade com a ilegalidade do tráfico, sendo, durante 19 anos, “cúmplice” e “parceira” dos proprietários por admitir livremente a compra de escravos ilegais ao longo deste período. A fim de legalizar a fraude e corrupção instituída pelas próprias autoridades, comenta Laidler que “*Nabuco de Araújo, em dezembro de 1853, expediu um decreto no qual a emancipação era concedida aos ‘africanos livres’ que houvessem prestado serviço a particulares por um período de 14 anos*”. O que, para a autora, apresentava-se como um paradoxo, tornou-se uma realidade, de sorte que os últimos escravos distribuídos através da fraude somente se tornaram livres em 1864, ano em que um decreto do Ministro da Justiça e chefe do gabinete, Francisco José Furtado, emancipou todos os africanos livres existentes no Império ao serviço do Estado ou de particulares.⁹⁵ De acordo com esse decreto no seu artigo 1º: “*desde a promulgação do presente Decreto ficão emancipados todos os Africanos livres existentes no Imperio ao serviço do Estado ou de particulares, havendo-se*

1864, por exemplo, Perdígão Malheiro fez a leitura de parte do seu ensaio, com a ilustre presença do Imperador D. Pedro II. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Edição: 313/1864, 12 de novembro de 1864, p.1.

⁹⁴ A emancipação dos africanos livres seria causa de desentendimento entre Brasil e Grã-Bretanha, sendo um dos motivos alegados para rompimento das relações diplomáticas entre as duas partes, episódio que ficou conhecido como “Questão Christie”. Sobre isso ver: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976, cap. 13.

⁹⁵ LAIDLER, Christiane. *A lei do ventre livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Laidler.pdf. Acesso em 15/01/2014 às 20h. e 32 min, pp. 181-184.

por vencido o prazo de quatorze annos do Decreto numero mil trezentos e tres de vinte oito de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e três”.⁹⁶

Em 1860, ao final da primeira década de repressão incansável e com o tráfico reconhecidamente extinto, William Dougal Christie foi nomeado ministro inglês no Brasil, trazendo instruções para relatar o estado da escravidão no país. Seu relatório confirmou o fim da introdução de africanos, mas constatou que havia aumentado o número de escravos e que no Brasil não se cogitava nenhuma ideia de abolição. Em 1861, Christie pediu às autoridades brasileiras uma lista completa dos africanos livres e de seus destinos e não obteve resposta. O representante inglês então acusou o governo brasileiro de esconder os reais interesses existentes para com os africanos, tornando muito duras as relações entre as duas nações a partir de então.⁹⁷

Em junho de 1861, um navio britânico foi saqueado depois do naufrágio na costa da província do Rio Grande do Sul, e supostamente, alguns tripulantes foram assassinados pela população local. Entretanto, antes da conclusão do processo do naufrágio, outro incidente ocorreu no Rio de Janeiro em maio de 1862, quando três marinheiros britânicos foram presos na Tijuca por desacato e desentendimentos com a polícia brasileira. No caso do naufrágio, o governo imperial não aceitou a tese inglesa de assassinato dos tripulantes. Quanto ao episódio carioca, com a intervenção das autoridades britânicas, os marinheiros foram soltos sem nenhuma acusação formal. Tanto o embaixador Christie e o Almirante Warren, comandantes dos marinheiros, pediram a demissão dos policiais que prenderam os oficiais e um pedido de desculpa formal do governo brasileiro pelo incidente ocorrido. Além disso, Christie pediu uma indenização dos prejuízos do navio que naufragou no sul do país. Entrementes, o governo brasileiro se recusou a pedir desculpas e demitir os policiais que efetuaram a prisão dos britânicos. As autoridades brasileiras acusaram os marinheiros de provocarem a confusão. Face à negativa por parte do governo brasileiro, o embaixador britânico ordenou uma represália da esquadra britânica que fechou o porto do Rio de Janeiro, confiscou cinco navios brasileiros e impediu a entrada de outros navios brasileiros no porto. Como resposta, o governo brasileiro pediu uma satisfação pelas represálias e também um pedido formal de desculpas. Nesse meio tempo, o ministro brasileiro em Londres, Francisco Ignácio Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, pagou a indenização pelo incidente do naufrágio e a questão

⁹⁶ *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1864, Página 160 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

⁹⁷ Sintetizo, aqui, o que escreveu: LAIDLER, Christiane. *A lei do ventre livre: interesses e disputas em torno do projeto de "abolição gradual"*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Laidler.pdf. Acesso em 15/01/2014 às 20h. e 32 min, pp. 184-185.

entre Brasil e Grã-Bretanha foi para um arbitramento internacional. Em virtude dos britânicos não tomarem a iniciativa de se retratarem e pagarem os prejuízos causados pelo bloqueio ao porto do Rio de Janeiro, D. Pedro II cortou as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Foi apenas com o começo da Guerra do Paraguai, em 1864, que o embaixador britânico Eduard Thornton se retratou diante de D. Pedro II e os dois países voltaram a se relacionar.⁹⁸

Após a abolição do tráfico transatlântico de escravos,⁹⁹ um projeto de criação de lei que visava à libertação do ventre escravo se apresentava como uma proposta arrojada, sobretudo para as classes senhoriais, mas tal medida, igualmente, podia ser interpretada de forma bastante razoável dentro do atual cenário de crítica aos sistemas escravistas modernos. Nesse sentido, o debate sobre a “questão da mão de obra”, ou sobre o “elemento servil”, caminhava entre a recusa a encarar qualquer discussão sobre o fim da escravidão e as propostas de transição lenta e segura para o domínio do trabalho livre através da emancipação gradual dos escravos.¹⁰⁰ Basta lembrar que a intervenção inglesa na questão do tráfico de escravos ainda estava “viva” na memória de Pedro II e de todos aqueles que acompanhavam a política imperial. Por tal razão, não se cogitava a possibilidade de uma nova intervenção britânica no país. A interferência inglesa no tráfico não só havia ferido de certo modo a soberania nacional, como também passou a servir de experiência para o futuro da escravidão brasileira.¹⁰¹ Como parece óbvio, nem o imperador D. Pedro II e nem Perdigão Malheiro, desconheciam o peso histórico desses acontecimentos, e tendo em vista, já em janeiro de 1864, “*que os dias da escravidão estavam contados, nos Estados Unidos, e também no*

⁹⁸ Sintetizo, neste parágrafo, as palavras de SINÉSIO, Daniel Jacuá. A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógenas (1862-1865). *Dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: UFF, 2013, pp. 16-17. Para um resumo do caso Christie, ler: GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: A questão christie. *Revista de historia*, v. 24, n. 49, p. 117-38, 1962. O mesmo autor escreveu: *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Uma abordagem mais ampla e completa do assunto pode ser encontrada em BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976. Ver também comentários de CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁹⁹ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976.

¹⁰⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. Abolicionismo e formação da classe trabalhadora no Brasil. *Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal - RN. 22 a 26 de julho de 2013, p. 7.

¹⁰¹ Sobre as lições tiradas pelo governo brasileiro com a extinção do tráfico de escravos e o seu desejo de não repetição de uma possível intervenção inglesa no país com a questão da abolição da escravidão, alguns trabalhos forneceram importantes ferramentas de estudo. YOUSSEF, Alain. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010; PARRON, Tâmis. “A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

Brasil”,¹⁰² logo decidiram antever algumas medidas que agrupassem, ao mesmo tempo, os “interesses nacionais” e os da classe senhorial e proprietária de escravos.

A “ocupação” do cargo de presidente do Instituto, em 1861, não evidenciou apenas como Perdigão Malheiro estava no lugar certo, na hora mais aconselhada. A presidência da casa demonstrou também ao jurisconsulto que era preciso “atacar” o problema da escravidão no país tendo o apoio do Instituto e o aval do imperador Pedro II. Para tanto, ele precisava convencer, primeiramente, os seus pares, e em seguida, o conjunto da sociedade acerca da necessidade das reformas. Sendo Perdigão Malheiro o membro mais ilustre do IAB naquele ano, cabia a ele, mais do que a qualquer outra pessoa da entidade, posicionar-se diante de assunto tão complexo, representando, de uma só vez, a fala do Instituto e a sua própria. Assim o faria, Perdigão Malheiro, até a sua renúncia do cargo em 1866.

Nos anos subsequentes, entre 1862 e 1863, o jurisconsulto realizou dois discursos contra a legitimidade da escravidão. Na sua primeira grande manifestação, em *7 de setembro de 1862*, proferiu uma fala se ocupando do cativo e de algumas considerações sobre a legislação vigente no Brasil a respeito da matéria. Não passou disso. Bem informado pela imprensa nacional acerca dos últimos acontecimentos nos Estados Unidos, Perdigão Malheiro teve razões para sustentar publicamente uma postura cautelosa diante do tema. Dois meses antes, em 22 de julho de 1862, Abraham Lincoln informou seu gabinete de sua intenção de proclamar a emancipação geral dos escravos. Entretanto, diante da recomendação do mesmo, o presidente conteve seu anúncio público até a ocasião de uma vitória da União. Utilizando-se então do sentimento antiescravista entre os europeus, e apoiando-se igualmente na *batalha de Antietam*, Lincoln agiu. Em *22 de setembro de 1862*, dias depois da fala de Perdigão Malheiro no Instituto, o chefe político-militar dos Estados Unidos divulgou a proclamação preliminar da emancipação, fazendo saber que em *1º de janeiro de 1863* declararia todos os escravos nos estados, ainda que em rebelião, “*doravante e para sempre livres*”.¹⁰³

Essa notícia alterou profundamente o quadro da escravidão brasileira, acendendo no país o sinal de alerta a respeito de uma possível derrota do Sul e, sobretudo, das consequências do decreto de emancipação de 1863. Tanto que, oito meses depois do pronunciamento de Abraham Lincoln, em nova sessão comemorativa do aniversário do

¹⁰² SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras-século XIX. Senhores e cativos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 53.

¹⁰³ BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo: Uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006, pp. 298-299; OAKES, James. [*Freedom National: The Destruction of Slavery in the United States, 1861-1865*](#). New York: W.W. Norton & Company, 2013, caps. 9 e 10.

Instituto e da independência do Brasil Perdigão Malheiro voltaria a falar sobre o tema, só que, desta vez, com maior profundidade, como ainda veremos neste capítulo.

Em face da conjuntura internacional em que o país estava submerso, “*Caso Christie*” e “*Guerra Civil Americana*”, além de outros eventos de, talvez, menores proporções,¹⁰⁴ evidenciou-se a maneira pela qual a questão da escravidão no Brasil passaria a ser tratada. Em *A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)*, Silvana Barbosa examinou as interpretações e a recepção da imprensa para aquela que ficou conhecida como Guerra de Secessão, conflito o qual devastou os estados do norte e do sul dos Estados Unidos entre 1861 e 1865.¹⁰⁵ Nessa análise, destacou como o tema apareceu nas folhas diárias da Corte e foi conduzido pelos seus redatores. Ainda que tenha se valido em seu recorte do Rio de Janeiro, apenas nos anos de 1862 e 1863, ela conseguiu articular de forma bastante eficaz as posições ideológicas dos periódicos brasileiros e as repercussões causadas por aquele conflito no país. Em uma das muitas passagens esclarecedoras do seu curto artigo, a pesquisadora fez referência a um ilustrativo fragmento do *Correio Mercantil* sobre o assunto:

“Se as nações aproveitassem o espetáculo dos males que outras sofrem, que profícua lição não seria para nós, o mísero estado a que a escravidão respeitada como princípio reduziu a primeira nação do novo continente!”¹⁰⁶

O *Correio Mercantil*, conforme sua interpretação, deu início, com artigos como esse, a um intenso, mas curto debate a respeito do motivo da guerra (a escravidão) e da posição das demais nações diante desse conflito. Como afirmou a historiadora, era a lógica liberal que

¹⁰⁴ Além da Questão Christie e da Guerra Civil que despontava nos Estados Unidos, para Ricardo Salles “as relações entre o Império e o governo da União estavam longe de serem cordiais. Não bastasse o fato de ter reconhecido o estado de beligerância dos Estados Confederados em relação à União, havia a pressão norte-americana para abertura da navegação internacional do Amazonas, o que só seria aceito pelo governo imperial em fins de 1866. Além de tudo isso, o Brasil reconhecia o Império de Maximiliano no México, que, claudicante, era sustentado por tropas francesas de Napoleão III, fato que o tornava mais intolerável para os Estados Unidos. No contexto mais próximo da região platina, o governo imperial, em parte sob influência dos pecuaristas gaúchos, em parte em defesa de seus interesses financeiros no Uruguai e movido por uma política externa de orientação hegemônica na região, apoiava a revolta de Venancio Flores contra o governo blanco do presidente Bernardo Berro”. Consultar: SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 54. Sobre a política externa brasileira e mexicana e as relações entre esses dois países, ler: PALACIOS, Guillermo. *De Imperios y repúblicas: los cortejos entre México y Brasil, 1822-1867*. *HMex, Li: 3*, 2002, p. 559-618.

¹⁰⁵ Ver: BARBOSA, Silvana Mota. *A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)*. In: CARVALHO, J. M. de. & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁰⁶ BARBOSA, Silvana Mota. *A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)*. In: CARVALHO, J. M. de. & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.126.

demonstrava a necessidade de se aprender com os exemplos e perceber que a escravidão não podia mais, por aqui, ser defendida.¹⁰⁷

Outros periódicos, como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Actualidade*, que seguiam praticamente a mesma linha reformista do *Correio Mercantil*, também ajudaram a repercutir o tema da Guerra Civil Americana no Brasil, com plataformas políticas que, embora diferentes, guardavam simpatias mútuas. Mas, nesse cenário, nem todos os jornais compartilharam desse reformismo político, favorecendo, assim, o desencadeamento de algumas polêmicas entre os principais meios de circulação do Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, defendeu a posição de neutralidade adotada pelo governo e forjou penosas críticas àquelas folhas de oposição. Um dos comunicados desse jornal, como Barbosa evidenciou, começava assim:

“Nas grandes folhas diárias da oposição apenas temos de notar a persistência do Mercantil em mostrar que, por amor da questão abolicionista, todas as simpatias do liberalismo brasileiro devem ligar-se aos estados do norte na guerra civil que assola a famigerada Confederação Americana. Em compensação, no *Actualidade*, vemos desenvolver-se mais afoitamente a fisionomia mais característica dessa oposição que entende que sua tarefa deva limitar-se a dizer não toda vez que o governo diz sim.”¹⁰⁸

O argumento central de o *Jornal do Commercio*, portanto, era o de que as folhas de oposição seguiam uma prática incoerente com o bem público, pois negavam todas as ações do governo, mesmo as que seriam claramente necessárias ao país.

De um jeito ou de outro, as disputas entre os “jornais de oposição” e o *Jornal do Commercio* tomariam grande parte da narrativa de Silvana Barbosa, só que um dado apresentado pela autora chamou mais a atenção: o de que qualquer posicionamento adotado por parte dos periódicos remetia à defesa ou não da emancipação. Assim, diria o redator do *Diário*, que o debate trouxe para a imprensa o “*princípio perigoso da escravidão legal*”, e o do *Mercantil*, sugeria que “*o Ministério estava pressionando a imprensa para que silenciasse sobre o assunto*”. Dois pontos, ainda, precisavam ser destacados nas palavras da historiadora: de um lado, a prática recorrente dos gabinetes de utilizar a imprensa para defender as posições

¹⁰⁷ Embora a historiadora sugira espécie de contradição entre Liberalismo e escravidão em seu trabalho, tendemos a enxergar o tema com outros olhos, isto é, de que havia não só compatibilidade, como também muitos atores brasileiros do século XIX chegaram a defender a existência e permanência do Liberalismo na sociedade escravista, fazendo com que ambos, “Liberalismo e escravidão”, caminhassem lado a lado. O assunto foi comentado e desenvolvido no livro de PARRON, Tâmis. “*A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, 17-27.

¹⁰⁸ BARBOSA, Silvana Mota. *A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)*. In: CARVALHO, J. M. de. & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.126.

do governo. E, de outro, a forma como o governo e a imprensa lidaram com a guerra entre os estados americanos.

Além de especificar o papel da imprensa e da diplomacia no processo, apresentando-as não apenas como dois importantes veículos de informação na monarquia brasileira, Silvana Barbosa também as apontou como espaços políticos que possibilitavam o conflito de ideias e de força, os quais envolveram diferentes atores sociais interessados em uma mesma questão: o encaminhamento prático da escravidão em território nacional. Em síntese, seu artigo sinaliza para a hipótese de que o evento nos Estados Unidos estimulou diretamente o início dos debates que levaram à elaboração do projeto de libertação do ventre escravo e afirmou a centralidade do conflito norte-americano para o fim da escravidão no Brasil.¹⁰⁹

Não deixando de fazer referência ao pioneirismo geralmente atribuído à obra de Luiz Bandeira,¹¹⁰ um quantitativo significativo de pesquisas também destacaram, assim como a de Silvana Barbosa, o episódio, bem como sua relevância para o futuro da escravidão brasileira. Robert Conrad identificou que o conflito nos Estados Unidos “*abateu fortemente o escravismo brasileiro, fazendo acordar espécie de oposição ao sistema*”.¹¹¹ Em estudo distinto, Emília Viotti da Costa afirmou: “*a partir da Guerra de Secessão e, principalmente, depois da vitória dos nortistas e a extinção da escravidão nos Estados Unidos, o escravismo perdeu rapidamente suas bases*”.¹¹² Em artigo publicado posteriormente, a historiadora voltou a comentar sobre a matéria: “*somente depois da guerra civil norte-americana a abolição conquistou mais adeptos, porque o Brasil passou a ser um dos poucos países a manter a escravidão*”.¹¹³ Célia Maria Marinho Azevedo, em dois livros publicados em períodos separados, também recorreu ao fim da escravidão nos Estados Unidos para explicar que o conflito “[traduziu] *uma insegurança muito palpável naqueles dias, ao lado de outros temores (...)*”.¹¹⁴ Em seguida, citando o presidente do Conselho de Estado, o Visconde de Rio Branco, ela argumentou: “*(...) o fim da Guerra Civil americana e a derrota dos senhores de*

¹⁰⁹ Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117, p.98.

¹¹⁰ O primeiro historiador brasileiro do século XX a estabelecer uma relação direta entre a Guerra Civil e a Lei do Ventre Livre foi BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (1ª ed., 1972). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 155-161.

¹¹¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978, pp. 88-89.

¹¹² COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998, p.251.

¹¹³ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: a era da reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Edusp, 2002, p. 735.

¹¹⁴ AZAVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 119.

escravos sulistas haviam selado o destino da escravidão brasileira”.¹¹⁵ Por seu turno, Lilia Moritz Schwarcz explicou: “*após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América e a vitória da União em 1865, o Brasil convertia-se, juntamente com Cuba, num dos últimos países a permitir a escravidão em seu território*”.¹¹⁶ Outros dois pesquisadores, igualmente, avultaram o isolamento internacional do país como fator primordial para o debate político sobre a emancipação.¹¹⁷ Recentemente, podemos ainda mencionar os trabalhos de Ricardo Salles¹¹⁸ e mais dois artigos que, não obstante suas diferenças e opções teórico-metodológicas, apontaram para a necessidade de um estudo integrado da experiência americana no cenário político-econômico-ideológico brasileiro e internacional.¹¹⁹

Em realidade, como tais trabalhos evidenciaram, a Guerra Civil Americana transformou consideravelmente o quadro da escravidão brasileira, acarretando mudança de perspectiva na forma como o sistema escravista era geralmente interpretado. O conflito e suas consequências foram anunciados em uma nota publicada no Diário do Rio de Janeiro em 04 de setembro de 1863, três dias antes do discurso de Perdigão Malheiro no IAB:

“O comércio nesta praça continua com pouca atividade e com inteira falta de tendências, especulativas. Quando estas aparecem são de pouca duração. Os principais motivos deste estado, certamente pouco lisonjeiro, são indubitavelmente as **consequências da lamentável guerra civil americana** [grifo meu].”¹²⁰

O periódico, de base reformista, marcou o descontentamento por parte dos comerciantes, que reclamavam da baixa nas atividades e da falta de caráter especulativo nas negociações, quase sempre, de pouca duração. A razão, segundo o jornal que dava “voz” aos mercados, estava nas sequelas deixadas pela “*lamentável guerra civil americana*”, principal motivo para aquele estado “pouco lisonjeiro”.

¹¹⁵ AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 148/193/189, respectivamente.

¹¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.481.

¹¹⁷ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003, pp.139-142.

¹¹⁸ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.158-167; *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro*. Civilização Brasileira, 2008, p. 79-110.

¹¹⁹ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão, p.10-28. In: ABREU, Martha; SERVA, Pereira (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPG História - UFF, 2011; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis Peixoto. *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

¹²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*. 04 de setembro de 1863, p. 3.

Como sugeriu Tâmis Parron, na esteira da crise nas Antilhas inglesas sobrevinda com a abolição do cativo, decretada em 1833, a república norte-americana se tornou o indisputável centro econômico e político da escravidão atlântica no século XIX, erigindo-se em modelo e garantia dos espaços menos poderosos no contexto internacional, como o Império do Brasil e as colônias espanholas de Cuba e Porto Rico. Não obstante, depois da abolição da escravidão nesse país, em 1865, a situação mudaria por completo no conjunto das regiões escravistas menos expressivas da economia-mundo. Os Estados Unidos, antes modelo escravista, passaram a se constituir como espécie de contraexemplo para aqueles Estados que defendiam uma abolição lenta e gradual da escravidão. Assim, restavam ao Brasil e as colônias espanholas, numa época em que se condenava a escravidão nos “quatro cantos do mundo”, encontrar melhor saída para o impasse da manutenção da escravidão internamente, situação no mínimo desconfortável para os seus governantes.¹²¹

Os debates que decorreram do conflito norte americano, em muito, colocaram parcelas expressivas da sociedade brasileira a par dos últimos acontecimentos sobre escravidão. O que, ao mesmo tempo, significou o avanço do assunto em diversos espaços e a sua escalada para a ordem do dia da agenda do governo imperial. A guerra de Secessão, assim, passou a representar espécie de “divisor de águas” na política da escravidão do país, acirrando os ânimos quanto ao tema da emancipação do ventre escravo. Tanto que, não foi sem causa que Perdigão Malheiro utilizou, como palavras de ordem, “*preparação*” e “*prudência*” para designar os rumos políticos da escravidão no Império. Segundo ele: “*os ânimos, dominados talvez pela guerra gigantesca dos Estados Unidos, e certamente por ideias e sentimentos de outra ordem, estavam mais dispostos a recebê-la*” [a ideia da abolição]. “*A ocasião era chegada de enterrar com mais esperança de feliz êxito tão grande questão*”.¹²²

1.4. “A legitimidade da propriedade constituída sobre o escravo”

O repertório intelectual utilizado por Perdigão Malheiro na elaboração de sua fala no IAB decorreu de uma tradição francesa ligada, inicialmente, aos livros de Troplong, *Influence du Christianisme sur le Droit Civil des Romains* (1843), Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité* (1847), e Victor Schoelcher, *Histoire de l'esclavage pendant les*

¹²¹ PARRON, Tâmis. “A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, cap. 4. Ver também: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

¹²² MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp.202-203.

deux dernières années (1847). Vinculadas a essa tradição de intelectuais e ativistas franceses, compuseram o quadro, também, a obra de Yanoski, *De l'abolition de l'esclavage ancien au moyen âge, et de sa transformation en servitude de glebe* (1860), e a de Augustin Cochin, denominada *Abolition de l'esclavage* (1861). De um modo geral, aos autores brasileiros, esses ensaios legariam o raciocínio de que era preciso a abolição de uma instituição radicalmente não cristã, que corrompia, da mesma forma, escravos, senhores e o conjunto da sociedade.¹²³

A análise detida do discurso *A Ilegitimidade da Propriedade Constituída sobre os Escravos*, de Perdigão Malheiro, leva-nos à interpretação de que, embora escritos por diferentes agentes e em momentos distintos, aqueles ensaios franceses tiveram em comum dois pontos cruciais para o tipo de abordagem por ele pretendida: primeiro, o teor político de suas narrativas, que consideraram largamente a necessidade da erradicação da escravidão nas colônias europeias. Em segundo lugar, a sua perspectiva histórico-comparada. Ambos os aspectos motivaram o exame de Perdigão Malheiro e a forma como o jurisconsulto passou a enxergar, em 1863, o problema da escravidão a partir do caso específico brasileiro. Vejamos mais de perto esse diálogo.

*

Referindo-se à redução de um homem ao domínio de outro, *pela força*, Perdigão Malheiro criticou, historicamente, todos aqueles que um dia avaliaram como natural a prática da escravidão:

“As doutrinas de Aristóteles, Platão, e outros antigos filósofos; a legislação de todos os povos desde a mais remota antiguidade, Hebreus, Gregos, Romanos, até os nossos dias; a história do mundo desde Noé; e, o que mais admira, a própria Religião de Cristo: tudo tem sido posto em contribuição para a sustentação daquele pseudo-princípio pelos defensores da escravidão (...).”¹²⁴

Conforme analisou Giuseppe Tosi, Aristóteles foi um dos primeiros filósofos que colocou explicitamente o problema da legitimidade da escravidão, que ponderou as opiniões contrárias e desenvolveu uma série de argumentos que permaneceram como pontos de referência para todo o debate posterior. O filósofo não escreveu um tratado sobre o tema,

¹²³ FINLEY, *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p.15.

¹²⁴ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 4.

afirmou Tosi, porém nos deixou amplas e significativas passagens nas suas obras ético-políticas.¹²⁵

Baseando-se nas leituras do livro I da *Política* e em outras anotações do filósofo grego, que podem ser encontradas na *Ética a Nicômacos* e na *Ética Eudémia*, Perdigão Malheiro evocou um dos principais argumentos de ataque à defesa da legitimidade da propriedade escrava: o seu aspecto de direito divino e natural. Evidenciando o descrédito de tais princípios, acrescidos, ainda, do equivocado – no seu entender - uso da força, contrapôs-se ao pensamento aristotélico de que o escravo, por natureza, era comparado a um objeto, a um instrumento, a uma coisa ou aos animais domésticos como o boi e o cavalo. Em sua opinião, a escravidão é que era contrária a natureza, por destruir a personalidade do homem e o elemento mais nobre do seu ser e que o aproximava de Deus: a liberdade.¹²⁶

No fundo, confrontando-se, no plano local, com os *saquaremas* - grupo político conservador articulado em torno da cafeicultura e da escravidão e que defendia ainda em 1863 uma ordem senhorial escravista ancorada naquelas ideias geralmente atribuídas a Aristóteles - e apoiando-se, no global, em abolicionistas franceses (como: o duque de Broglie, Guizot, A. Cochin, Andaluz, Borsier, príncipe de Broglie, Gaumont, Léon Lavedan, Henri Martin, conde de Montalembert, Henri Moreaum Edouard de Pressensém Wallon e Eugène Yung), Perdigão Malheiro sustentou em sua análise da escravidão, em muitos sentidos, o argumento ilustrado de que a escravidão deveria ser abolida tanto em princípio, como de fato. Nesse intuito, procurou provar a ilegitimidade da instituição secular, demonstrando que ela se opunha aos princípios do Cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva e violava o direito natural.

¹²⁵ TOSI, Giuseppe. Aristóteles e a escravidão natural. *Boletim do CPA*. Campinas, nº 15, jan./jun. 2003, p. 71. Sobre as relações entre Aristóteles e a escravidão, ver também: BRUGNERA, Nedilso Lauro. *A escravidão em Aristóteles*. Porto Alegre: Edipucrs, Editora Grifos, 1998.

¹²⁶ Além da leitura das fontes originais, o contato de muitos brasileiros - e esse pode ter sido também o caso de Perdigão Malheiro - com as teorias do Direito Natural aconteceu por meio dos estudos escolásticos. Tomás de Aquino, na Baixa Idade Média, baseou-se em Aristóteles para definir a lei natural como a lei moral impressa na razão humana. Contudo, séculos depois, autores nacionais se distanciaram do pensador grego ao tratar da escravidão considerando-a imprópria da natureza, ainda que conveniente culturalmente. Ver: REALI, Giovanni; ANTISERI, Dario. Direito Natural e Direito Positivo. In: *História da Filosofia*. Trad. Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, v.2, 1990, p. 567-570. Na linha de uma história social das ideias políticas na América colonial, livro que remete a tais discussões é o de ZERON, Carlos Alberto. *Linha de fé. A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011. Quanto à coisificação do escravo, a chamada “escola sociológica paulista” debateu. Ver: FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958; IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962. Diferenciando-se pelo método e pela forma de trato com as fontes, ver também: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998. Para uma abordagem distinta desses autores, ler: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Com base nesse tipo de interpretação, Perdigão Malheiro caracterizou inicialmente os Judeus. Destacou que o escravo entre eles fazia parte da família, sendo sua escravidão, em regra, temporária, uma vez que, no ano sabático e no jubileo, ela se extinguia. Já na Grécia, apesar de se reputar o escravo como uma verdadeira propriedade, o legislador, subordinado aos usos e costumes, podia sancionar a concessão de certos direitos de família e de propriedade, o que significava negar ou, pelo menos, por em dúvida a legitimidade da escravidão. Em relação a Roma, elucidou o progresso da sua legislação e a centralidade dos legisladores romanos (entre eles: Adriano, Antonino Pio, Caracalla, Valentiniano, Theodosio, Constantino e, sobretudo, Justiniano), os quais reconheceram, cada um em seu tempo, o fato de que a escravidão era uma instituição “*contrária à lei natural e só criada pela ferocidade dos inimigos*”. Além dessa ênfase no avanço da legislação romana quanto ao seu despertar para a elaboração de medidas em prol da liberdade, outro dado interessante, que também esteve presente em sua fala, dizia respeito à influência do Cristianismo nas leis de Roma, aspecto que marcou, consideravelmente, algumas mudanças relevantes do ponto de vista da aquisição do direito à liberdade. Quanto a isso, suas ideias tiveram amplo reconhecimento no ensaio escrito por Troplong sobre a *Influence du Christianisme sur le Droit Civil des Romains*, segundo o qual afirmaria que o Cristianismo foi, sobre todos os pontos, o poderoso auxiliar das ideias de civilização e de progresso: “*é pois interessante estudar como ele lhe acelerou a ação na sociedade romana*”.¹²⁷

Ponderando a respeito da ruptura do Império Romano do Ocidente até o início das invasões bárbaras, detalhou o declínio do cativo na Europa por volta dos séculos IX e XII. Em realidade, como sugeriu o jurisconsulto, a invasão dos bárbaros veio retratar espécie de extinção *preparada* da escravidão, que ganhou nova roupagem e significados com a servidão, já num estágio em que “*a guerra deixou de ser meio legítimo de reduzir a cativo os prisioneiros*”. Entre os séculos XV e XVIII, porém, a escravidão reapareceu, confirmou ele, sendo a sua principal razão a “cobiça” dos homens.¹²⁸

Somente no século XVIII, considerou, é que apareceriam “vozes generosas”, como a do filósofo iluminista Montesquieu, para condenar a escravidão em fato e em princípio. Na esteira do ilustrado, Perdigão Malheiro apreendeu o significado de que os homens nasciam livres e que era preciso combater a legalidade da escravidão. Sendo assim, articulou a tese de que se formou, na Europa, a partir daquele século, uma “verdadeira Cruzada humanitária”, da

¹²⁷ TROPLONG, *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos*. Trad.: José Raimundo da Costa Menezes. Recife: Typographia commercial de Meira Henriques, 1852, p. 65.

¹²⁸ Perdigão Malheiro, aqui, referiu-se ao tráfico de escravos e a escravização de africanos deportados para o trabalho forçado nas colônias americanas.

qual Montesquieu, estrategicamente, concederia sua “mente ilustrada” para propor o alcance de um objetivo de “ordem superior”: a eliminação da escravidão nas diferentes partes do mundo. Tomando como exemplo a abolição da servidão na Rússia e nas colônias de outras nações civilizadas, Perdigão Malheiro chegou à conclusão de que, no Brasil, não era nada aceitável uma posição distinta daquela compartilhada no quadro geral dos países que alcançaram certo grau de desenvolvimento, promovendo em seu interior reformas que respeitaram o direito natural de liberdade.

Finalizando, então, a primeira parte do seu discurso - que em muito se apoiou na *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos*, publicado originalmente por Troplong em 1843 -, atestou Perdigão Malheiro com certa precisão e persistência: “*Tudo, pois, conspira, senhores, para demonstrar que a escravidão não se pode manter em princípio; ella é um fato, e nada mais. Nossas próprias leis o tem assim declarado desde remotas éras até nossos dias*”.¹²⁹

1.5. “A natureza de tal propriedade”

“Não tive em vista mostrar neste opúsculo a influência do cristianismo sobre o complexo das instituições, e ainda menos sobre a civilização do mundo romano. O meu propósito é mais restrito. Limito-me a observação das influências, com que o cristianismo veio modificar as relações civis, o direito privado. Este direito representou na civilização romana um papel importantíssimo: derivado do mesmo pensamento religioso e político que o direito público, contribuiu em grande parte a dar a Roma os elementos de sua grandeza; e então não seria difícil ligar a história de seus desenvolvimentos a própria história das revoluções romanas.”¹³⁰

Valendo-se, aqui, de amplo repertório jurídico e do conhecimento empírico do Direito romano, Perdigão Malheiro recorreu novamente à história de Roma e às leituras do ensaio de Raymond Théodore Troplong para exemplificar a existência de legislações que permitiram certo grau de evolução e atualização na forma como lidavam com a escravidão e a liberdade. O caso romano, em sua visão, demonstrou o melhor modelo de progresso no âmbito de leis que favoreceram ações com o intuito de incorporação do elemento servil. E o motivo, para

¹²⁹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 7.

¹³⁰ TROPLONG, *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos*. Trad.: José Raimundo da Costa Menezes. Recife: Typographia commercial de Meira Henriques, 1852, p. 2.

tanto, estava na grande e benéfica influência do Cristianismo para aquela sociedade escravista.

O jurisconsulto começou por atacar o pensamento que defendia, de modo abrangente, a propriedade constituída sobre o escravo. De acordo com o seu raciocínio, nos tempos primitivos da República romana, não se ignorava o fato de que o senhor podia não só dispor livremente do escravo, mas ainda impunemente destruí-lo ou matá-lo. Fato que, aliás, não era uma especificidade romana. Na Grécia, aconteceu algo semelhante. Todos os direitos civis lhes eram negados, desde a família até a propriedade. O escravo não tinha, assim, capacidade alguma. Já entre os judeus, contudo, constatou Malheiro que o mesmo rigor não se dava. A *perpetuidade* da escravidão nessa região, segundo ele, não era a regra.¹³¹

A coisa mudaria de figura, tanto na Grécia quanto em Roma, a partir do avanço dos seus respectivos quadros jurídicos. Conforme o bacharel, embora se conservasse a ficção de direito - para fundamentar essa anômala propriedade do homem pelo homem -, as leis, sobretudo de Atenas, em muito modificariam as suas consequências. Em Roma, nessa linha, principalmente com o progresso da jurisprudência no tempo da República e com o aperfeiçoamento e melhoramento da legislação no tempo dos imperadores, já não se veria mais o escravo como uma *cousa* propriamente dita, mas como um *homem*, um ente pela natureza igual aos homens livres, e até mesmo uma *pessoa*.¹³² Com base nisso, argumentou:

“É que, por mais que a força procure contrariar as leis do Criador, quer na ordem física, quer na ordem moral, o homem não tem poder bastante para consegui-lo. A lei de Deus cedo ou tarde vem iluminar-lhe a razão desvairada, e a verdade aparece radiante, qual a estrela que guiou do deserto os reis à adoração do Redentor.”¹³³

Contrapondo-se então à conhecida expressão de Varrão que afirmava ser o escravo um *instrumentum vocale*, equiparado aos animais, por sua vez sendo um *instrumentum mutum*, Perdigão Malheiro corroborou com o que chamou de “*bom senso*” dos jurisconsultos romanos (Gaio, Ulpiano e Justiniano), que, muito antes da existência do próprio Cristianismo, havia reconhecido o escravo como uma pessoa. Gaio e Ulpiano, primeiramente, firmaram-no com o seu parecer. E o Imperador Justiniano, depois, reproduzira-o como princípio incontestável. Essa aparente discordância entre os atores romanos, evidenciada por Malheiro, teve

¹³¹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 9.

¹³² MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 9.

¹³³ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 10.

igualmente acolhimento na *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos* de Troplong:

“Os jurisconsultos que floresceram depois de Cícero se possuíram em geral do estoicismo, que lhes deu regras severas e precisas de proceder entre os homens. Toda a parte moral e filosófica do direito romano, desde Labeão, esse estoico inovador, até Caio e Ulpiano, é bebida nesta escola, cujo favor se tornou de dia em dia maior para esses homens conspícuos, que brilham aqui e ali no período imperial. Mas convém, que nos não enganemos; o estoicismo de Sêneca, de Marco Aurélio, e de Epicteto já não tem as estreitas e rudes proporções, que nos fazem sorrir com Cícero das extravagâncias de Catão, e de Tuberão: aqui eleva-se ele a formas mais puras e mais belas. Menos intolerante, menos áspero, apresenta-se solto das superstições que a razão lhe exprovara, desde suas primeiras conquistas em Roma. É demais; a mais uma filosofia espiritualista, que proclama o governo da providência divina, o parentesco de todos os homens, o poder da equidade natural.”¹³⁴

Estudioso da obra, mas também da Filosofia estoica, Perdigão Malheiro não deixou de infligir (como, aliás, também aparece timidamente na passagem informada de a *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos*) adjetivos aos governantes romanos e suas respectivas escolhas morais e filosóficas, baseadas, por seu turno, em representantes do estoicismo romano como Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio.¹³⁵

No mundo antigo, somente os estoicos fizeram prevalecer o conceito de escravidão como uma instituição social. Nas palavras de Reinhold Mann, dizia Sêneca: “*são escravos; mas também são homens. São escravos, sim, mas também companheiros de escravidão, se refletires que uns e outros estão sujeitos aos caprichos da fortuna*”.¹³⁶ A visão predominante na Antiguidade sobre escravidão era a de que ela era algo comum. Porém, apesar de ser predominante, essa visão teve seus críticos, como denotaria o caso dos estoicos. Sêneca divergiu do axioma hegemônico ateniense ao afirmar ser a escravidão uma instituição humana e não imposta pela natureza, como apontaria Aristóteles.¹³⁷ Amparando-se em tal pensamento, Malheiro no século XIX denunciou o excesso e a brutalidade dos senhores contra os escravos, tornando assim absurda a própria noção de escravidão.

¹³⁴ TROPLONG, *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos*. Trad.: José Raimundo da Costa Menezes. Recife: Typographia commercial de Meira Henriques, 1852, pp. 23-24.

¹³⁵ Sobre os dois primeiros, em estudo que tratou da escravidão na Roma antiga, Fábio Joly dedicou um capítulo em sua obra: JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 76-84.

¹³⁶ ULLMANN, Reinhold A. *O estoicismo romano*. Porto Alegre: Edupucrs, 1996, p. 28.

¹³⁷ BRUGNERA, Neditilo Lauro. *A escravidão em Aristóteles*. Porto Alegre: Edipucrs, Editora Grifos, 1998, p.30.

Esse olhar, contudo, não podia ser atribuído a Sêneca, uma vez que, no “mundo” antigo, jamais se questionou a legitimidade da escravidão.¹³⁸ Mais interessante, aí, seria considerar a leitura moderna da antiguidade e o diagnóstico dos modernos acerca da sua própria realidade. Nesse sentido, à medida que interpretava a liberdade como inauferível, sugeriu Perdigão Malheiro escorando-se no já exposto por Henri Wallon na sua *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité* de 1847:

“(…) que a propriedade do escravo é apenas um direito ou posse dos seus serviços, do seu trabalho. O homem nele é reconhecido existir sempre, ainda pelos direito dos povos contemporâneos que neste século mantém a escravidão. A liberdade natural o escravo a conserva. O exercício civil, a capacidade civil somente lhe é tolhida; mas pela manumissão é-lhe restituída, como o era já entre os povos da antiguidade.”¹³⁹

Em seu pensamento, desse modo, parecia inquestionável a ideia de que a propriedade constituída por *ficção* sobre o homem - a bem de outro homem e não tendo fundamento na lei natural - tenha se firmado de um todo especial, tolerado pela lei civil por motivos especiais e, portanto, por ela regulada. Por essa razão, a *natureza de tal propriedade* podia ser modificada e, até mesmo, extinta por aquela mesma lei civil e ficcional que a legitimou, especialmente no caso da observância da lei que, segundo ele, era a mais poderosa: a do “*Autor da Natureza*”.¹⁴⁰

Com base nessa constatação, encaminhou-se, o jurisconsulto, para o seu arremate final.

1.6. “A justiça e conveniência da abolição da escravidão; em que termos.”

A partir daqui, acentuaram-se três aspectos na fala de Perdigão Malheiro: primeiro, a possibilidade de modificação da lei em benefício do escravo; segundo, a utilização de exemplos históricos como espécie de aprendizado; e terceiro, a conveniência da abolição da escravidão; e em que termos.

Várias causas legais de emancipação, na compreensão do jurisconsulto, foram grafadas *em direito* entre os judeus, gregos, romanos; e também “entre nós”. No âmbito dos judeus, como vimos, duas ocasiões definiram o término do período de escravidão: o sabático e o

¹³⁸ Essa ideia também pode ser encontrada em: JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-8.

¹³⁹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 11.

¹⁴⁰ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 12.

jubileu. A escravidão teve, naquela região, um caráter *temporário*, excetuando-se a dos estrangeiros, os quais não possuíam a “*nacionalidade*” dos hebreus. Silenciando nesse momento quanto à realidade dos gregos, ele apresentou, em contrapartida, o caso romano. Em Roma, em vistas do “*grande empenho*” do Imperador Justiniano, obteve-se como resultado, assim como entre os judeus, a abolição lenta da escravidão.¹⁴¹

Do mundo antigo ao moderno, Perdigão Malheiro se revelou altamente informado a respeito da campanha abolicionista francesa, mencionando numerosas vezes os trabalhos de Victor Schoelcher (em especial a *Histoire de l'esclavage pendant les deux dernières années*, 1847), de A. Cochin (*De l'abolition de l'esclavage*, 1861), de Wallon (*Histoire de l'esclavage dans l'antiquité et dans les colonies*, 1847), além de relatórios oficiais editados pelas comissões parlamentares nos anos que precederam a abolição total nas colônias.¹⁴² Tomando como ponto de partida a identificação política dessas obras, assumiu a experiência daqueles atores franceses como sendo a sua própria, procurando a partir dela extrair exemplos bem sucedidos de emancipação. De Cochin, por exemplo, adotou de empréstimo a necessidade do desmantelamento do sistema escravista e considerou que a abolição não podia ter uma vocação puramente filosófica e nem separável do divino.¹⁴³ De Wallon, assumiu o caráter grandioso da sua obra, considerando a escravidão antiga desde os tempos bíblicos, passando pela servidão no Ocidente, até a reprovação moral e religiosa que marcaria não só a crítica daquele abolicionista francês à escravidão de seu tempo, como também assinalaria um elemento chave de ruptura com aquela sociedade escravista antiga: a sua não transferência para a modernidade.¹⁴⁴ De Schoelcher, que em muitos aspectos “bebeu da fonte” de Montesquieu (aliás, como todos eles), Perdigão Malheiro criticou a permanência da servidão e o insulto à razão humana caso não ocorresse de imediato o seu desaparecimento. E não só isso: em ambos, encontra-se o raciocínio de que a liberdade de um homem era o mesmo que um “*pedaço de liberdade universal*”, não se podia tocar um sem comprometer tudo de uma

¹⁴¹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, pp. 12-13. A ênfase que Perdigão Malheiro atribuiu à figura do imperador Justiniano talvez tenha se dado em decorrência de algo já dito anteriormente por Troplong: “A liberdade plena e inteira foi a consequência necessária de todas as manumissões, e Justiniano tornou os meios de alforria ainda mais fáceis, e mais numerosos”. TROPLONG, *Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos*. Trad.: José Raimundo da Costa Menezes. Recife: Typographia commercial de Meira Henriques, 1852, p. 71.

¹⁴² BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. *Estudos Avançados*, p. 36.

¹⁴³ COCHIN, A. *Abolition de l'esclavage*. Vol. I, 1861, pp. 3-37.

¹⁴⁴ CLAUDE, Nicolet. Henri Wallon: de l'esclavage antique à l'esclavage moderne. Paris: *Académie des sciences morales et politiques*, 2004, p.3.

vez. A escravidão, portanto, era uma instituição ilegítima, porque violava a liberdade do indivíduo, bem como sua humanidade e dignidade.¹⁴⁵

Além do já citado Montesquieu, que mais do que qualquer outro do seu tempo discutiu sobre as relações entre Cristianismo e escravidão, afirmou o bacharel que, figuras como Bentham, contribuíram cabalmente no convencimento de outros “*espíritos elevados*” a destruir o cativeiro. Mencionou igualmente a economia política de Adam Smith, segundo a qual, no seu entender, teria se associado à Filosofia, à moral e à religião para mostrar que o trabalho livre era, em muito, “*superior*” ao trabalho escravo. Nesse aspecto, novamente parece ter havido uma estreita relação entre o seu pensamento e o do abolicionista francês Schoelcher, sobretudo quando esse último estabeleceu inconsistências no sistema escravista e afirmou ser a manutenção da escravidão custosa e fadada ao fracasso.¹⁴⁶ Desse modo, e seguindo a interpretação de Penalves Rocha, a adesão dos brasileiros à crítica econômica da escravidão se ligou ao fato de que ela era reconhecida como a única condenação propriamente científica dessa instituição. Em suma, ao usar principalmente princípios elaborados por Montesquieu e pelos economistas políticos, os brasileiros expuseram, em geral, suas ligações com o antiescravismo da Ilustração para orientar mudanças na escravidão brasileira.¹⁴⁷

Por aqui, Perdigão Malheiro destacou o surgimento e declínio do tráfico negreiro de escravos, principal fonte de aquisição de cativos de todos os tempos. Uma vez abolido esse comércio, sugeria, somente restava como fonte perene de escravidão no país o princípio do *nascimento*, pelo qual o filho da escrava se eternizava na condição de escravizado.¹⁴⁸ Sobre o *partus sequitur ventrem*, esclareceu:

“Segundo este princípio adotado pelas nossas leis, cuja fonte é o Direito Romano, é característico da escravidão à hereditariedade e perpetuidade; de sorte que, salvo a morte e a manumissão, perdida toda a esperança, o escravo e sua descendência têm de gemer nos ferros do cativeiro por todos os séculos.”¹⁴⁹

¹⁴⁵ GIROLLET, Anne. CHAPITRE II. LE COMBAT DE SCHOELCHER CONTREL’ESCLAVAGE: 1828-1848. In: *Victor Schoelcher Républicain et Franc-Maçon*. Editions Maçonniques de France, pp. 31-40.

¹⁴⁶ GIROLLET, Anne. CHAPITRE II. LE COMBAT DE SCHOELCHER CONTREL’ESCLAVAGE: 1828-1848. In: *Victor Schoelcher Républicain et Franc-Maçon*. Editions Maçonniques de France, p. 35.

¹⁴⁷ ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n° 39, p. 43 -79. 2000, pp. 44-45.

¹⁴⁸ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, pp. 13-15.

¹⁴⁹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, p. 15.

Não obstante, seria com certa veemência que Perdigão Malheiro reconheceria como ilegítimo o *partus sequitur ventrem*, questionando: “*em que fundamento de razão e justiça assenta um tal princípio?*” O exemplo de outras nações, nesse sentido, mostraria a sua inviabilidade. Portugal, convencido da justiça da causa da liberdade, aboliu completamente na metrópole a escravidão, declarando que ali ninguém mais nasceria escravo. A Holanda faria o mesmo em 1862. Na França, antes da emancipação das colônias, ainda em 1848, vários projetos de lei declararam que ninguém mais naquele país nasceria escravo.¹⁵⁰

Em que termos, então, podia-se imaginar a abolição da escravidão no Brasil? Quais os meios mais prováveis e justos de se alcançar o fim do cativo? Concluía Perdigão Malheiro:

“Decretasse o nosso legislador uma lei semelhante, declarasse que **ninguém mais nasceria escravo**, e o Brasil, associando-se ao grande movimento intelectual e moral do século XIX, teria avançado na vereda da civilização; ganharia no interior exterminando um mal, que a história demonstra ter sido em todos os tempos e países causa de outros males, de guerra mesmo, causa de degradação do povo, de depravação dos costumes, de atraso na indústria, no desenvolvimento intelectual e moral, já não digo somente do escravo, mas do próprio homem livre [grifo meu].”¹⁵¹

*

De todo o exposto de *A Ilegitimidade da Propriedade Constituída sobre os Escravos*, podem-se concluir três coisas: primeiro, que o discurso sofreu ampla influência dos repertórios e da erudição de políticos e intelectuais franceses que procuraram na história comparada da escravidão ferramentas para atacar a legitimidade da instituição. Tendo em vista os teóricos da Ilustração, como Montesquieu, eles se escoraram em argumentos diversos, mas, sem dúvida, foram aqueles ligados inicialmente ao Cristianismo os que mais ganharam visibilidade em seus textos, de teor abolicionista. Quanto a isso, buscaram, num primeiro instante, a erradicação da escravidão nas colônias francesas, e, após 1848, passaram a difundir com maior intensidade a “práxis emancipacionista” e apoiaram movimentos antiescravistas em várias regiões do globo, como nas colônias espanholas e no Império do Brasil. No fundo, Perdigão Malheiro não se apropriou de todo das suas ideias, porém estabeleceu um paralelo significativo entre seu pronunciamento e as fontes correlatas. Com base na leitura e

¹⁵⁰ Ver: MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, pp. 15-16.

¹⁵¹ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, pp. 16-17.

interpretação exaustiva do brasileiro, e em uma menos extenuante dos autores por ele acompanhados, conseguimos definir que o primeiro fez mais uma síntese do que encontrou em cada narrativa, utilizando-se das citações, paráfrases e do seu quadro analítico, do que propriamente um exame sistemático dos ensaios que fez proveito. Tais obras, em resumo, inspiraram-lhes e serviram-lhes de exemplo para a compreensão e crítica da escravidão em seu país.

Em segundo lugar, não há como perder de vista o contexto global e sua relação com as decisões locais. Invariavelmente, a Guerra Civil Americana conformou o quadro de crise da escravidão brasileira. Antes de 1863, data inicial da proclamação da emancipação dos escravos no sul escravista, nunca houve pronunciamento algum por parte de um presidente do Instituto dos Advogados do Brasil que reconhecesse a ilegitimidade da escravidão. Sobre o assunto, no Instituto, evidenciavam-se apenas críticas à instituição, como as de Caetano Soares, mas que não chegavam a preocupar grandemente os proprietários escravos. Com o apoio de D. Pedro II, que não desejava novamente uma intervenção inglesa no país, Perdigão Malheiro foi o primeiro a discursar contra a legitimidade da escravidão ocupando cargo de tamanha importância na monarquia. Se, por um lado, sabia-se da necessidade de encaminhar o problema, por outro, era igualmente preciso encontrar formas indiretas de acabar com a instituição secular. Nesse sentido, nada melhor do que se valer de medida que recorria ao ventre das escravas, reforma essa de caráter protelatório e que seria amplamente aceita em 1871 pela maioria do parlamento brasileiro, com exceção das três mais importantes regiões escravistas do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, nessa ordem.

Por fim, podemos mencionar uma leitura possível do discurso de Perdigão Malheiro, realizada pelo periódico *Constitucional*, e que nos serve de testemunho histórico:

“São dignas de atenção às expressões repassadas de nobreza e coragem com que o ilustrado juriconsulto mete ombros à empresa, indo tocar em um ponto tão melindroso.

Os seus sentimentos filantrópicos são manifestados com toda a franqueza, e não sabemos o que mais devemos elogiar se o mérito do trabalho ou as qualidades Morais de seu autor.

Há uma passagem no opúsculo, em que se rende a devida justiça a um caráter elevado, a um cidadão distinto por suas luzes, saber e patriotismo, ao autor da lei de 4 de setembro de 1850, ao digno ministro do gabinete Monte Alegre, ao Sr. conselheiro Eusébio de Queirós, em suma, a quem se deve a extinção do tráfico entre nós.

O pedestal glorioso sobre que descansa esse eminente estadista é tão elevado, os seus serviços ao país o cercam de tão grande prestígio e veneração, que por mais que tentem vis especuladores jamais conseguiram com os seus impotentes e raivosos botes abocanhar tão bem firmada reputação de probidade, ilustração e zelo pela causa pública.

Aos nossos legisladores e homens de Estado cumpre tomar na devida consideração o importante trabalho do Sr. Dr. Perdigão; certos de que o país carece muito e muito de que semelhante matéria seja estudada e provido com o necessário remédio o mal, que sobre nós pesa há tantos anos.”¹⁵²

Publicada cerca de dois meses depois do discurso original, a notícia espalhada pelo *Constitucional* pareceu bem simpática à fala do presidente do IAB. Exaltando seus aspectos morais em um primeiro instante, o periódico chamou a atenção para o que denominou de “ponto melindroso”. O tema central da crítica, obviamente, era a escravidão. Para ser mais preciso, o jornal fez a leitura da narrativa do jurisconsulto não apenas para divulgar a sua existência, mas igualmente com o objetivo de compreender como ele retratou o problema servil do país e quais as suas propostas para o seu encaminhamento legal.

Em um dos trechos em destaque, o *Constitucional*, por meio da análise do opúsculo, citou o nome de duas figuras que, de certa forma, tiveram passagem na vida de Perdigão Malheiro: o “digno” ministro do gabinete Monte Alegre e Eusébio de Queirós. Quanto à primeira, como evidenciamos na primeira parte deste capítulo, foi por sua interferência, ainda como Marquês de Monte Alegre, que Malheiro conseguiu a função de bibliotecário na faculdade de São Paulo, através de uma nomeação realizada quando o bacharel era apenas um recém-formado. Já a segunda, ocuparia relevância em nível político e de parentesco: Eusébio de Queirós foi cunhado de Perdigão Malheiro. Esse, por seu turno, havia casado, desde 1851, com a irmã do Sr. conselheiro.

Fundamentalmente, embora não se caracterizasse como motivação do circular resgatar esses laços de sociabilidade de Perdigão Malheiro, não se pode dizer o mesmo em relação à ideia do jornal de elucidar o extrato onde o jurisconsulto abordou a respeito das primeiras medidas em prol da libertação dos escravos no Brasil. A principal delas, a que visava extinguir o tráfico de escravos, passou pelas mãos de Eusébio de Queirós (“a quem se deve a extinção do trafico entre nós”), segundo Malheiro, um distinto cidadão por suas “luzes”, “saber” e “patriotismo” que deu o pontapé inicial para as reformas da escravidão.

Ao final de seus comentários, o *Constitucional* tratou logo de recomendar, aos legisladores e homens de Estado brasileiros, a leitura de *a Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo*, trabalho que, sem dúvida, tornaria mais lúcido o debate sobre a emancipação do ventre escravo no Brasil, sobretudo pelo fato de trazer à sua memória perspectivas de média e longa duração, como no exemplo calcado na obra de Eusébio de Queirós, que estabeleceu o fim do tráfico transatlântico de escravos, e na possibilidade de

¹⁵² *Constitucional*. 17 de Novembro de 1863, p.4.

findar o cativo por meio do gradualismo e da prática de alforrias, como sugeridos por Perdigão Malheiro.

Seu discurso, portanto, repercutiu por alguns anos, e os jornais, até 1865, ainda noticiariam o fim e os resultados da Guerra de Secessão dos Estados Unidos.¹⁵³ O conflito, depois de encerrado, permitiu ao Brasil temporariamente “voltar à sua normalidade”, especialmente do ponto de vista econômico, haja vista que o comércio das exportações, conforme fonte do periódico *Actualidade*, reaquecia-se.¹⁵⁴

Não obstante, a reforma da escravidão não seria imediatamente estabelecida. Apenas o seu debate institucional começava a ser levantado sistematicamente por duas gerações distintas, porém complementares, do Instituto dos Advogados: a de Caetano Soares e a de Perdigão Malheiro. Alguns acontecimentos explicam o adiamento e o posterior progresso da reforma da escravidão.

Ainda em 1864 o Brasil dava início a um conflito contra o Paraguai, fato que não só retardou as reformas da escravidão, como também levou o país, já em 1865, a reatar relações com a Inglaterra, depois das tensões envolvendo a Questão Christie. Em 1866, mesmo ano em que o imperador recebeu carta dos abolicionistas franceses sobre a questão do elemento servil, José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente, propôs a D. Pedro II cinco projetos, simultâneos e interligados, que tratavam da extinção da escravidão no Brasil. O Projeto, na opinião de muitos, foi o embrião para o texto da lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre),¹⁵⁵ debatida amplamente no parlamento desde 1870.

Nesse intervalo de tempo, Perdigão Malheiro pediu afastamento do IAB e, em seguida, renunciou à presidência da Casa, de acordo com ele, por dois motivos: o primeiro abrangeu

¹⁵³ Diário do Rio de Janeiro. 26 de maio de 1865, p. 1.

¹⁵⁴ *A Actualidade*. 27 de janeiro de 1863, p. 2.

¹⁵⁵ DAUWE, Fabiano. Vozes dissonantes no concerto escravista: a perspectiva liberal sobre a escravidão e o emancipacionismo, 1860-1871. *6º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Santa Catarina: UFSC, 2013, pp. 4-5. Do mesmo autor: DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004. A discussão é bastante ampla e vem sendo exaustivamente debatida pela historiografia. Ver: BARMAN, Roderick, *Imperador Cidadão. D. Pedro II e a construção do Brasil* (trad.port), São Paulo: Ed. Unesp, 2012; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order – the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

um problema de saúde. Quanto ao segundo, teve a ver com a escrita do seu ensaio *A escravidão no Brasil* (1866-1867), que o presidente do IAB já havia começado a compilar desde 1864. Como legado ao IAB, o jurisconsulto consentiu as páginas iniciais daquele que viria a se tornar o seu livro de maior peso histórico. No primeiro tomo dessa obra, o intelectual discutiu o *direito sobre os escravos e libertos*, aplicando, rigorosamente, toda uma perspectiva metodológica voltada para o estudo comparado dos sistemas escravistas antigos e modernos. É o que analisaremos no próximo capítulo.

Capítulo 2. Caminhos para a escravidão comparada: antigos e modernos em Perdigão Malheiro

Entre os anos de 1866 e 1867, Perdigão Malheiro publicou *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*.¹⁵⁶ Conforme o prefácio, o livro pretendia contribuir para a “obra grandiosa da regeneração do nosso estado social”. Dividido em três volumes, o ensaio se ocupava dos seguintes assuntos: primeiro, da doutrina do direito brasileiro sobre os escravos e libertos; segundo, da escravidão dos índios; terceiro, da questão dos africanos, sob o ponto de vista histórico, filosófico, social e econômico.¹⁵⁷

A preparação dos volumes começara alguns anos antes. Ainda em 1864, ano em que explodia a Guerra contra o Paraguai, Perdigão Malheiro iniciou sua redação, seguindo o rastro daquele seu discurso de 1863, proferido no IAB na ocasião da sua gestão enquanto presidente da casa.¹⁵⁸ Embora a natureza dos trabalhos tenha guardado semelhanças, metodologicamente o personagem oitocentista aludiria uma ressalva: “obras são trabalho de gabinete, são livros de estudo, e de doutrina”. Por esse motivo, “não é de bom tom confundi-las com os discursos, que mesmo tendo o seu valor, sofrem com o calor das discussões”.¹⁵⁹

Essa advertência, todavia, não nos ajuda a compreender a complexidade do afastamento entre “obras de gabinete” e atuação política, ainda que por meio discursivo. Nesse sentido, corroboramos com as interpretações de pesquisadores que, inversamente, ponderam não haver, no Brasil da segunda metade do século XIX, uma separação explícita entre o “intelectual” e a “figura pública”, como teria sugerido Perdigão Malheiro em um dos seus escritos.¹⁶⁰ Além do mais, considerando a trajetória do personagem em foco, vale salientar

¹⁵⁶ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 3v., 1866-1867.

¹⁵⁷ No curso dos três tomos, apresentaram-se, ainda, amplo apêndice - com alvarás, leis, notas, discursos, decretos e projetos -, errata e notas de rodapé que caracterizariam as motivações e as opções teórico-metodológicas feitas pelo intelectual na criação da sua narrativa histórica-jurídica-social.

¹⁵⁸ Em discurso proferido na Câmara dos deputados, Perdigão Malheiro afirmaria que seu livro seria uma continuidade daquele discurso proferido em 1863. Ver: *Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.27.

¹⁵⁹ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do Estado Servil. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.24.

¹⁶⁰ Nas palavras de Angela Alonso, “as ideias são inscritas na luta política; são entendidas como meios de expressão e identificação de movimentos coletivos emergentes numa situação histórica determinada, a crise do Brasil – Império. Por meio dessa operação analítica, ao mesmo tempo em que (...) a luta política permite entender o movimento intelectual, a sua reconstrução lança um feixe de luz sobre a crise que liquidou a escravidão e a monarquia no final do século XIX.” Quanto a sua opção metodológica, ela explica: “romper as barreiras entre o mundo das ideias e a atividade política - envolveu recusar a concepção de que o campo intelectual tem sempre uma dinâmica própria, distinguível de outras esferas no espaço social. (...) Não tratou-se mais de ajustar a teoria às condições históricas do objeto: não se consegue identificar ao longo do século XIX um campo intelectual com um mínimo de autonomia; nessa situação histórica ele se funde no campo político.”

que sua produção histórica esteve praticamente toda ela pautada em ações políticas que, direta ou indiretamente ganhariam notória visibilidade entre os seus pares. Por tal razão, acreditamos que o “olhar intelectual” de Perdigão Malheiro, que sem dúvida prevaleceu no momento da escrita do seu *A escravidão no Brasil*, longe de importar uma dissociação com a sua atuação política (seja no IAB, no IHGB ou no Parlamento), deve ser compreendido como expressão de um movimento de ideias que faziam parte de um contexto discursivo representativo de um determinado período histórico. Seguindo Gramsci, podemos definir Perdigão Malheiro como representante da classe social na qual nasceu e com a qual estabeleceu laços sociais, como apresentado no capítulo anterior. Isso não implica que suas ideias sejam consideradas mera expressão de interesses de classe, tendo em vista que o conceito gramsciniano de “intelectual” oferece certa autonomia ao agente em relação à estrutura social. Devido a sua formação e sua posição social e institucional, podemos compreender Malheiro como um “intelectual orgânico” da classe senhorial, até certo ponto representante de seus interesses e cujas ideias nortearam a organização e a homogeneização da classe. Contudo, é preciso atentar para o fato de que não há uma relação de determinação entre a classe e o intelectual, havendo momentos de distanciamento, como veremos em outros escritos de Malheiro, e até mesmo de ruptura em alguns casos.¹⁶¹

Não só o olhar do intelectual entraria em cena e acrescentaria um elemento novo e diferenciador às narrativas. Alguns importantes aspectos demarcariam, profundamente, o cenário de produção de cada um dos registros. O fim da escravidão nos Estados Unidos foi determinante para a mudança do quadro da escravidão brasileira, à medida que abalou consideravelmente os espaços menos poderosos no contexto internacional, como o Brasil e a colônia de Cuba, que tomavam, por consequência, o Sul escravista como modelo e garantia de continuidade do cativo.

Considerando o raciocínio de Ricardo Salles, desde meados da década de 1860, já se podia identificar nos discursos e ações de diferentes agentes sociais do período sinais de que a instituição servil estava em crise e de que o seu fim era inevitável. Havia então o pensamento de que o encaminhamento do problema deveria ser realizado de maneira gradual e ordeira. Foi nessa lógica que, em 1866, o titular da pasta da Justiça respondeu carta endereçada ao Imperador pela Junta de Emancipação francesa, ponderando que “*a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, é somente uma questão de forma e*

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo. Paz e Terra, 2002, pp.15-16.

¹⁶¹ GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989; 23.

oportunidade”, haja vista o impasse do conflito com os nossos vizinhos paraguaios. No início de 1867, novamente afirma Salles, “*iniciou-se a discussão do projeto de emancipação gradual de Pimenta Bueno no Conselho de Estado*”. A necessidade de conduzir a resolução da questão servil também foi objeto da Fala do Trono do mesmo ano.¹⁶²

Desse ponto de vista, a situação só ficava mais tensa em comparação com os anos de 1864 e 1865. E é essa tensão, segundo Salles, que nos ajuda a explicar o porquê do Conselho de Estado ter sido finalmente chamado a discutir o encaminhamento da questão servil¹⁶³ e a razão das falas recorrentes de D. Pedro II sobre a matéria naquele espaço de legitimação e de publicização de seus discursos.¹⁶⁴ Em Fala de abertura da assembleia geral de 22 de maio de 1867, o imperador declararia:

“O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação”.¹⁶⁵

Seria, então, com o intuito de “atender aos altos interesses que se ligam à emancipação”, que Perdigão Malheiro, tendo o incentivo moral do imperador, tornaria pública a leitura de obra na qual examinava teoricamente - mas também com certo pragmatismo - a escravidão no Brasil. Seu *Ensaio histórico-jurídico-social* não só lançaria luz ao debate, como igualmente apresentaria um projeto de abolição para o país, levando ainda em consideração o futuro dessa sociedade livre. Nesse sentido, seu livro se distinguiu de outros de sua época, não apenas por tentar resolver os dilemas do seu tempo, mas, ao mesmo tempo, por ter demonstrado, com base em rico estudo comparado da instituição escravista, a forma e os caminhos mais indicados, de acordo com a proposta governamental, de se chegar à extinção do elemento servil.

¹⁶² SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 158. Sobre o assunto, outro historiador deu tratamento ainda mais profundo. Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil*. Paper apresentado à Conferência Internacional *American Civil Wars: The Crisis of the 1860s in the US, Latin America, and Europe*. Universidade da Carolina do Sul, março de 2014, p. 1-31.

¹⁶³ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras-século XIX. Senhores e cativos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.55.

¹⁶⁴ Artigo que discutiu as falas do trono e os significados simbólicos dos seus discursos envolvendo também o tema da escravidão foi o de: ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. “As falas do trono entre o ritual e o discurso”. *XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal - RN. 22 a 26 de julho de 2013.

¹⁶⁵ SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. São Paulo: 1977, p. 374.

Este capítulo tem como objetivo principal analisar a obra *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*, de Perdigão Malheiro, considerando o contexto e as ideias difundidas no momento de sua criação. Primeiramente, faremos uma discussão em torno da dimensão comparativa e das concepções de tempo, narrativa e história presentes no escrito do intelectual. Em segundo lugar, examinaremos como o oitocentista se valeu dos sistemas escravistas americanos, diagnosticando realidades e fazendo delas suas próprias experiências. Finalmente, num terceiro momento estudaremos os sistemas escravistas antigos e modernos a partir da comparação histórica proposta por Malheiro. Nesse ponto, tentaremos expor o significado dessa comparação, entendendo-a, de antemão, como um conjunto de conhecimentos os quais deveriam ser percebidos dentro de um horizonte de expectativas para o fim da escravidão brasileira.

2.1. Perdigão Malheiro: a comparação histórica e a comprovação do argumento

O conhecimento de que o passado deveria servir de exemplo para o futuro foi a base para as narrativas históricas da Antiguidade até o fim do século XVIII.¹⁶⁶ Conforme descreveu Reinhart Koselleck, o papel da História *magistra vitae* se fez sentir ao longo de cerca de dois mil anos, sempre conservando o papel de uma escola na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros. A função do historiador, de acordo com essa tradição, era tornar perenes os exemplos que poderiam se perder no tempo. Com o advento do Cristianismo, a escrita da História conservou essa percepção instrutiva. Não obstante, diferentemente da Antiguidade, onde a História era vista como uma possibilidade de evitar erros, porque a natureza humana era imutável e suas ações se repetiam de tempos em tempos, a Era cristã deu maior importância a uma visão religiosa da vida. Dessa forma, o exemplo tirado da história não tinha somente um caráter preventivo, mas também moralizante. Da Idade Média, passando pelo Renascimento até o Iluminismo, a história manteve seu paradigma de exemplaridade e, embora pudesse mudar a ênfase a ser seguida, o denominador comum que unia essas concepções era a ideia de que o passado deveria trazer exemplos de ação ao presente, como forma de evitar erros e ensinar.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Exemplo de trabalho que aborda as várias “modernidades” anteriores ao século XVIII é o de ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La Cultura Moderna de la Historia: Una Aproximación Teórica e Historiográfica*. Mexico D.F.: El Colegio de México, 2004.

¹⁶⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, pp. 42-43.

Do Iluminismo à contemporaneidade, entretanto, muitos historiadores declararam haver um “corte” na forma como o tempo era antes concebido, provocando algumas mudanças estruturais.¹⁶⁸ Em estudo que aponta caminhos para a releitura da modernidade ibérica, Guillermo Zermeño Padilla esclareceu que, no cenário luso-brasileiro, temos, durante a primeira metade do século XVIII, um conceito de história carregado de referências clássicas e o centralismo da história sagrada. Depois, com uma referência implícita à Revolução Francesa, prolongou-se um período dominado pelo conceito ilustrado de história (1789-1823). O período subsequente seria então marcado por uma nova complexidade, por novos debates, que fariam surgir novos dicionários e a necessidade de uma história nacional, que despontava, nesse momento, como espécie de “transição”, a qual alcançou o seu ponto alto no decorrer dos processos de independências. Considerando que nessa fase o vocábulo história passou a representar um singular coletivo, o modelo ciceroniano se manteve e permaneceu utilizado nesta “modernidade”, porém dentro de uma perspectiva mais ampla e dirigida à formação de uma nova cidadania republicana. Nesse sentido, a história mestra da vida passou a se fundir com o próprio acontecer, de tal modo que o futuro tendeu a nutrir-se do presente, mais que do passado distante. Com esse novo uso da temporalidade, a história parece ter ganhado um novo ritmo, mais acelerado, fazendo com que os padrões clássicos de calcular o tempo tendessem a se tornar obsoletos. Este “virar a página”, como afirmaria Padilla, indicava a anulação do passado como um passado exemplar e o predomínio do presente orientado para um futuro que servia de modelo.¹⁶⁹

“Como então caracterizar o tempo de passagem entre esses dois quadros históricos sem recair em categorias como transição, continuidades e permanências?” Esse seria o questionamento central do historiador Valdei Lopes Araujo em artigo originado das discussões anteriores propostas por Guillermo Zermeño Padilla. Respondendo negativamente à pergunta, Valdei Araujo argumentou, seguindo o raciocínio de Koselleck, que a história do século XVIII pode ser concebida como uma transição para o moderno, embora em seu próprio momento histórico efetivo esse caminho fosse apenas um entre outros possíveis. O estudo dos conceitos para o caso brasileiro, segundo ele, tem demonstrado que os próprios sujeitos históricos possuíam uma consciência crescente de viver em um período de transformações aceleradas, um tempo marcado pela transitoriedade. Saindo do século XVIII, contudo, o pesquisador ponderou que um dos problemas mais difíceis de dimensionar na história da

¹⁶⁸ BARROS, José D'Assunção. *Os Tempos da História: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX*. Revista Crítica Histórica. Ano 1, nº2. Alagoas: UFAL, 2010, p.180-208.

¹⁶⁹ Sirvo-me, em parte deste parágrafo, de: ZERMEÑO, Guillermo Padilla. “História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850”. *Almanack brasiliense*. No07. Maio. 2008, p.12/17-18-19/21.

historiografia do século XIX diz respeito ao significado da permanência do *topos* história *magistra vitae*. Em sua visão, ao mesmo tempo em que podia ser tratada como continuação de parâmetros clássicos do conceito de história, indicando assim certa resistência ao moderno, a expressão também seria adaptada ao conceito moderno de história, sem que sua presença pudesse por si só ser indicativa de algum tipo de persistência do conceito clássico de história. Tendo em vista que o que sustentava a concepção ciceroniana de história era uma percepção cíclica do tempo, considerou Araujo que, com as filosofias da história do século XIX, cujo marco qualitativo estava expresso em Hegel, a modernidade, como também evidenciaria Guillermo Zermeno Padilla, tornou-se singular e o homem já não possuía uma natureza intemporal, logo, o passado não podia mais dar exemplos. Igualmente, o etapismo das filosofias da história permitiu tirar lições do passado, já que pela sua análise era possível vislumbrar o futuro, mesmo que esse já não fosse concebido em termos de repetição do passado. Assim, o *topos* pode ser adaptado a este novo tipo de lição histórica: é possível aprender com o passado, mas não imitá-lo, como era fundamental na concepção ciceroniana.¹⁷⁰

Nessa linha de investigação, João Paulo Garrido Pimenta chegou a argumento semelhante quando afirmou que, na América ibérica, entre 1750 e 1850, a circulação, compartilhamento e embate das diferenças propiciadas pela singularização de experiências históricas típica da “modernidade” permitiram que não apenas do passado, mas também do presente, se extraíssem ensinamentos. E se tais ensinamentos, por um lado, denunciavam a perda de operacionalidade da história, mestra da vida, de outro pareciam impor limites a essa perda. É como se o passado ainda ensinasse algo, mas cada vez mais um passado próximo, que tomava o lugar até então ocupado pelo passado distante. O tempo curto se sobressaía ao tempo longo, o presente se impunha e o tempo histórico se acelerava. Assim, em meio a algo que chamaria de um “*espaço de experiência revolucionário moderno*”, outros “*espaços de experiência*” menores a ele articulados, mas dele se autonomizando, tornavam-se mais densos e determinantes do futuro, um futuro que não mais se repetia.¹⁷¹ Em interpretação análoga, concluiria Valdei Lopes Araujo: “*acredito que mesmo não havendo uma formulação crítica*

¹⁷⁰ Sintetizei este parágrafo com base no que escreveu ARAUJO, Valdei Lopes de. “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade”. *Almanack brasiliense*. No07. Maio. 2008, pp. 53-55.

¹⁷¹ As ideias deste parágrafo estão também expressas no artigo de PIMENTA, J.P.G. “História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate”, *Almanack brasiliense*. Nº 07. Maio. 2008, p. 60. Do mesmo autor, que aplica o método estudado em sua tese de doutoramento, ler: *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2003 (tese de doutorado), pp. 16-17.

da historia magistra vitae, ela estava efetivamente superada, ao menos no Brasil, por volta de 1840".¹⁷²

*

Um estudo detido da obra de Perdigão Malheiro faria com que o leitor identificasse muitos dos pontos debatidos pelos historiadores acima mencionados. Tanto que, não causaria espanto nenhum encontrarmos em um de seus textos passagens como a que se segue: *"deve-se no presente preparar o futuro, para que este não surpreenda dolorosamente os vindouros, e talvez a própria geração atual"*.¹⁷³

Como esclarece Valdei Lopes Araujo, *"é possível aprender com o passado, mas não imitá-lo, como era fundamental na concepção ciceroniana"*. O argumento desse pesquisador lança luz para uma interpretação possível do personagem oitocentista. O tipo de abordagem realizada por Perdigão Malheiro se pautou mais em uma relação de aprendizado, com o objetivo ulterior de superação do passado, do que, simplesmente, em imitar o que se apreendia a partir de exemplos e experiências alheias. Era como se o passado e o futuro se entrelçassem numa dinâmica de erros e acertos, cujos indivíduos do presente se diferenciavam daqueles do passado pelo fato de poderem comparar realidades diversas e evocarem um *"horizonte de expectativas"* focado nas exigências e possibilidades determinadas pelo seu campo de atuação e tempo histórico.

Seguindo essa lógica, identificamos que Perdigão Malheiro foi fruto de um período no qual, embora condicionasse aspectos clássicos da imitação e do exemplo na sua vida prática, já não se enquadravam tais acontecimentos dentro de uma noção cíclica e puramente repetitiva de tempo, característica marcante na história mestra da vida. Pelo contrário, apresentava-se, tanto nele quanto nos sujeitos de sua época, um paradigma de História pautado em um discurso de legitimação do Estado imperial brasileiro, cunhado a partir de 1838, no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB).

Uma tendência geral e significativa dessa historiografia produzida ao longo do século XIX foi a de estar intimamente relacionada à construção do Estado nacional. Realizava-se, nesse intuito, uma história legítima, patrocinada pelo poder político e fiel a ele. O IHGB se auto-representava enquanto fala oficial na tentativa de realizar a tarefa de sistematizar uma

¹⁷² ARAUJO, Valdei Lopes de. "História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade". *Almanack brasiliense*. No07. Maio. 2008, p. 55.

¹⁷³ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 3v., 1866, p. 1.

produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos os quais se pretendia definir para a jovem nação brasileira. A história desenvolvida pelo IHGB teve então de se relacionar com a ideia de um passado mítico, no qual o Império do Brasil pudesse se identificar e se vangloriar. Como constatou Eduardo Rouston Junior, a história cumpria a função para a qual ela havia sido fundada: a de auxiliar decisivamente para o projeto de centralização monárquica e de continuidade da ordem social interna. Nessa perspectiva, o projeto imperial acreditava que a história deveria servir como elemento integrador do país, enquanto que o IHGB, por seu turno, deveria ser capaz de produzir uma historiografia que cumprisse com sua tarefa de reconstrução de um passado histórico, fazendo da história o meio indispensável para a definição de uma identidade nacional.¹⁷⁴

A leitura da história empreendida pelo IHGB esteve marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese do povo brasileiro, inserindo-o, contudo, numa tradição de civilização e progresso. A nação, cujo retrato o Instituto se propôs traçar, devia então surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma cultura branca e europeia. A concepção de história partilhada pela instituição guardou um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história. Nesse sentido, a leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada de sentido político, foi sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos. Assim, concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos.¹⁷⁵ Tratava-se, portanto, de assegurar a escrita da história no presente em perspectiva de seu significado para o futuro, tendo em vista a busca de um lugar na história universal para o Brasil.¹⁷⁶

O quadro social do IHGB foi formado por homens do alto escalão da política e da burocracia do Império. Os membros do IHGB criaram um projeto historiográfico em que o sentido de experiência do tempo se orientou pela intenção de afirmar o Estado monárquico brasileiro como espelho de civilização.¹⁷⁷ A partir da influência da concepção teleológica e progressista do tempo, o IHGB formulou então um projeto de escrita da História do Brasil,

¹⁷⁴ JUNIOR, Eduardo Rouston. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Criação de um Símbolo Nacional”. *Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro-2010*, pp. 38-48.

¹⁷⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n. 1, 1988. pp. 5-16.

¹⁷⁶ NAXARA, Marcia. *Diálogos históricos e historiográficos: séculos XIX e XX*, p. 114-129. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto / Edufop, 2013, número 13, dezembro, 2013, 281 p., p.125.

¹⁷⁷ Importante contribuição sobre o assunto pode ser conferida em: ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

incluindo o país na trajetória temporal da civilização ocidental. Membro efetivo do IHGB já na década de 1850, Perdigão Malheiro não desprezaria o tipo de narrativa disseminado pelos componentes desse Instituto. Um dos seus sócios, ainda na década de 1840, parece ter dado o “pontapé” inicial à forma de história requerida pela instituição e que tanto inspiraria muitos dos textos futuros que a ela se vinculariam.¹⁷⁸

Em 1840, o secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa, deu os primeiros passos na direção da escrita da História do Brasil. Propôs que o Instituto Histórico premiasse com uma medalha de ouro àquele que escrevesse “*o mais acertado*” “*plano de se escrever a Historia antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que n’ella se comprehendam as suas partes politica, civil, eclesiastica, e litteraria*”. Em 1847, a comissão do concurso escolheu o texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friedrich Philipp von Martius, publicado antecipadamente na Revista do IHGB por engano, em 1844.¹⁷⁹

O artigo de von Martius demonstrava precisamente a concepção filosófica da história do Brasil em acordo com a política cultural do Império e com a ideia de nação que se queria elaborar. Ele entregou ao IHGB a cartilha para uma leitura pragmática da História do Brasil na qual delineou várias ideias sobre o problema da nossa escrita; tantas, que sua proposta informalmente tracejou a base metodológica para vários dos trabalhos que o IHGB publicaria.¹⁸⁰ Em um de seus pensamentos, prescreveu que a obra deveria ser acessível ao gosto popular e não deveria exceder um volume, pois era necessário “*satisfazer não menos ao coração que a intelligencia*”. Afinal, “*tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso*”, concluía, “*uma historia popular vem muito a propósito*”. No entanto, a principal contribuição de von Martius foi pensar a categoria *população* no desenvolvimento

¹⁷⁸ Para saber mais informações a respeito da história do IHGB e de sua relação com a questão da construção da escrita historiográfica nacional, ler: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Ver também: GONÇALVES, Sérgio Campos. “A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1), p.1; SALAH Jr, Khaled H. Horizontes identitários: *a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.

¹⁷⁹ Ver item *Premios Propostos pelo Instituto na Segunda Sessão Publica Anniversaria* no tomo II da Revista do IHGB de 1840 (p. 642). Apud: GONÇALVES, Sérgio Campos. “A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1), p.6.

¹⁸⁰ RODRIGUES, José Honório. “Advertência: Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)”. In: MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. *Revista de História da América*. N. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458, p. 438-440. Apud: GONÇALVES, Sérgio Campos. “A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1), p.7.

histórico do Brasil. No momento em que a definição do projeto historiográfico se norteara pela necessidade de estabelecer a identidade da Nação, a escrita da História do país, dizia von Martius, jamais poderia “*perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem*”.¹⁸¹

Ao escrever o *Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*,¹⁸² Perdigão Malheiro não só demonstrou seu alinhamento com as ideias propagadas anteriormente pelo seu colega de Instituto, von Martius,¹⁸³ como também evidenciou sua aproximação com o projeto político adotado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesse *Índice*, o qual garantiu sua inserção no IHGB a partir dos anos de 1850, houve a tentativa, por parte de Malheiro, de narrar os fatos que “*mais avultaram e sobressaíram na história do país*”, e que, em sua visão crítica, não deviam ser ignorados por brasileiro algum, sobretudo aqueles ligados à vida literária e política. Mas há algo, em seu texto, que particularmente nos chamou bastante a atenção: o método por ele empregado. Segundo Malheiro: “*a base do nosso methodo de escrever he, como se vê, a divisão chronologica em séculos*”.

Sua prática, podemos dizer, importou os princípios que se tornaram os referenciais normativos e teóricos da prática historiográfica do IHGB, sintetizados preteritamente por Januário da Cunha Barbosa, quando elucidou que o Instituto Histórico carregava a tarefa patriótica “*de reunir e organizar os elementos para a historia e geographia do Brazil, espalhados por suas provincias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia*”. Nesse sentido, cabia ao IHGB resgatar do esquecimento os fatos notáveis do país, tornando sua história preexistente visível. Para tanto, insistia o secretário perpétuo que era preciso “*encher as lacunas que se encontram na nossa historia*”.¹⁸⁴

¹⁸¹ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. “Como se deve escrever a historia do Brazil”. *Revista do IHGB*. 6:381-403, 1844; 2.ed.389-411, p. 401-403. Apud: GONÇALVES, Sérgio Campos. “A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeir Araujo (org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1), pp.7-8.

¹⁸² MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849; seguido de um succinto esboço do Estado do pais ao findar o anno de 1849*. RJ: Typographia de Francisco Paula Brito, 1850.

¹⁸³ Ver como a recente pesquisa enquadra a participação de von Martius no projeto institucional de História do IHGB: SALAH Jr, Khaled H. Horizontes identitários: *a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010, p. 72-83.

¹⁸⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do IHGB*. 1:9-18, 1839.

Tão eloquente quanto o discurso de Barbosa, foi a exposição do plano dos conteúdos do *Índice chronologico*. Conforme seu autor:

“Nós não nos contentamos unicamente com exarar os factos; damos também a razão de sua existência, isto é, as causas que os originaram, e bem assim os seus resultados ou consequências. De espaço em espaço, em breves parênteses, damos notícia do estado do Brasil em diferentes épocas, para assim ir o leitor seguindo a marcha progressiva ou regressiva do país nos diferentes tempos. Além disso, oferecemos também entre parênteses muitas observações, quer a respeito dos factos, quer das pessoas que neles representaram, quer das suas causas e tempo em que se passaram; porque, havendo muita cousa controversa, indispensável era dar o fundamento do nosso dizer. Por fim terminará a obra com um breve e succinto esboço do estado do Brasil ao findar o anno de 1848”.¹⁸⁵

Dedicado ao pai, o livro não pretendia chegar à condição de uma *História Geral do Brasil*,¹⁸⁶ mas tão somente uma exposição dos seus factos mais notáveis naquelas épocas indicadas. A composição da obra era a seguinte:

“Assim dividimos a história do Brasil em quatro séculos: A dos três primeiros, isto é, dos séculos dezesseis, dezessete, e dezoito, pôde ser escrita cada uma em um só mapa; de maneira que no 1.º mapa o leitor tem debaixo dos olhos o que de mais notável se passou no século dezesseis; do mesmo modo no 2.º mapa o do século dezessete; e no 3.º, o do século dezoito.

Mas para o século dezenove, não sendo possível escrever todos os factos em um só mapa, foi indispensável fazer divisões. Para esta subdivisão tomamos por base as *épocas históricas*. Assim, compreendendo os quatro últimos mapas a história desde 1800 a 1848, o 1.º começa em 1800 e termina em meados de 1822; o 2.º começa em 7 de Setembro de 1822 (época gloriosa da proclamação da Independência, em virtude da qual o Brasil se constituiu Império livre sob o governo de seu magnânimo fundador o Senhor D. Pedro I), e termina em 7 de Abril de 1831 (época em que teve lugar a abdicação, findando deste modo o governo do primeiro Imperador); o 3.º começa no mesmo dia 7 de Abril (época em que pela abdicação ficou o Brasil sob o governo de uma regência em nome do segundo Imperador), e termina em 23 de Julho de 1840 (época em que pela proclamação da maioridade do mesmo Senhor cessou a Regência); o 4.º, finalmente, começa em 23 de Julho de 1840 (época em que começou o governo do segundo Imperador o Senhor D. Pedro II), e termina em 31 de Dezembro de 1848”.¹⁸⁷

¹⁸⁵ MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849; seguido de um succinto esboço do Estado do pais ao findar o anno de 1849*. RJ: Typographia de Francisco Paula Brito, 1850, p. 6.

¹⁸⁶ Para tanto, segundo Malheiro, seriam necessários vários volumes. Aqui, vemos claramente sua discordância com von Martius, o qual considerava que uma obra popular não deveria ultrapassar a escrita de um único volume.

¹⁸⁷ MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849; seguido de um succinto esboço do Estado do pais ao findar o anno de 1849*. RJ: Typographia de Francisco Paula Brito, 1850, p. 6.

Ao apresentar sua produção histórica ao público, Perdigão Malheiro apontaria que não era o bastante saber apenas sobre a existência de tais fatos, mas suas causas, sua ligação com os que o precederam, bem como suas consequências. Ao mesmo tempo, tornava-se também indispensável, em sua opinião, o auxílio da Geografia e da Cronologia, haja vista que as matérias eram “*duas irmãs gêmeas e inseparáveis da Historia*”. Sem essas condições, o futuro sócio do IHGB considerava inútil o conhecimento abstrato dos fatos históricos por mais importantes e interessantes que parecessem. Igualmente, considerou que, sem a Filosofia e a Crítica, era o mesmo que “*caminhar com pouca segurança na investigação das verdades históricas*”. Em síntese, algumas considerações sobre as suas fontes de pesquisa:

“Temos empregado todas as nossas forças para satisfazer o melhor possível a esta nossa intenção; e para isso havemos revolido as obras dos melhores historiadores, as coleções de leis, os documentos autênticos, os roteiros e viagens, os periódicos literários, a Arte de verificar as datas; enfim, um sem número de obras, sem as quais impossível é dar um só passo em um trabalho desta natureza. E quem se tiver dado ao estudo da história concordará em tudo quanto temos dito”.¹⁸⁸

Foi, então, entre as lições do passado - as quais não excluía um olhar crítico do presente e um vislumbamento do futuro - e o projeto político concatenado no âmbito do IHGB, que foram se definindo os traços da narrativa de Perdigão Malheiro. Esses traços tiveram contornos bem mais consistentes quando da composição do seu *Ensaio Histórico-Jurídico-Social* (1866-1867), por razões já mencionadas ao longo deste texto.

Com base nisso, consideramos que em seu ensaio já não estavam mais presentes a tópica *magistra vitae*, discutida no início da sessão, mas uma adaptação dela, uma vez que em seus escritos não mais se observavam uma noção cíclica do tempo - típica daquele modelo ciceroniano -, e sim a de progresso e superação. Seria apropriado, portanto, afirmar que esse livro de Perdigão Malheiro, assim como o seu *Índice chronologico*, fizeram parte das transformações e da originalidade de um novo conceito de temporalidade, ligado agora à dialética desenvolvimento/civilização.

Essa noção temporal, criada no final do século XVIII, descortinou um novo horizonte, afirmaria Koselleck. Como uma espécie de mistura entre prognósticos racionais e predições messiânicas, a categoria “progresso” foi inserida e desvinculou radicalmente passado e

¹⁸⁸ MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849; seguido de um succinto esboço do Estado do país ao findar o anno de 1849*. RJ: Typographia de Francisco Paula Brito, 1850, p. 7.

futuro.¹⁸⁹ Colocando de outra forma, foi aberto um verdadeiro “*fosso entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir*”. Esse caráter de novidade foi fortemente acompanhado por uma visão otimista: o futuro não seria apenas desconhecido – seria melhor. A nova percepção temporal que pôde ser então sentida foi a de um tempo emancipado da cronologia; um tempo não mais vinculado apenas aos ciclos da natureza, mas que passou a se caracterizar como uma força própria da história.¹⁹⁰

Nesses termos, o coeficiente de mudança foi incluído nas expectativas dos agentes, que passariam a acreditar no papel decisivo da sua ação para o curso da história. Declarações como “*débeis forças*” ou “*literatura de utilidade pública*”, não só passariam a fazer parte do vocabulário empregado por Perdigão Malheiro em muitos momentos do seu ensaio, como também expressariam o seu desejo de contribuir com aspectos relacionados à história do país, anunciando, ao mesmo tempo, certo pragmatismo na sua abordagem:

“Essa fermentação dos espíritos, esse pronunciamento da opinião pela imprensa, nas Câmaras Legislativas, no Governo, provam evidentemente uma **necessidade a satisfazer**, um grande mal que insta pelo remédio. Felizmente, e graças ao onipotente, o Governo, o Imperador estão atualmente à testa da Cruzada. E nós, muito pequenos em nossa humilde individualidade, apenas diremos: Coragem, avante, que todos os bons Brasileiros vos seguirão; **perseverança e prudência**” [**grifos meus**].¹⁹¹

A “*necessidade a satisfazer*”, com “*perseverança e prudência*”, era a da extinção da escravidão. Guardada a relevância do tema, vejamos com mais proximidade a comprovação do argumento.

O espaço de experiência havia aberto a Perdigão Malheiro um campo de possibilidades que o fizeram, a partir da comparação e dos exemplos históricos, vislumbrar um horizonte de expectativas para o processo de abolição da escravidão brasileira, que seria, em muito, idealizado tendo em vista o exame de variados povos e tradições:

¹⁸⁹ Para o historiador alemão, espaço de experiência pode ser entendido como o passado tornado atual, na perspectiva de que no espaço do presente convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados no cotidiano. Já o horizonte de expectativa é o que no presente é voltado para o futuro. São cálculos, esperanças e angústias voltadas para o que ainda não foi vivido, para as experiências que ainda não podem ser observadas. O tempo histórico seria, então, fruto da tensão entre experiências e expectativas; tensão essa que pode ser analisada através da relação histórica entre passado e futuro. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, pp. 309-310.

¹⁹⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, p. 294.

¹⁹¹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 2ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. 112.

“Todos os povos, antigos e modernos, têm consagrado com mais ou menos latitude a faculdade de extinguir-se a escravidão por manumissão ou alforria, e por disposição da lei. Além dos Judeus, os Gregos sobretudo os Atenienses, os Romanos, na antiguidade, nos ministram exemplos irrecusáveis; e nos tempos modernos, todas as Nações Cristãs, cuja legislação se foi modificando, a ponto de abolirem a escravidão, e até mesmo a servidão; de sorte que, hoje, se pode asseverar que em terras de Cristãos não há escravidão senão no Brasil, e algumas possessões de Portugal e Espanha.”¹⁹²

A compilação das experiências dessas diversas culturas, as quais admitiram temporariamente a servidão em seu seio, legou a Perdigão Malheiro o conhecimento de que a escravidão, em seu país, também podia ser suprimida, notadamente por meio de duas proposições: a manumissão ou alforria e a disposição da lei. Julgando que “o *estudo comparado é sempre proveitoso*, [e que a partir dele] *podem-se colher proveitosas lições*”,¹⁹³ importava a Malheiro, em primeiro lugar, as formas como cada povo tratou o cativo perante a sua lei positiva. E, em segundo, a adoção de medidas legais, tomadas pelo conjunto dos Estados, as quais viabilizassem um modelo gradual de extinção do cativo. Nessa ordem, interessava o grau de possibilidade de aquisição da liberdade que cada região escravista oferecia, além do nível de severidade e dos abusos contra o escravo que se cometia e se permitia no âmbito de cada sociedade escravista perante o seu direito positivo.

Sendo a coerção uma das características mais marcantes da escravidão, a condição de abrandamento das penas que prendiam escravos a senhores - *a força* - era também uma característica que devia prevalecer na diferenciação de um sistema escravista em relação a outro, uma vez que o estado do escravo na sociedade podia vincular-se às chances de conquista da sua liberdade. Nesse sentido, o sistema escravista podia ser mais aberto, quando apresentava maior grau de manumissões, ou fechado, quando essas eram mais restritas em virtude da rigidez das leis de cada espaço escravista.¹⁹⁴

A obtenção da cidadania formal por parte do liberto, por exemplo, apresentava elementos representativos para a distinção das sociedades escravistas. Segundo Fábio Duarte Joly, “*tanto na Atenas clássica como no Sul dos Estados Unidos (e mais ainda no Caribe inglês e francês), o escravo libertado não adquiria cidadania, como, pelo contrário, ocorria*

¹⁹² MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 3v., 1866, p.58.

¹⁹³ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do Estado Servil. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.33.

¹⁹⁴ Sobre os diferentes graus de coercibilidade dos sistemas escravistas e as definições de escravo, além da lei como mecanismo de possibilidade de aquisição da liberdade, ler: DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 47-78.

no Brasil no século XIX”.¹⁹⁵ Em se tratando das relações entre Brasil e Roma, tinha-se uma situação bem diversa daquela apresentada por Atenas e o Sul escravista. Naquelas localidades, as manumissões consistiram numa espécie de elemento estruturante do sistema escravista, constituindo um processo dinâmico de integração social e política dos libertos, mesmo depois do ato formal da alforria.¹⁹⁶

Perdigão Malheiro não era ingênuo. Ele sabia que era necessário recorrer a todo tipo de argumentação para intervir diretamente no quadro geral da escravidão do país. Para tanto, nada mais indicado do que buscar a história de outros povos, seus aspectos legais e a dinâmica de alforrias presente em cada um deles como etapas necessárias para uma abolição gradual. Nesse aspecto, não só o direito romano foi subsidiário ao brasileiro, servindo de categoria de comparação, como também a sociedade romana serviria de exemplo à nossa, não pela forma como varreu a escravidão, mas por proporcionar, internamente, possibilidades de libertação dos seus cativos por meio do avanço da sua legislação. A fórmula, para o oitocentista, era a seguinte: quanto maior o grau de expectativa de liberdade um Estado apresentasse, mais civilizado esse se tornava. E quanto menor fosse à obtenção de alforrias, menos humano aquele Estado também se reconhecia. Esse foi o tipo de interpretação que prevaleceu em todo o exame que Perdigão Malheiro traçou da história das sociedades escravistas. Isso significava, em termos gerais, que o Brasil devia acompanhar o ritmo das transformações mundiais, tomando o seu próprio rumo em vistas da sua realidade.

Vejamos, nessa perspectiva, como Perdigão Malheiro classificou os sistemas escravistas americanos. Em seguida, analisaremos também a comparação realizada em seu livro entre as sociedades antigas e modernas para importar o modelo mais adequado de aquisição da liberdade ao caso específico brasileiro.

2.2. A análise dos sistemas escravistas americanos

A comparação entre os sistemas escravistas americanos apareceu raras vezes na primeira parte do *Ensaio Histórico-Jurídico-Social*, volume escrito em 1866, que tratou dos aspectos teórico-jurídicos e apresentou brevemente a sociedade romana e as origens e desenvolvimento do sistema escravista naquela região. Em dois momentos, entretanto,

¹⁹⁵ JOLY, Fábio Duarte. *Liberdade Opus Est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C)*. Tese de doutoramento: USP, 2006, p.27.

¹⁹⁶ MARQUESE and JOLY. *Slave Trade, Manumission and Citizenship in ancient Rome and Brazil: a comparative perspective*. In: Stephen Hodkinson, Marc Kleijwegt, and Kostas Vlassopoulos (ed.) *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

Perdigão Malheiro abordou o tema, com base na sistematização que fez do direito brasileiro sobre os escravos e libertos. Em primeiro lugar, ele recordou:

“Nos tempos modernos, [em] todas as Nações cristãs, cuja legislação se foi modificando, a ponto de abolirem a escravidão, e até mesmo a servidão; (...) se pode asseverar que (...) não há escravidão senão no Brasil, e algumas possessões de Portugal e Espanha”.¹⁹⁷

Dialogando, especificamente, com o que chamou de “tempos modernos”, Perdigão Malheiro destacou uma matéria que vimos discutindo desde a sessão anterior deste capítulo: a modificação das legislações no âmbito das “nações cristãs”. Nessa linha, remeteu-se àqueles Estados que atualizaram o seu direito positivo com ênfase no princípio moderno de liberdade, voltando-se à criação de leis que, gradualmente, aumentaram a possibilidade dos escravos de conquistarem sua alforria. Ao mesmo tempo, sublinhou a existência, ainda, da escravidão no Brasil e em algumas possessões de Portugal e Espanha, interrogando: “*é possível que o Brasil se mantenha em unidade por muito tempo em relação à semelhante questão?*”¹⁹⁸

No segundo momento em que considerou a comparação entre os sistemas escravistas americanos, o intelectual evidenciou a experiência de legislações que, em geral, não favoreceram a causa da liberdade. Atentamente, aludiu um assunto sobre o qual se debruçava o Código da Louisiana:

“(...) **Em legislação de povos nossos contemporâneos, qual a dos Estados Unidos do Norte América, aliás, em geral não favorável à causa da liberdade dos escravos**, se lê, no Código da Luisiana – que o statuliber pode fazer aquisições, devendo ser os bens entregues a um curador, à semelhança dos menores, o qual os administre até que ele o possa fazer por si; que os filhos das escravas em tal condição não são escravos, e sim livres, sujeitos apenas à mesma sorte das mães com os mesmos direitos que estas, até verificar-se a condição ou chegar o termo; e que finalmente foi providenciado em ordem a evitar que sejam reduzidos à escravidão” [**grifos meus**].¹⁹⁹

Ao evocar a legislação do país vizinho, Perdigão Malheiro não elucidou só o fato de suas leis restringirem o direito dos escravos à liberdade. Astutamente, chamou a atenção para

¹⁹⁷ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 92.

¹⁹⁸ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 93.

¹⁹⁹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 167.

a condição do *statuliber*²⁰⁰ em um dos seus códigos que regiam as relações entre senhores e escravos. Apresentando os Estados Unidos, ordinariamente, como um Estado que pouco contribuía para a causa “humanitária”, reconheceu, quanto à questão do *statuliber*, que até mesmo aquele país do norte agiu com certa autonomia e modernidade, perante o direito antigo, quando interpretou a categoria romana. Seu pensamento, presumimos, era o de que não se podiam aceitar, sem advertências, aquelas disposições do Direito Romano, nem “por aqui” e nem na doutrina da legislação da “União (Sul) Americana”, pelo fato de o legado romano não ser compatível com a “boa razão” e os “costumes e ideias do século”, as quais atendiam por medidas em favor da liberdade.²⁰¹ Sobre a situação do *statuliber*:

“Primeiro, que o *statuliber* é liberto, embora condicional, e não mais rigorosamente escravo. Segundo, que ele tem adquirido desde logo a liberdade, isto é, o direito; ou antes, tem desde logo sido restituído à sua condição de homem e personalidade. Terceiro, que só fica retardado o pleno gozo e exercício da liberdade até que chegue o tempo ou se verifique a condição; à semelhança dos menores, que dependem de certos fatos ou tempo para entrarem, emancipados, no gozo de seus direitos e atos da vida civil. Quarto, que pode fazer aquisições para si, como os menores. Quinto, que não é passível de açoites nem de penas só exclusivas dos escravos; nem ser processado como escravo. Sexto, que não pode ser alienado, vendido, hipotecado, adquirido por usucapião; é mesmo crime de reduzir à escravidão pessoa livre. Sétimo, responde pessoal e diretamente pela satisfação do delito como pessoa livre. Oitavo, os filhos da *statulibera* são **livres e ingênuos**, visto como livre é o ventre; a condição ou o termo não mudam nem alteram a sorte da mãe quanto à sua verdadeira e essencial condição de livre. Nono, que o serviço, a que o *statuliber* seja ainda obrigado, já não é propriamente servil. Décimo, que não ha aí patronos a respeito mesmo dos assim libertos, à exceção somente do próprio ex-senhor” [grifo meu].²⁰²

Ao *statuliber*, que possuía um tipo de liberdade condicional, deveria ser garantido o seu estado de homem e personalidade, uma vez que aparatos legais lhes restituíam os direitos de uma pessoa livre. O *statuliber* também não podia ser passível de açoites e nem de penas de exclusividade única dos escravos. O liberto, que de acordo com o seu destino ainda poderia ser filho de uma *statulibera*, somente responderia como tal, não podendo, seu direito, ser alienado. É preciso salientar, no entanto, que o que estava em jogo, aí, não eram apenas o estado e os direitos do *statuliber*. Evidenciam-se, abertamente, duas temporalidades distintas e muito bem separadas por Perdígão Malheiro: a primeira, antiga, que, quanto ao caso da

²⁰⁰ Statuliber é todo aquele que tem sua liberdade fixada sob determinado tempo ou condição.

²⁰¹ Para uma discussão sobre alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos: GRINBERG, Keila. Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001, p.62-83.

²⁰² MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, pp. 167-169.

legislação a qual tratava do statuliber, não parecia em nada favorecê-lo, e, por esse motivo, não devia ser “absorvida” entre as legislações modernas, componentes de uma segunda temporalidade que, por sua vez, representava o período de mudanças. A partir da “metáfora” do statuliber, exemplifica-se a forma pela qual aspectos do direito romano passaram a ter utilização pelos modernos, não com o intuito de copiá-los, mas, pelo contrário, com o objetivo de exaltar as diferenças espaciais e temporais entre um povo e outro.

Não sem razão, o segundo volume de *A escravidão no Brasil*, de 1867, traria a questão indígena, acentuando a peculiaridade do caso moderno.²⁰³ A leitura de um livro, em particular, ajudou Perdígão Malheiro a construir o seu recorte: *História Geral do Brasil*, de Adolfo Varnhagen (1854-1857).²⁰⁴ Não obstante os projetos distintos que se observaram a partir da leitura dos dois historiadores do IHGB, notamos que o texto de Varnhagen apresentou um conjunto de informações e dados sobre os índios e a história do Brasil que, em muito, parecem ter interessado a Malheiro. Nesse sentido, e guardadas as diferenças quanto ao ponto de saída e de chegada de ambos os escritos, a cronologia da história indígena, tal qual fornecida na obra de Varnhagen - *descoberta, conquista e colonização* -, foi de todo utilizada no ensaio de Perdígão Malheiro. Além do mais, esse último considerou o processo de escravização e a situação dos índios, trabalhada sob outra perspectiva por Varnhagen, para saudar a vitória das ideias liberais, as quais extinguiriam, em 1831, a escravidão dos povos gentios.²⁰⁵

Seu repertório intelectual, contudo, não parou com a leitura de *a História Geral do Brasil*. Teve, Malheiro, igualmente conhecimento da dominação espanhola na fase da conquista, dando especial atenção às figuras de Cortez e Pizarro.²⁰⁶ Os debates em torno da legitimidade ou não da escravidão indígena entre Sepúlveda e Las Casas (“a lenda negra e a

²⁰³ O tema foi mais bem trabalhado no capítulo 3 da tese de Henrique Gileno, quando colocou alguns aspectos das ambiguidades constantes na legislação indigenista e a aproximação de Perdígão Malheiro com o reformismo pombalino. Ver: GILENO, Carlos Henrique. *Perdígão Malheiro e as Crises do Sistema Escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.

²⁰⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Historia Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

²⁰⁵ Sobre o processo de escravização e libertação indígena, ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-132.

²⁰⁶ Sobre o período da Conquista espanhola na América, consultar: BRUIT, Héctor H. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América*. São Paulo: Iluminuras, 1995; PORTILLA, Miguel León (org.). *A Conquista da América Latina vista pelos índios: relatos Astecas, Maias e Incas*. Petrópolis: Vozes, 1984; TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982; GIBSON, Charles. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol.II. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1999, p.269-308.

lenda branca”)²⁰⁷ também não deixaram de ocupar espaço no segundo volume de *A escravidão no Brasil*. Nesse caso, a sua prática jurídica e a ciência da legislação indígena,²⁰⁸ a qual regulou o país em diversos momentos de sua história, favoreceram-no na análise das *Cartas régias*, das *Ordenações Filipinas* e do *Regimento de Tomé de Souza*.²⁰⁹ Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, com o seu *Os indígenas perante a história*,²¹⁰ apareceram rapidamente entre as menções de Perdigão Malheiro. Ao lado desses, a carta de Pero Vaz de Caminha e os relatos de viajantes, como Hans Staden²¹¹ e Saint Hilaire,²¹² forneceram elementos adicionais à criação de sua história indígena. Malheiro se valeu, também, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), com a sua *Viagem Pitoresca*.²¹³ Por fim, seu corpus documental seria completado com o estudo das cartas jesuíticas. Aqui, destacaram-se o Padre Manoel da Nóbrega e o Padre Antônio Vieira, os quais legaram ao intelectual boa parte do seu aprendizado sobre os significados religiosos da catequese e educação dos índios.²¹⁴

Ao que tudo indica, porém, os esforços de Perdigão Malheiro na compreensão da comparação entre os sistemas escravistas americanos se concentraram na fase final do seu ensaio: aquela dedicada ao estudo dos africanos. Nesse tomo, foram feitas duas grandes divisões alternativas para o seu exame: na primeira, referiu-se à introdução dos africanos negros no Brasil, sendo, por esse motivo, qualificada por Malheiro como a parte *pretérita* da narrativa. Concomitantemente, analisou-se também o comércio lícito dos africanos, seu desenvolvimento e restrição, sua abolição e extinção definitiva. A questão dos africanos denominados *livres*, assim como o problema da sua emancipação total, não seriam menos importantes entre as discussões do texto. De acordo com o seu autor:

²⁰⁷ Sobre o assunto, ver: BETHELL, Leslie (org.). (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Funag, 1999 (v.II).

²⁰⁸ Ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: *Cunha, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-132.

²⁰⁹ Importante estudo que trata da legislação sobre escravos africanos e das normas mencionadas acima é o de: LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. 2000. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203. Acesso em 13/01/2014 às 18h. e 56 min.

²¹⁰ Ver: GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Os indígenas no Brasil perante a História*. Tomo Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luz dos Santos, 1860.

²¹¹ Ver: STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

²¹² Ver: SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

²¹³ Ver: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet. Apresentação de Lygia da Fonseca F. da Cunha. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil. 3ª Série especial vols. 10, 11 e 12).

²¹⁴ Trabalho que discute o papel dos padres jesuítas na formação indígena é o de: EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: Encontros Culturais, Aventuras Teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

“Os principais episódios aí vão narrados sumariamente, quer em relação especial ao Brasil nos tempos anteriores e posteriores a independência, quer em relação a outros países; nem podia deixar de fazê-lo, já pela importância notável desses episódios, já porque o comércio e o tráfico de negros ocupou todas as Nações modernas até que se conseguiu a sua abolição, durando assim por mais de três séculos, sobressaindo na cruzada contra ele a Inglaterra, que mais se havia distinguido nessa especulação mercantil, pois chegou para bem dizer a exercer o seu monopólio”.²¹⁵

Nesse fragmento, três dados são dignos de atenção. Primeiro, que os episódios em relevo foram narrados de maneira sumária, embora essa opção não dispensasse a caracterização do Brasil e da história de outros países como fontes importantes para a compreensão dos eventos contemporâneos enunciados por Perdigão Malheiro. Segundo, que o comércio e o tráfico de escravos, os quais chegariam a perdurar por mais de três séculos em algumas regiões, conforme sua interpretação, fizeram parte da história de todas as Nações modernas. E terceiro, que a Inglaterra distinguiu-se, segundo ele, de todos os países do globo, não só por exercer o monopólio do trato de negros, mas também por ser o Estado quem primeiro combateu a sua legalidade, a partir de uma “verdadeira Cruzada”.

Já na segunda divisão, denominada por Perdigão Malheiro de *presente e futuro*, acenou-se para a escravidão existente no país e para o que ele chamou de “*a magna questão da abolição e de o melhoramento da sorte dos escravos no Brasil*”. Além disso, foram encontradas notícias das teorias sobre escravidão e do seu histórico no mundo até a data da publicação do terceiro volume de *A escravidão no Brasil*, no ano de 1867. Foram analisadas, ao mesmo tempo, as influências do Cristianismo para a abolição, os progressos das ideias e sentimentos no Brasil a respeito do assunto, o desenvolvimento da opinião a favor dos escravos e os costumes e índole dos brasileiros em paralelo com os de outros povos. Igualmente significativas, nesse tomo, foram as questões examinadas sobre a injustiça e a inconveniência de se manter a escravidão, bem como as vantagens econômicas em extingui-la. Finalmente, Perdigão Malheiro discutiria sobre a imigração livre para o Brasil, o desenvolvimento de um plano de emancipação e a propósito do melhoramento da sorte dos escravos no território brasileiro.

Resumidamente, foram esses os temas que Perdigão Malheiro propôs para o estudo do seu volume sobre os africanos. Seu intuito consistia, sobretudo, em demonstrar a importância das ideias que compunham a totalidade da obra para as gerações atuais e futuras, o que demonstra, em outros termos, o feito pragmático e os usos políticos de seu livro. Depois

²¹⁵ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. VI.

dessas considerações, mergulharia profundamente na comparação entre os sistemas escravistas americanos.

Começando pela propagação da escravidão dos negros, insurreições e quilombos,²¹⁶ afirmou que havia muitos elementos a serem discutidos. Segundo ele, tais assuntos incidiram na maioria das regiões que admitiram a escravidão em seu seio, sejam elas da antiguidade (Grécia, Roma e Oriente) ou da Era moderna (territórios coloniais europeus e Estados Unidos da Norte América). Em sua opinião, legisladores e governos daqueles distintos lugares, viram-se na dura necessidade de tomar providências, “umas bárbaras” - de rigor talvez excessivo contra os escravos - e outras de segurança pública e individual.

No Brasil, conforme Perdigão Malheiro, não aconteceu algo diferente. O país começou, desde cedo, a sofrer com as consequências “naturais” e “necessárias” da introdução da escravidão e do seu progressivo desenvolvimento. A fórmula que retratou essa realidade, constatava Malheiro, já era bastante conhecida entre os políticos de sua época, isto é, uma vez propagada a escravidão, surgiram também as insurreições que, por sua vez, podiam provocar fugas e a formação indesejada de quilombos. Resultado: penas e ampliação da coerção. Muitas leis criadas com o objetivo de reprimir a resistência escrava, inclusive, chegaram a mutilar vários escravos fugidos, como demonstrou o oitocentista brasileiro.

O tráfico de escravos,²¹⁷ de acordo com sua interpretação, atuou como o principal responsável pelo início de tais atrocidades, pois, para Malheiro:

²¹⁶ Sobre o assunto, uma ampla bibliografia já está disponível na historiografia brasileira. Ver: ANDRADE, Marcos Ferreira. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, nº 21/22 (1998-99), pp. 45-82; CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MATTOSO, Kátia de Queirós Mattoso. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos Gomes. *Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001; MARQUESE, Rafael de Bivar “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos estudos – CEBRAP*, no 74, março 2006, pp. 107-123.

²¹⁷ Sobre o assunto, a bibliografia é ampla. Além dos textos já mencionados neste trabalho, vale igualmente lembrar: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988; THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: séculos XII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987;

“Não eram os Portugueses e espanhóis os únicos que o faziam. Desde que foi conhecido o lucro espantoso que ele dava aos que empreendiam, também os Ingleses, Franceses, Holandeses, enfim de todas as Nações nele se empregaram; e os governos protegiam e animavam o tráfico por vários modos, concedendo prêmios, privilégios, e até título de nobreza, mesmo em França no reinado de Luiz XIV. Nas colônias inglesas, que depois foram os Estados-Unidos do Norte-América, ao passo que em 1620 estabeleciam-se ao Norte em a Nova Inglaterra puritanos transportados no Flor de Maio, um navio Holandês levava no mesmo ano a Virgínia o primeiro carregamento de 20 escravos Africanos, **plantado assim desde logo o elemento de discórdia que mais tarde fez a grande explosão de 1861** [grifo meu]”.²¹⁸

Reaparecendo no século XV, “o tráfico reviveu com ele a escravidão e todos os males advindos dessa instituição”. Só que, agora, com o surgimento de um novo elemento: a escravização de negros e índios. Como indicou o intelectual, o negócio demonstrava a ambição humana e o despertar da injustiça, sendo apenas combatido durante os séculos XVIII e XIX, com a chegada das ideias cristãs e filosóficas.²¹⁹ Não obstante, dois assuntos chamariam mais a nossa atenção a partir do pensamento de Malheiro: a legitimação do tráfico de escravos entre os países que lucraram, em demasia, com a sua execução e comércio; e um segundo ponto, como destacamos na citação, que deve ainda ser sistematicamente explorado.

Depois do primeiro carregamento de escravos africanos trazido da Holanda para a Virgínia, em 1620, plantou-se, desde então naquela possessão inglesa, “o elemento de discórdia que mais tarde fez surgir à grande explosão de 1861”. Referindo-se ao contexto da *Guerra de Secessão*, o qual analisamos ainda no primeiro capítulo, Perdigão Malheiro assegurou, como aspecto de sua causa, o tráfico de escravos iniciado no século XVII, na colônia inglesa. O acontecimento, que tomou grandes proporções em sua época, seria retratado no tempo de Malheiro como “a gigantesca guerra dos Estados Unidos e consequente abolição forçada da escravidão nessa República”.

A *Guerra Civil Americana* significaria então uma advertência e um convite à sociedade brasileira. Advertência no sentido de que um conflito semelhante no país podia gerar um “caos tremendo”. E um convite para a elaboração de medidas reformistas que abrandassem a possibilidade de revoluções escravas, como aquela que ocorrera no Haiti no final do século XVIII,²²⁰ a qual seria por ele assim representada: “a matança dos brancos, as novas Vésperas Sicilianas! O vulcão que havia feito a explosão!”.

²¹⁸ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p.29.

²¹⁹ Sobre a matéria, ler o clássico: DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²²⁰ Para uma abordagem comparada do assunto, ver a síntese proposta por YOUSSEF, Alain El. “Haitianismo em perspectiva comparada: Brasil e Cuba (séculos XVIII-XIX)”. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil*

Embora os Estados Unidos não tivessem legado, nesse aspecto, o melhor exemplo de como manter e, posteriormente, abolir sua escravidão internamente, emanava igualmente desse país a possibilidade de um “*modelo moderno de reformas*”, baseado em medidas que favoreciam a melhoria no tratamento dos escravos.²²¹ Apontando a experiência concreta daquele povo, que também devia ser levada a cabo pela sociedade brasileira, escreveu Malheiro:

“Tudo prova, pois, a salutar reforma no espírito público, e nas consciências em favor do escravo; reforma que se revela ainda melhor nos atos de última vontade, que são a derradeira e sincera expressão daquele que desaparece para sempre dentre os seus semelhantes, que são o grito da consciência, a manifestação solene dos mais íntimos pensamentos e sentimentos do homem, que aí refletem como em um espelho. Pois bem; **o que se tem dado em toda a parte e ainda modernamente nos Estados Unidos a este respeito, igualmente e talvez com mais frequência se tem dado entre nós**” [grifo meu].²²²

Em 1852, nos Estados Unidos, a autora norte-americana Harriet Beecher Stowe publicou o seu *A Cabana do Pai Tomás*, livro que repercutiu no Brasil nos mais diversos públicos. Sendo um dos romances mais lidos e comentados durante mais de um século, não só nos Estados Unidos, como em vários países do continente americano e europeu, a obra retratou e denunciou a escravidão, sob o viés senhorial, mostrando Pai Tomás, um velho e bondoso escravo que foi obrigado a deixar a sua casa e a sua família quando cedido a um

Meridional. Curitiba: maio de 2009. ISBN: 978-85-61022-23-5. A respeito das revoltas escravas e do Haiti, ler: GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. (Trad. port.). São Paulo: Global, 1983; GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio. “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 63, julho de 2002; MOTT, Luiz. “A revolução dos negros do Haiti e o Brasil”. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 3(4) junho de 1982, pp. 55-62; REIS, João José. “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na independência da Bahia”. In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O temor pelo fenômeno do “haitianismo” também seria sistematicamente explorado em: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²²¹ Para uma leitura que evidencia o tema da administração escrava, ler: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ler, quanto a isso, a parte 2 do trabalho, pp 87-216. Ver também o capítulo intitulado “visões do senhor de escravo” do livro de: AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. Outras referências sobre o assunto: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²²² MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p.122.

mercador de escravos para o pagamento de dívidas do seu senhor, o Sr. Shelby. Mrs. Stowe narrou com astúcia às desventuras, os maus-tratos e a fé descomunal do Pai Tomás ante um mundo escravista. Mas o diferencial mesmo do seu enredo se centraria na execração do abolicionismo pelos protagonistas da história, sobretudo na medida em que se estabelecia no livro um contraponto entre a subserviência do Pai Tomás e a bondade de dois dos seus amos: Sr. Shelby e Saint Claire.²²³

No Brasil, *A cabana do Pai Tomás* - que seria, inclusive, parafraseado por Perdigão Malheiro: “o senhor faz o escravo, assim como o escravo faz o senhor”²²⁴ - constituiu-se num dos principais pontos de apoio de narrativas que, assim como a do romance, tiveram a intenção de demonstrar à sociedade como um bom tratamento perante os escravos podia corroborar com a sua maior acomodação e, ao mesmo tempo, com a diminuição das revoltas e da sua resistência ao trabalho. Nessa linha, ainda no período colonial brasileiro, autores leigos e religiosos condenaram o tratamento cruel que era dispensado aos escravos. Mesmo não condenando a legalidade dos castigos, figuras como o jesuíta italiano Jorge Benci, que viveu na Bahia no século XVIII, instruía os senhores a tratarem humanamente seus cativos. Sendo os escritos do padre, sem dúvida, uma das referências utilizadas por Perdigão Malheiro, não foi sem motivo que esse último argumentou em uma das passagens de seu *A escravidão no Brasil*:

“Entre nós, as antigas proibições de certo trajar nos escravos, de divertimentos para eles, etc., tem caído em desuso; os senhores permitem-lhes certos prazeres e divertimentos tanto na cidade como no campo, e até algum luxo no vestuário”.²²⁵

Ainda que falar de melhorias no tratamento dos cativos parecesse apenas uma estratégia utilizada pelas classes senhoriais brasileiras para o aperfeiçoamento da produção escrava, existia nesse mesmo raciocínio uma segunda interpretação que evidenciava um conjunto de reformas para se chegar ao fim do cativo sem grandes transtornos. Para Perdigão Malheiro, tratar bem o escravo podia significar uma espécie de preparação para um novo tipo de sociedade:

²²³ STOWE, Harriet B. *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo: Ediouro, 2001.

²²⁴ Ver: MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. 123. Outras passagens: pp.143-144.

²²⁵ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p.127.

“O melhoramento da sorte dos escravos, assim como e mais ainda a abolição da escravidão, não são atos somente de humanidade e caridade, sem outros efeitos. Ao contrário, eles refletem direta ou indiretamente na própria sociedade; são um bem público”.²²⁶

Assim, não só era importante melhorar as condições de vida dos escravos, como também se tornava igualmente necessário relacionar tal aspecto a outras duas grandes reformas, a saber: a abolição do tráfico de escravos (que já havia sido encaminhada por praticamente todos os países até meados do século XIX) e a realização da prática de alforrias. Tais reformas, de modo abrangente, foram inseridas num plano de abolição pensado por Perdígão Malheiro. Nesse plano, constavam: 1 - fim do tráfico de escravos (com a extinção da principal fonte de obtenção de mão de obra escrava e a redução gradual dessa população); 2 - melhorias no tratamento e nas condições de vida do escravo (minimizando o perigo de revoltas escravas); 3 - incentivo à prática de alforrias; e 4 - possibilidade de progressivos avanços da legislação e do debate em torno do tema entre os diferentes grupos sociais, até que se encontrasse momento oportuno para o cerco final e extinção definitiva da escravidão.

Quanto ao assunto, dois historiadores teceram recentemente importantes comentários. Rafael Marquese e Ricardo Salles consideraram três ganhos para uma análise renovada da escravidão brasileira, esboçada por meio de um quadro interpretativo do sistema escravista oitocentista e de um propositivo balanço historiográfico que sugere novas possibilidades de pesquisas nesse campo: primeiro, a *montagem da ordem escravista oitocentista*. Nesse momento, Marquese e Salles apontam para a construção institucional da escravidão brasileira em um sistema interestatal comandado pelo poder hegemônico britânico, que tem no antiescravismo um de seus elementos ideológicos e geopolíticos fundadores; em segundo lugar, assinalam a *dinâmica do escravismo oitocentista brasileiro*. No que denominaram de “*virada estrutural*” representada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos, os historiadores demonstram o processo de “*internalização*” da escravidão brasileira, o qual, por um lado, tornou o país menos suscetível à pressão britânica e, por outro lado, mais vulnerável às pressões da chamada “*economia-mundo industrial*”; por fim, os pesquisadores lembram a *dinâmica da alforria*. Segundo eles, em razão das mesmas pressões da economia-mundo, a qual acabamos de mencionar, a alforria, de elemento estabilizador da ordem escravista interna (“*pré-1850*”), tornou-se elemento desestabilizador, também em virtude do processo de concentração social e espacial da escravidão brasileira e devido à reorganização das posições

²²⁶ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p.162.

globais dos produtores de artigos tropicais. Referindo-se então ao exemplo do abolicionismo, concluem Marquese e Salles que esse último esteve, num primeiro momento, bloqueado, apesar da existência do antiescravismo representado tanto na imprensa quanto no parlamento, e, num segundo instante, desbloqueado, pela quebra da dinâmica secular da alforria, cujas ações dos egressos do cativeiro seriam fundamentais para a articulação nacional do movimento abolicionista.²²⁷

Não obstante o ponto que Rafael Marquese e Ricardo Salles interpretaram como a “fase” do desbloqueio - a qual, sem dúvidas, Perdigão Malheiro dispensaria por considerar “*perigosas*” as ações escrava, liberta ou ainda de um movimento abolicionista que tirasse o foco da dimensão legal e do papel fundamental do parlamento para a extinção do cativeiro -, podemos afirmar que o enquadramento dos pesquisadores contribui para uma melhor sistematização dos múltiplos estratos de tempo²²⁸ e práticas históricas de escravização e de saídas da escravidão tais quais originados a partir do pensamento de Perdigão Malheiro. Em outras palavras, a comparação histórica realizada pelo intelectual condensou não apenas a experiência de diferentes povos, tornando-a laboratório e objeto da sua realidade, mas também se reportou a distintos acontecimentos da história do país para demonstrar uma espécie de “memória” dos principais eventos nacionais que levariam ao fim do cativeiro. Nesse sentido, e não à toa, ele mencionaria como primeira etapa do seu plano de reformas a abolição do tráfico transatlântico de escravos, considerando o papel central dos ingleses nesse processo; depois, apontaria as melhorias no tratamento dos escravos como forma de evitar o “*lamentável*” exemplo do Haiti ou ainda a reprodução do que ocorreu nos Estados Unidos; em terceiro lugar, listou o incentivo à prática de alforrias, não mais como elemento estruturante, mas desagregador do sistema escravista; e, por último, considerou o debate público - na imprensa e no parlamento - como modo de encaminhar, “*em momento oportuno*”, a escravidão para a sua derrocada.

Seguido desse plano de abolição, de igual maneira se tornava necessário um “plano de metas” para a sociedade brasileira livre. Nesse âmbito, Perdigão Malheiro não deixou de notar novamente que os Estados Unidos apresentaram políticas que, sem prejuízo, também poderiam ser acompanhadas de perto pelo governo imperial. Esses foram os casos, por exemplo, do incentivo à imigração, do processo de industrialização e da introdução do

²²⁷ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Escravidão e Capitalismo Histórico: história e historiografia no Brasil do século XIX. Paper apresentado ao Seminário Internacional *Escravidão e Capitalismo Histórico: História e Historiografia – Brasil, Cuba e Estados Unidos, século XIX*. Lab-Mundi/ Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade de São Paulo, 16 de setembro de 2013, pp.35-51.

²²⁸ Sobre isso, ler: KOSELLECK, Reinhart. Cambio de experiencia y cambio de método. Un apunte histórico-antropológico. *Los estratos del tiempo*: estudios sobre la historia. Barcelona, Paidós, 2001.

trabalho assalariado. Na visão do oitocentista, o povo norte americano era empreendedor, arrojado e inventivo, o que facilitava o desenvolvimento industrial daquele país. Além disso, e diferentemente do Brasil, o governo da nação do norte estimulou a iniciativa individual, a qual garantia à sua população espécie de autonomia mediante a República. Tal política, no Brasil, ainda não havia sido possível de ser implantada, e a razão disso, segundo Malheiro, consistia no fato de que o Estado brasileiro reduzia o seu cidadão à condição de tutela.

Na interpretação do letrado imperial, o Brasil precisava de gente útil e capaz para trabalhar, não só na produção industrial, como também na lida com a economia agrícola de exportação. Para tanto, o país precisava de imigrantes, de libertos e de uma população com menos óbitos. Em outros termos, a monarquia necessitava aumentar seu contingente populacional, seja com a imigração, seja com os nascimentos. Todas essas políticas, em seu olhar, foram anteriormente formuladas pelos Estados Unidos que, entre outras coisas, distinguiram-se de outras nações modernas pelo fator religioso, o qual ajudou a ampliar a sua população e, ao mesmo passo, contribuiu com elementos para o seu enriquecimento cultural.

De todo o exposto, evidencia-se que a comparação estabelecida por Perdigão Malheiro em relação aos Estados Unidos ia além do aspecto escravidão ou dos modelos negativos gerados por aquele país quanto às suas leis nacionais que, por seu turno, pouco possibilitavam aos escravos conquistar a condição de homens livres. Com base na interpretação de alguns, inclusive, é possível afirmar que muitos ideais americanos chegaram com força no Brasil, sobretudo depois da segunda metade do século XIX. Conforme Armando de Melo Lisboa, na América Latina as elites crioulas, a partir da independência, buscaram definir sua modernidade excluindo seu passado. Esses primeiros momentos fortemente românticos estavam marcados pela necessidade das elites locais de se diferenciarem dos colonizadores ibéricos, levando-as a rejeitar a tradição cultural ibérica e a, apressadamente, imitar a legislação moderna da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. A partir do despertar da nacionalidade, contudo, tornou-se hegemônica na elite da América Ibérica a tese americanista, segundo a qual: “*tendo Democracia na América (1835) de Tocqueville como livro de cabeceira, fazia a recusa da herança ibérica e do humanismo clássico europeu e toma[va] os Estados Unidos como paradigma institucional*”.²²⁹

²²⁹ LISBOA, Armando de Melo. Desenterrando o espelho. A construção da identidade latino americana. *Revista ibero-americana de personalismo comunitário*. Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.personalismo.net/persona/desenterrando-o-espelho-constru%C3%A7%C3%A3o-da-identidade-latino-americana>. Acesso em: 15/04/2014 às 22h. e 34 min. Outros autores se debruçaram de modo mais profundo sobre o assunto. Ver: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, “Da independência até 1870”); BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993; FRANCO, Jean. *La cultura moderna en*

Como os Estados Unidos, a Espanha também serviria de parâmetro de comparação para Perdigão Malheiro. Em 1867, esse Estado apresentou, para suas possessões, o seu plano de emancipação escrava. O plano, que contava com 6 artigos, dispunha sobre a declaração de liberdade nas colônias de Cuba e Porto Rico.²³⁰ De acordo com o projeto:

Serão declarados livres:

- 1º Todas as crianças menores de três anos;
- 2º Todos os escravos maiores de 60 anos;
- 3º Todas as crianças que nascerem depois da promulgação do decreto de emancipação;
- 4º Todos os negros importados em Cuba depois de 1845, calculados em 100.000;
- 5º O resto será emancipado segundo uma indenização paga aos senhores;
- 6º A escravidão ficará abolida em cinco anos.

Esse plano de emancipação continha ainda o chamado *fundo de emancipação* que, de um modo geral, discorria sobre os seguintes assuntos:

- 1º Um décimo de todos os direitos da alfândega;
 - 2º O produto dos bens das pessoas que morrerem intestadas;
 - 3º O produto da venda da bulla para comer carne a sexta-feira, primitivamente destinado ao resgate de cativos feitos pelos Mouros e Árabes;
 - 4º Todas as multas por infração de lei relativas a abolição;
 - 5º A siza da venda dos escravos, que orça atualmente por 100.000 libras anuais;
 - 6º A taxa que se imporá de um peso por mês sobre cada escravo apto para o trabalho;
- *Além disto, proibir-se-á que estrangeiros possam possuir escravos.

Na leitura de Perdigão Malheiro, o império colonial espanhol nada mais fazia do que demonstrar o seu alinhamento ao “*assentimento unânime das nações civilizadas*”, as quais comprovaram, a partir dos seus exemplos, a evidência de que:

“1º A escravidão é absolutamente incompatível com as ideias de justiça, políticas, sociais, morais, e religiosas do nosso século; 2º que ela está condenada e proscrita para sempre; 3º que é reconhecidamente um mal pernicioso e deletério da sociedade; 4º que é grandemente prejudicial ao

América Latina. México: Grijalbo, 1985; FUENTES, Carlos. *O espelho enterrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001; QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopia en America Latina*. Lima: Soc. y Política, 1988.

²³⁰ O plano de emancipação espanhol para suas colônias pôde ser encontrado entre os anexos do tomo III da obra de Perdigão Malheiro. Sobre o assunto, ler: SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre 1860-1899*. Campinas/Rio de Janeiro: Edunicamp/Paz e Terra, 1991. Ver também: SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Empire and antislavery – Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999; BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1780-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

trabalho, a ordem econômica; 5º que é igualmente prejudicial em todo o sentido ao escravo; 6º que também o é ao próprio senhor”.²³¹

Com base nisso, não restavam dúvidas de que a instituição escravidão já não podia mais ser mantida por aqui. Feita a abolição nos Estados Unidos, permaneciam no território americano apenas Brasil, Cuba e Porto Rico por fazê-la. Depois de apresentado o plano de emancipação espanhol, ficava então o Brasil obrigado a tomar medidas de caráter de urgência para não sustentar a incômoda posição de isolamento do mundo civilizado em relação à semelhante questão.²³²

Tais medidas, contudo, não poderiam partir da iniciativa dos próprios escravos. O fenômeno do haitianismo seria logo compartilhado pela classe senhorial e grupos políticos mais conservadores do Império que, por sua vez, fizeram largo uso ideológico dos resultados daquela revolução para influenciar toda a sociedade quanto ao “*espectro do Haitianismo*”.²³³ O caso dos Estados Unidos, de igual maneira, não se aplicava ao tipo de reforma que se acreditava ser a ideal para o país, pois: “*o que se passou, principalmente em algumas das colônias inglesas e francesas [Haiti], e o que em nossos dias se está passando nos Estados Unidos, nos deve servir de exemplo e de lição para o evitarmos*”.²³⁴ Nessa perspectiva, e considerando a validade dos argumentos de João Paulo Garrido Pimenta para o caso latino americano, reconhece-se que o emaranhado de paradigmas positivos ou negativos, alternativas, possibilidades e parâmetros de ação possíveis fornecidos pela experiência revolucionária moderna aos homens envolvidos na política luso americana, gestaram uma releitura histórica dos acontecimentos - possibilitando o conhecimento de uma realidade - e permitiram fazer daquela experiência um sinônimo de vivência da realidade. Para o autor,

²³¹ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp. 161-162.

²³² Recente trabalho que discute a problemática é o de: MAMIGONIAN, Beatriz G.; SIQUEIRA, A. P. P. A. “Campanha abolicionista e a escravidão no século XIX no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos”. In: Adriana Pereira Campos; Gilvan Ventura da Silva. (Org.). *A Escravidão Atlântica: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas*. Vitória: GM, 2011, p. 39-74.

²³³ YOUSSEF, Alain El. *Haitianismo em perspectiva comparada: Brasil e Cuba (séculos XVIII-XIX)*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: maio de 2009. ISBN: 978-85-61022-23-5. Do mesmo autor: *Imprensa, política e escravidão: Rio de Janeiro, 1822-1850*, Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo: FFLCH/USP, 2010. O assunto é amplo e muitos pesquisadores já se debruçaram sobre a questão. Boa parte da bibliografia a qual me refiro foi comentada e discutida no artigo de MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Indias*, 2011, vol. LXXI, n.º 251, 19-52, ISSN: 0034-8341.

²³⁴ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp. 213-214.

portanto, “*é esse duplo sentido que confere à experiência hispano-americana destacada importância para o Brasil no interior da experiência revolucionária moderna*”.²³⁵

No pensamento de Perdigão Malheiro, a reforma da escravidão no Brasil deveria proceder, diferentemente da experiência de “*algumas das colônias inglesas e francesas*”, segundo a formulação de leis previamente orientadas, aprovadas em parlamento e pelo governo brasileiro. Igualmente, reconhecia a necessidade de se recrutar esforços para o convencimento da maioria de que a escravidão chegava ao seu colapso e que a melhor solução seria então a abolição do cativo.

Se, por um lado, os países americanos apresentaram a partir da sua experiência o conhecimento de uma realidade, transformando-se em sinônimo de vivência, por outro, suas lições históricas não pareceram ter legado a Perdigão Malheiro o exemplo mais adequado de como proceder com o problema da escravidão em território nacional. Nesse sentido, acreditando que os Estados Americanos não dispunham como característica própria governos fortes e leis apropriadas para a realidade da monarquia brasileira, o personagem oitocentista buscava nas experiências de povos antigos e modernos - seja pelo progresso do seu direito em favor da causa da liberdade (Roma), seja em virtude dos modelos que as nações europeias forneceram por já terem realizado a extinção da escravidão em suas colônias – a chave explicativa para interpretar o fenômeno da emancipação escrava no Brasil, criando, assim, um horizonte de expectativas conforme as pontuais exigências da nação.

2.3. Os sistemas escravistas antigos e modernos

“De todos os povos antigos e modernos, foram os Judeus os mais benévolos para com os escravos, já no tratamento que lhes davam, já nas alforrias que as próprias leis lhe garantiam, já em muitos outros atos; concediam-lhes certos direitos, e até obrigavam o senhor a dar-lhes alguma coisa, quando acabasse o seu tempo de cativo, afim de poderem começar como livres. Na Grécia e em Roma, já o vimos, o escravo era coisa; e havido em desprezo, como se vê de Plauto, Terencio, Juvenal e outros, sujeito à vontade soberana do senhor: o que todavia sofreu modificações sensíveis, conquanto essas mortificações domésticas, de que em todas as Nações têm sido e são vítimas aí se dessem, bem como os vexames públicos, os rigores das leis. Nas colônias Europeias, os escravos eram pior tratados, e havidos em maior desprezo do que na antiguidade, pela razão da sua origem africana, e de se não ver neles senão instrumentos vivos de trabalho. As próprias leis alimentavam tais costumes. Só mais tarde foram eles e tem sido melhorados.

²³⁵ PIMENTA, J.P.G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2003 (tese de doutorado), pp. 21-22.

Até que se extinguiu nelas a escravidão, exceto somente as possessões que na América ainda conserva a Espanha, e o Brasil, ex-colônia Portuguesa.”²³⁶

“A questão da abolição da escravidão tem sido em todos os países e em todos os tempos, da maior gravidade; e tem consumido não poucas dezenas de anos em ser preparada, e afinal levada a efeito. (...) Deverá o Brasil ser o único que persista em mantê-la? Poderá mesmo fazê-lo?”²³⁷

Da escravidão antiga à moderna, Perdigão Malheiro se valeu da história do cativo de diferentes povos para traçar os caminhos para a sua escravidão comparada. A partir daí, então, seria possível definir, “*em momento oportuno*” e tomando os devidos cuidados, a forma pela qual deveria ser encaminhado o problema da escravidão no Brasil.

Começando pelos antigos, ainda que tenha registrado a “*benevolência dos povos judeus para com os escravos*”, a despeito das sociedades escravistas da Grécia e de Roma que os condenavam como uma espécie de “cousa”, o intelectual explicou que “*os rigores das leis*” eram o que, de fato, provocavam tais estímulos entre aqueles povos clássicos. Quanto a isso, considerou que quaisquer modificações legais em favor da liberdade que fossem apresentadas, alteravam por completo o resultado daquele quadro. Nesse aspecto, Roma apresentou, conforme Malheiro, o modelo mais fiel de possibilidade de mudanças, o que a tornaria, por esse motivo, o foco principal de sua análise: seja por demonstrar-lhe exemplos de ações as quais podiam ultrapassar as barreiras do tempo e chegar ao seu país de origem, seja por dar-lhe a chave de como lidar com questões e princípios do próprio direito positivo romano que já não atendiam e não podiam, segundo ele, ser aplicados de acordo com os costumes nacionais.

Em seguida, examinou a peculiaridade das sociedades modernas, as quais ofereceram, de acordo com o seu raciocínio, o melhor modelo daquilo que denominou como a “*terminação forçada ou legal do cativo*”. Embora sendo os escravos “*ainda pior tratados*” nas colônias europeias do que na antiguidade (afinal, quanto mais próximo era o problema, mais devastador ele deveria ser representado), sugeriu Malheiro que os exemplos das nações modernas nos serviriam de lição, uma vez que tais nações concretizaram a abolição da escravidão em suas colônias entre fins do século XVIII e início do XIX. Daí, o seu questionamento: “*deverá o Brasil ser o único que persista em mantê-la? Poderá mesmo fazê-lo?*”.

²³⁶ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. 126.

²³⁷ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. 204.

Existiram, assegurou o letrado imperial, dois “*modos de findar o cativo*”: o forçado ou legal e o voluntário. Sendo o caso moderno o modo forçado, analisemos, inicialmente, o modelo romano:

“Por ato voluntário do senhor pode o escravo ser restituído à liberdade. É o que se diz propriamente manumissão (manumissio), alforria. Pode ser entre vivos ou morte do senhor; no que tem esta ampla faculdade, em geral, a bem da liberdade, protegida pelas leis com inúmeros favores.”²³⁸

Não obstante a obra se realizasse em favor da causa da liberdade, emergiram certas limitações no exercício ou na faculdade de manumitir. Para conceder a alforria, era necessário que, em regra, o manumissor tivesse a capacidade e a livre disposição de fazê-la, pois:

“1º O escravo não pode fazê-lo por não ter capacidade civil; 2º o infante por incapaz de vontade; 3º o tutor, curador e outros, por não estar na administração a faculdade de alienar; 4º o pupilo ou pupila, isto é, o impúbere sujeito a tutela; 5º o usufrutuário, por não ter livre e plena disposição; 6º e outros semelhantes.”²³⁹

Nesse caso, Malheiro ilustrou que algumas das determinações do direito romano, de que se teve notícia em seu tempo, tinha toda a aplicação no direito brasileiro, embora outras já não possuissem tamanha aceitação:

“1º A respeito do escravo especialmente hipotecado ou dado em penhor; 2º a alforria em fraude dos credores; 3º nas manumissões testamentárias a alforria em fraude ou prejuízo dos herdeiros necessários; 4º em outros casos semelhantes.

Outras, porém, **entendemos não aceitáveis**, já não dizemos das que o próprio Direito Novo aboliu, mas das que ainda conservou, - ou porque são de instituição peculiar do povo Romano, - ou porque são fundadas em sutilezas, e fundamentos incompatíveis com o estado atual do nosso Direito e Jurisprudência, das ideias Cristãs, da civilização e ideias do século no Mundo e no nosso próprio País. [**grifo meu**]”²⁴⁰

Na esteira de Savigny (o qual escreveu um “*magno tratado sobre o Direito Romano*”), Perdigão Malheiro elucidou que, no ato da alforria, o senhor nada mais fazia do que “*demitir de si o domínio e o poder que tinha sobre o escravo*”, restituindo-o, desse modo, ao seu

²³⁸ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 98.

²³⁹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, pp.103-104.

²⁴⁰ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, pp. 112-114.

“estado natural de livre”, em que todos os homens nascem. Nessa perspectiva, a alforria não seria “em sua última, única e verdadeira expressão, mais do que a renúncia dos direitos do senhor sobre o escravo e a consequente reintegração deste no gozo de sua liberdade, suspenso pelo fato de que ele foi ‘vítima’”. Assim, o escravo, depois de forro, não adquiria, rigorosamente, a liberdade, haja vista que “sempre a conservou pela natureza, embora latente ante o ‘arbítrio’ da lei positiva”.

Pela manumissão, o escravo era restituído à sua natural condição e estado de homem, de pessoa, entrando para a “comunhão social” e para a “cidade”, como diziam os romanos, “sem nota mesmo da antiga escravidão”. Quanto a isso:

“É então que ele aparece na sociedade e ante as leis como pessoa (persona) propriamente dita, podendo exercer livremente, nos termos da lei, como os outros cidadãos, os seus direitos, a sua atividade, criar-se uma família, adquirir plenamente para si, suceder mesmo ab-intestado, contratar, dispor por atos da vida civil, a semelhança do menor que se emancipa plenamente. Pode mesmo ser tutor ou curador.”²⁴¹

Se, por um lado, Perdigão Malheiro alegou que “nem de toda forma podia o direito romano ser aceito pelo direito moderno”, por outro lado, seria a *dinâmica das alforrias* uma medida bastante razoável - tomada do direito romano - para se lidar com nossas questões internas, já que, pelo “*paternalismo liberal*”, o escravo nativo adquiria os direitos constitucionalmente garantidos de cidadão em razão da tessitura liberal do Estado imperial.²⁴²

Na opinião de Malheiro, a essa medida deviam se somar outras duas: primeira, a da eliminação dos princípios romanos da *hereditariedade* e da *perpetuidade*. Em segundo lugar, para se obter a extinção completa da escravidão, era preciso “*atacá-la no seu reduto, que entre nós não é hoje senão o do nascimento.*”

“A **hereditariedade** e a **perpetuidade**, característicos constitutivos da escravidão no mundo antigo e moderno (...) são absolutamente destituídas de justificação, de escusa; não tem razão alguma de ser. Derivando apenas da ficção de Direito, pela qual o escravo não é pessoa, e sim quase irracional, equipara o ventre escravo ao dos animais, e portanto sujeita os filhos perpetuamente a mesma sorte; ficção revoltante, prepotente, odiosa e feroz! equiparação que em relação aos filhos de escravas em usufruto, já o próprio Direito Romano havia reprovado, contra a teoria geral do mesmo Direito, dizendo que eles não eram frutos propriamente ditos, porque não é fruto o homem para quem a natureza criou todos os frutos.

²⁴¹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 207.

²⁴² Para o conceito de “paternalismo liberal”, ver PARRON, Tâmis. “A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865”. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, p. 59.

E no entanto é principalmente aquele inqualificável princípio – *partus sequitur ventrem* –, que há feito propagar a escravidão no mundo desde os primeiros tempos até os nossos dias; logo que em algum povo se introduziram escravos, aquela doutrina os acompanhava como a sombra ao corpo, era inseparável, e fazia aí perpetuar-se a escravidão” [grifos meus].²⁴³

Através do *partus sequitur ventrem*, portanto, os filhos das escravas nasceriam escravos, perpetuando-se na escravidão, seja por herança, seja por nascimento. A liberação do ventre das escravas, contudo, juntamente com a dinâmica das alforrias, constituir-se-iam, no pensamento do intelectual, como espécie de “*pedra angular das reformas*” contra a instituição escravista, e o Brasil, por seu turno, caberia acompanhar tais medidas de perto por meio da experiência escravista romana.

O segundo “*modo de findar o cativo*”, como citamos há pouco, diz respeito às formas compulsórias ou legais, que “[ocupavam-se] *somente daqueles casos em que a alforria ou liberdade vem de disposições legislativas, a fim de ser alguém declarado livre, mesmo contra a vontade do senhor*”.²⁴⁴ Aqui, Perdígão Malheiro se valeu principalmente dos “*exemplos de outras nações*”, os quais, para ele, eram “*irrecusavelmente*” proveitosos para o governo brasileiro que, por sua vez, deviam-nos tomar como aprendizado para futuras intervenções no país. Nesse sentido, seria apresentado por Malheiro amplo repertório de abolições pelo mundo. Seu objetivo, sem dúvida, consistia em mostrar o isolamento do país no cenário internacional e na aparentemente inadiável extinção da escravidão.

A história demonstrava exemplos de que a escravidão, cedo ou tarde, chegaria ao fim também no Brasil. A escravidão antiga tinha legado que o seu desaparecimento se deu pela sua transformação em colonato e servidão. A servidão, provocada pelos “*bárbaros*” num demorado, mas benéfico processo, foi abolida: começando no ocidente, com a Revolução Francesa de 1789, e terminando com a Rússia, em 1861, depois de trabalho preparatório de muitos anos anteriores. Portugal, em 1773, promulgou a sua lei de abolição no reino. Já na Espanha, as leis da Metrópole facilitaram aos escravos a sua libertação através do seu resgate, realizado, quase sempre, de maneira lenta e gradual. Até 1829, várias Repúblicas latinas – com exceção do Paraguai, o qual manteve sua escravidão até 1866 – contavam com número reduzido de escravos: Buenos Aires, Colômbia, Chile, Bolívia, Peru, Guatemala, S. Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Montevidéu e México. A Inglaterra, em 1838, expediu o seu último *Bill* decretando emancipação imediata nas suas colônias, com indenização. Embora

²⁴³ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp. 130-131.

²⁴⁴ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 117-133.

os Estados Unidos se configurassem como um caso à parte, conforme Malheiro, o resultado de modo geral nas colônias inglesas também foi lento. A Suécia, pela lei de 1846, conseguiu extinguir a escravidão de suas colônias. Em 1847, a Dinamarca emancipou os seus escravos. A Holanda, iniciando o seu processo desde 1794, com o seu Código Negro, fechou o seu ciclo de reformas com a questão da Índia, em 1854. S. Domingos ou Haiti, por seu turno, havia sido testemunha da “*matança dos brancos*”. E os Estados Unidos, novamente, desde 1861, constituíram-se como “*exemplo notável de terror*”.²⁴⁵

De todo o exposto, Perdígão Malheiro questionou: “*devemos nós persistir em mantê-la? Convém fazê-lo por algum motivo especial? Podemos mesmo fazê-lo?*”.²⁴⁶ Parece-nos que a resposta para tais perguntas ele mesmo forneceu ao validar a existência de legislação no país (baseada na jurisprudência romana e no direito costumeiro brasileiro e em legislações de outros países) favorável à prática da liberdade:

“Por nosso Direito devemos, igualmente, consignar que a liberdade pode vir ao escravo, mesmo contra a vontade do senhor, por virtude da lei. Assim: 1º A morte natural extingue a escravidão, como já vimos. – Se ressuscitasse, seria como livre. – Questionou-se a respeito dos que fossem salvos por alguém de morte certa em caso de naufrágio. 2º O descendente, ascendente, ou outro parente, consanguíneo ou afim, como vimos acima. 3º O cônjuge não pode ser escravo um do outro. 4º O escravo enjeitado ou exposto. 5º Aquele que manifestava diamante de 20 quilates e para cima, era liberto, indenizando-se ao senhor com 400\$. 6º Aquele que denunciava a sonegação de diamantes pelo senhor, igualmente; e recebia mais o prêmio de 200\$. 7º Também obtinha a liberdade o escravo que denunciasse o extravio ou contrabando de tapioca e pau brasil. 8º O irmão da Irmandade de S. Benedito, resgatado por esta nos casos de sevícia e venda vingativa do senhor. 9º O abandono por inválido, se se restabelece, não deve voltar ao cativeiro. 10º Pela saída do escravo para fora do Império; pois, voltando, é como livre, salvos unicamente os casos de fuga e de convenção em contrário. 11º Pela prescrição.”²⁴⁷

Nesse quadro, era atribuído ao governo, mas, sobretudo, ao legislador, um papel central no processo de encaminhamento do elemento servil do país:

“E, generalizando, perguntaremos – se uma lei declarasse livres os escravos, ou as escravas, ou um certo grupo, abolisse enfim a escravidão, mediante indenização ou mesmo sem ela segundos casos e circunstâncias, como

²⁴⁵ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp. 137-162.

²⁴⁶ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, p. 162.

²⁴⁷ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, pp.124-128.

dispunham os Judeus, e o fizeram nos tempos modernos as Nações da Europa sobretudo Portugal, a França, a Inglaterra, Holanda, e outros países do mundo, e ainda ultimamente os Estados-Unidos da Norte-América, estaria porventura fora da órbita das atribuições constitucionais do Poder Legislativo? Certamente que não; **se a escravidão deve sua existência e conservação exclusivamente a lei positiva, é evidente que ela a pode extinguir.** [grifo meu]”²⁴⁸

Para tanto, os autores das leis do país deviam ser guiados pelo ritmo das transformações mundiais. Os legisladores, ao mesmo tempo, tinham que possuir capacidade e responsabilidade de direcionar o Estado brasileiro em prol da jornada em favor da liberdade. Por isso mesmo, não podiam ser quaisquer membros da sociedade. De acordo com Perdigão Malheiro, de tais figuras era esperada não só a capacidade de enxergar os problemas da nação, como também se requeria delas o desejo e o poder de agência para tentar resolvê-los da melhor forma possível. Haveria, nesse sentido, a necessidade de se encontrar pessoas “*ilustradas*” e que atuassem em consonância com as “*ideias do século*”, que consagravam um conjunto importante de reformas.

“As conquistas do pensamento, o progresso da jurisprudência e das leis, bem como da filosofia, iluminadas pelas doutrinas do cristianismo, firmaram a grande vitória da dignidade humana, do reconhecimento dos direitos absolutos do homem, e da sua verdadeira natureza. A escravidão, posta a princípio em dúvida quanto a sua legitimidade ante a lei natural, foi abalada pela sua base; negada a legitimidade, baqueou, não sem resistir ainda por séculos. Na Europa cessaram os prisioneiros de ser reduzidos a cativo, abolida essa fonte primordial, desde o século XII: a escravidão rural transformou-se em colonato e servidão adscripticia; e a escravidão pessoal desaparecia.”²⁴⁹

*

A publicação do ensaio *A escravidão no Brasil* não passaria despercebida entre os periódicos de circulação cariocas. Este foi o caso, por exemplo, do breve comentário sobre o opúsculo realizado pelo *Correio Mercantil*, jornal de linha reformista do Rio de Janeiro:

“O Instituto Histórico Geográfico, aquilatando a valia de semelhante trabalho, guarda-o cautelosamente em suas estantes.
A *Escravidão no Brasil* é o título da obra que o Sr. Dr. A.M. Perdigão Malheiro acaba de finalizar. Sobre seu incontestável mérito por vezes me

²⁴⁸ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, p. 132.

²⁴⁹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867, pp. 75-76.

tenho pronunciado, convencendo-me a leitura do último volume que poucos entre nós poderiam ventilar tão momentosa questão com mais fino tato, e mais cabal conhecimento da ciência do direito aliada as congruências sociais”.²⁵⁰

Muitas notas na imprensa - um ano depois da publicação dos três volumes do manuscrito - repercutiram em distintos momentos a disponibilidade da obra do Dr. Perdigão Malheiro nos comércios de livros da cidade, o que demonstrava, em maio de 1868, a existência de um terreno fértil para a sua ampla divulgação.²⁵¹ Em 9 de maio desse ano, D. Pedro II se pronunciou quanto ao assunto da Fala do Trono: “*O elemento servil tem sido objeto de assíduo estudo, e oportunamente submeterá o governo à vossa sabedoria a conveniente proposta*”.²⁵²

A 16 de julho, porém, a coisa mudaria de figura. Observaram-se, no Império brasileiro, alguns acontecimentos que barraram, ainda que temporariamente, as reformas referentes à escravidão. A queda do ministério liberal presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos e sua substituição por um gabinete conservador comandado pelo Visconde de Itaboraí,²⁵³ geraram uma crise a qual culminou em um manifesto em favor de várias mudanças no sistema político, como a exigência da descentralização, de eleições diretas, da liberdade religiosa e de muitas outras transformações pretendidas.²⁵⁴ Há quem diga, inclusive, que a ascensão dos conservadores, a qual seria recebida com grandes e violentos protestos pela maioria da Câmara, determinou desde logo a reorganização do Partido Liberal, em cujo programa foi incluída a ideia da emancipação,²⁵⁵ sendo, pouco depois (1869), publicado um *Manifesto*,

²⁵⁰ Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal. 16 de janeiro de 1868, p.2

²⁵¹ Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal. 18 de maio de 1868; Idem. 24 de maio de 1868; Idem. 27 de maio de 1868. Idem, 29 de maio de 1868. Idem. 30 de maio de 1868.

²⁵² SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. São Paulo: 1977, p. 380.

²⁵³ A queda do gabinete liberal aconteceu em virtude dos desentendimentos entre Zacarias e o marquês de Caxias, já tomado como um herói por sua atuação na guerra do Paraguai. D. Pedro II foi impelido pela imprensa a tomar algum lado na rinha, e assim o fez quando optou pela mudança de poder: subiram, então, os conservadores, sob a chefia do visconde de Itaboraí. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, pp. 423-432. Sobre a queda do Gabinete liberal e o contexto político brasileiro de 1867 a 1871, ver: NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order – the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006, pp. 223-271.

²⁵⁴ Afonso, Rogério Natal. *A dimensão política do pensamento de José de Alencar (1865-1868): liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo*. Dissertação de mestrado: Vitória, 2013, pp. 40-59.

²⁵⁵ Não obstante a defesa da emancipação por parte dos liberais, observam-se que as medidas de extinção do tráfico e as leis abolicionistas saíram todas de gabinetes conservadores. Ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 403. Essa aparente contradição também seria apontada e discutida em: MATTOS, Ilmar Rohloff de: *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

segundo o qual agitava os mais variados públicos com o seguinte grito: "*reforma ou revolução!*".²⁵⁶

Em setembro de 1870, com a queda do gabinete Itaboraí em consequência da aprovação de um aditivo de Nabuco de Araújo o qual mandava aplicar do saldo orçamentário a quantia de mil contos à alforria de escravos, foi chamado em substituição Pimenta Bueno para organizar o novo ministério. Com isso, renasceram as esperanças emancipacionistas. Mas, a pouca habilidade daquele político devia dentro em pouco desvanecê-las. Além da ideia emancipadora, cogitava-se igualmente a reforma eleitoral, e em ambas essas questões o novo governo logo se manifestou desunido. O resultado dessa falta de energia e aptidão para a luta foi a queda do gabinete, antes mesmo da abertura do parlamento, retirando-se o marquês de S. Vicente no dia 6 de março de 1871, depois de cinco meses apenas de governo, e quando mais propícia parecia a situação para ser encaminhado o problema da escravidão no país. S. Vicente então indicou Rio Branco para seu sucessor, convencido de que era ele o único chefe capaz de enfrentar a situação e executar a reforma.²⁵⁷

Essa discussão, contudo, será tratada no próximo capítulo, onde acompanharemos a medida estatal por meio da participação parlamentar e controversa de Perdigão Malheiro na Lei de 1871 e tentaremos demonstrar que seu voto representou espécie de releitura discursiva do exemplo romano de manumissão, diferenciando-se da leitura por ele realizada ainda na década de 1860, quando ocupou o cargo de presidente do IAB e tornou público em meados dessa década o seu *A escravidão no Brasil*.

²⁵⁶ ESTRADA, Osório Duque. *A abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 53.

²⁵⁷ Sintetizei neste parágrafo as palavras de ESTRADA, Osório Duque. *A abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005, pp. 53-57. Sobre o debate parlamentar e a Lei do Ventre Livre, ver: BARMAN, Roderick, *Imperador Cidadão. D. Pedro II e a construção do Brasil* (trad.port), São Paulo: Ed. Unesp, 2012; *A abolição no parlamento: 65 anos de lutas*. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 2012; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order – the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; CARVALHO, José Murilo. *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988; BOSI, Alfredo. "A escravidão entre os dois liberalismos". In: *Revista Estudos Avançados*; BEIGUELMAN, Paula. "O Encaminhamento político do problema da escravidão no Império." In: *História Geral da Civilização Brasileira* (org.) Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difel, 1985; COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1989; GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979; CONRAD, Robert. *Os últimos Anos da Escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975. Ricardo Salles também comentou o assunto em: SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

Capítulo 3. Um parlamentar na contramão do Ventre Livre: uma releitura do modelo romano de manumissão

Em 1869, em meio aos lances finais da Guerra contra o Paraguai e o reaquecimento dos debates parlamentares sobre a questão do elemento servil, Perdigão Malheiro assumiu o mandato de deputado pelo partido Conservador, eleito por Minas Gerais. A partir dessa data, especialmente no ano de 1870, ele participou com afinco nas várias discussões legislativas envolvendo o tema da escravidão, sendo sua atividade marcada, intensamente, pela escrita de projetos de leis, cujos objetivos, quase sempre, versavam em torno da libertação do ventre das escravas. Em 1871, contudo, anos após discursar sobre a “*Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo*” e de escrever seu “*Ensaio histórico, jurídico e social*”, nos quais defendeu uma emancipação gradual - pelo controle das alforrias e do nascimento - e nos moldes da lei, Perdigão Malheiro proferiu novo discurso, “*A proposta do governo para reforma do Estado servil*”. Na Câmara Temporária expressou, publicamente, seu voto contrário à Lei do Ventre Livre, sob a justificativa de que o país não enfrentava “*momento oportuno*” para a implantação de reforma da instituição.

Entre os anos de 1869 e 1871, foram apresentados na arena pública do Império do Brasil inúmeros projetos, discursos, relatórios, pareceres e decretos tratando a respeito da matéria. Consultando-se os projetos de lei publicados entre os anos de 1869 e 1870, vê-se que várias das ideias ali colocadas compuseram ou, de alguma forma, serviram de complemento para aquela que viria a se constituir como a proposta oficial do governo, em 1871. Em 1869, por exemplo, podemos citar dois projetos que tiveram certa repercussão por tratar da libertação dos escravos. Ambos foram escritos pelo deputado Manoel Francisco Correa: o primeiro, de nº 30, concedia loterias para libertação de escravos; o segundo, de nº 31, mandava proceder a nova matrícula de escravos, considerando livres os que fossem dela excluídos. Em 1870, dois deputados se destacaram, pela quantidade de proposições na Câmara e pelo conteúdo das informações dos seus respectivos projetos: Araújo Lima e Perdigão Malheiro. Araújo Lima fomentou debate em torno do projeto de nº 18, que propunha a libertação dos filhos de mulheres escravas. O outro deputado, Perdigão Malheiro, por quatro vezes durante o mesmo ano, formulou propostas distintas, das quais se sobressaíram, pelo seu teor, duas delas: a de nº 20 e a de nº 22, ambas versando sobre o tema da alforria.²⁵⁸ Muitos

²⁵⁸ Para uma leitura resumida da documentação, ler: *A abolição no parlamento: 65 anos de lutas*. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 2012.

panfletos, igualmente, foram escritos apresentando uma diversidade de interpretações sobre o processo que culminou no ventre livre.

A batalha parlamentar foi travada em torno de uma contradição fundamental. Reconhecia-se o quanto era desejável ver extinta a escravidão no Brasil, mas, por outro lado, admitiam-se no mesmo passo os direitos existentes e os interesses essenciais da ordem pública. Os argumentos que justificavam a libertação do ventre eram os já conhecidos da religião, da moral e da moderna civilização, acrescidos pelo que seria mais explorado: o elemento propriamente econômico da mão de obra escrava. A oposição, por sua vez, vislumbrava o fim espontâneo do cativo mediante a morte natural dos escravos, a benevolência senhorial na doação de alforrias, a vinda maciça de imigrantes europeus. Mas a celeuma não se restringiu aos muros do Parlamento. Parcelas significativas da sociedade, incluindo os próprios cativos, dariam um tom mais abrangente aquele objeto que se tornou o lugar comum de muitos brasileiros em anos anteriores e subsequentes a 1871.²⁵⁹

Este capítulo possui três objetivos: primeiramente, expor sucintamente o debate historiográfico que aborda a participação parlamentar de Perdigão Malheiro na votação da Lei do Ventre Livre; em segundo lugar, apresentar, por meio de periódicos publicados na capital do Império, a leitura histórica dos contemporâneos de Malheiro sobre o evento mencionado e sua conduta política em 1871; por fim, analisar o discurso que antecedeu a decisão do político na Câmara dos deputados. Nesse ponto, daremos ênfase às principais ideias que compuseram o quadro argumentativo que vislumbrou o seu posicionamento contrário à reforma do elemento servil. Para tanto, trabalharemos com a seguinte hipótese: nos primeiros anos da década de 1860, Malheiro atuou como presidente do IAB e como uma espécie de “intelectual de gabinete”, demonstrando certa autonomia, mas, também, certo afinamento de ideias com o imperador D. Pedro II quanto à necessidade de implantação de medidas graduais para o fim

²⁵⁹ LAIDLER, Christiane. *A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”*. http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_5/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Laidler.pdf. Acesso em: 23/02/2014 às 19:05, pp. 171-174. A “batalha parlamentar” foi amplamente estudada na historiografia: BARMAN, Roderick, *Imperador Cidadão. D. Pedro II e a construção do Brasil* (trad.port), São Paulo: Ed. Unesp, 2012; *A abolição no parlamento: 65 anos de lutas*. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 2012; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order – the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006; NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; CARVALHO, José Murilo. *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988; BEIGUELMAN, Paula. “O Encaminhamento político do problema da escravidão no Império.” In: *História Geral da Civilização Brasileira* (org.) Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difel, 1985; COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1989; GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979; CONRAD, Robert. *Os últimos Anos da Escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975; SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

do cativo – amparado na erudição de políticos, intelectuais e abolicionistas franceses que buscaram sobretudo em Roma um meio de comparação para solucionar os problemas políticos de seu tempo. Em 1871, por sua vez, prevaleceu no deputado Perdigão Malheiro a identidade de classe e os vínculos sociais que até certo ponto condicionaram sua ação parlamentar. Exemplo disso pode ter sido o seu alinhamento discursivo ao modelo romano de manumissão,²⁶⁰ modelo esse geralmente utilizado pela classe senhorial e que, no momento de crise da escravidão brasileira, passou igualmente a ser empregado pelos opositores da proposta governamental e pelo próprio Malheiro, que já parecia não vê-lo mais como um símbolo negativo.

3.1. A historiografia e o voto de 1871

“Não há, porém, que levar em conta, na vida dos homens que foram os instrumentos de uma ideia, as aberrações, as incoerências que a não puderam frustrar. Votando contra a lei de 28 de Setembro, Perdigão Malheiro foi apenas um voto perdido; publicando a sua grande obra, ele fora um iniciador, um criador, o autor de um movimento que nada podia mais deter.”²⁶¹

Frases como a que acabamos de ler fizeram parte da conjuntura política de 1871, quando se discutia, entre outras coisas, a controversa participação de Perdigão Malheiro na votação da Lei do Ventre Livre. De autoria de Joaquim Nabuco, a passagem evidencia duas principais frentes de interpretação na historiografia brasileira quanto à ação parlamentar do deputado mineiro: a primeira, de onde parece ter saído o comentário de Nabuco, tende a ignorar o voto de Perdigão Malheiro e a apresentá-lo, ao mesmo tempo, como incoerente ou

²⁶⁰ Por modelo romano de manumissão entendemos o processo de libertação de escravos ocorrido no Baixo Império Romano. Se, por um lado, no Alto Império Romano, a manumissão funcionou como espécie de elemento estruturante da sociedade escravista, por outro lado, no Baixo Império já não se podia dizer o mesmo com as transformações, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de novas trajetórias para escravos e libertos, que levaram Roma à servidão medieval. O fim da escravidão romana, que aconteceu de maneira lenta, gradual e sem abolicionismo, foi amplamente utilizado por ideólogos da escravidão brasileira, no século XIX, para justificar a permanência do cativo em território nacional. Sobre manumissão na Roma Antiga, ver: JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 71-74. Do mesmo autor: *Liberdade Opus Est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C.)*. Tese de doutoramento: USP, 2006. Para uma leitura comparada da escravidão romana e brasileira: MARQUESE and JOLY. *Slave Trade, Manumission and Citizenship in ancient Rome and Brazil: a comparative perspective*. In: Stephen Hodgkinson, Marc Kleijwegt, and Kostas Vlassopoulos (ed.) *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, no prelo. Quanto ao Brasil, ler: PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, pp. 71, 154, 232, 233, 291, 320, 338, 343 e 344.

²⁶¹ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco* (Tomo 3). Rio de Janeiro: H.Garnier, Tomo Terceiro (1866-1878), Livro V, p. 237, 1897.

mesmo uma “*aberração*”. Razões, para isso, não faltaram. Para Nabuco, nas palavras de Eduardo Spiller Pena, os juristas, pela arte da lei, foram os responsáveis pela criação do sentimento antiescravista; marcaram a origem da “consciência social” sobre o tema; produziram, enfim, a história de uma “abolição”.²⁶² Com base nessa informação, podemos inferir que, para que se mantivesse “intacta” uma memória ou uma leitura possível do abolicionismo brasileiro, era preciso preservar a própria integridade intelectual daquele que foi considerado por Joaquim Nabuco como o autor do maior estudo sobre escravidão que o país produzira. E não apenas isso. Com esse intuito, justificava-se, então, atestar aquela decisão do parlamentar não só como um ato de “*insanidade mental*”, um “*surto*”, mas igualmente como uma prática incoerente e, por isso, indigna de atenção, sendo “*apenas um voto vencido*”. Na segunda vertente, a despeito do que sugeriu Joaquim Nabuco quando asseverou que “*não se deveria levar em conta as aberrações e as incoerências*” de Perdigão Malheiro, autores comentaram a sua aparente contradição, mas, de fato, predominou a linha de interpretação que cunhou argumento conhecido como a “*razão de Estado*”, segundo o qual Malheiro foi não só coerente com sua decisão política de 1871, como também não havia apresentado nenhuma surpresa com aquela sua atitude.

Baseando-se no exame da fonte, quem primeiro comentou o voto contrário de Perdigão Malheiro em 1871 foi Alfredo Valladão, em livro escrito em quatro volumes. Na segunda parte de *Campanha da Princesa*, onde se discute os períodos de 1821 a 1909, Valladão examinou comunicado direcionado “*À Província de Minas Gerais e aos seus Concidadãos (1872)*”, de autoria do deputado. Mais do que descrever o documento e apresentar sua estrutura, Valladão demonstrou o contexto em que a carta foi escrita e as condições históricas que a levaram a interpretações nem sempre uniformes. Distanciando-se, ainda que não completamente, de relatos da época que procuraram enfatizar as incoerências de Perdigão Malheiro, em detrimento da totalidade de sua obra, Valladão enfatizou o raciocínio do parlamentar e relacionou seu voto à sua condição de deputado eleito, majoritariamente, por grupos políticos da província de Minas Gerais, os quais mantinham interesses escravistas que, em muitos aspectos, foram representados pela “voz” autorizada do deputado mineiro.²⁶³

Meia década depois, na linha de uma história social da escravidão, Sidney Chalhoub voltaria ao tema. Diferenciando-se de Alfredo Valladão, pela abordagem e pelo trato com as fontes, Chalhoub parece ter dado menos importância ao contexto do que à ação

²⁶² PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, pp.53-54.

²⁶³ VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa (1821-1909)*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., v. II, 1940, pp.259-281.

individualizada de Perdigão Malheiro no âmbito do legislativo. Em *Visões da Liberdade*, primeiramente caracterizou o político como sendo “*um dos principais opositores do projeto nos debates parlamentares*”. Em segunda observação, o historiador lembrou, não por acaso, que “*Rio Branco fulminou*” o novo plano do deputado, “*mostrando seu conservadorismo e impossibilidade prática*”. Por último, e nada surpreso com a “*previsível*” apresentação dos argumentos de Perdigão Malheiro contra o projeto, concluiu Chalhoub: “*Perdigão foi hesitante e conservador quando o momento político exigiu dele uma tomada de posição mais firme em relação à escravidão*”. Ainda segundo o pesquisador, “*não há mais aqui nem sombra daquele jurisconsulto aguerrido de poucos anos antes*”.²⁶⁴

Oito anos depois, Eduardo Spiller Pena finalizaria sua tese de doutoramento, publicada em livro em 2001. Em *Pajens da Casa Imperial*, o historiador dedicou um capítulo inteiro ao exame do personagem e uma sessão, em especial, destinada à análise da carta que Perdigão Malheiro escreveu à província de Minas Gerais e aos seus concidadãos em 1872, fonte essa que Sidney Chalhoub não havia explorado. Expondo primeiramente o teor do documento e, em segundo plano, as razões para o voto de Malheiro, Spiller Pena afirmou que “*a base da recusa de Perdigão à lei de 1871 foi muito além das razões apresentadas em seu manifesto pós-parlamentar e já se encontrava latente em suas reflexões jurídicas da década de 1860*”. Tais reflexões, denominadas em outro contexto pelo mesmo pesquisador de a “*razão de Estado*”, evidenciaram, conforme seu entendimento, não só a coerência da trajetória do pensamento jurídico do deputado-jurisconsulto, como também expressaram o conservadorismo presente nos seus projetos emancipacionistas desde 1863 até 1871. Apoiando-se então em rica documentação - a qual possibilitou Spiller Pena resgatar o lugar de nascimento e os vínculos familiares de Perdigão Malheiro, bem como seu direcionamento político e as alianças por ele tecidas na província de Minas Gerais e fora dela -, conseguiu articular as redes de sociabilidade e as motivações que levaram o deputado à negação do ventre em 1871. Em suma, Perdigão Malheiro seria assim definido em sua obra: “*um conservador de coração e de cabeça*”.²⁶⁵

Seguindo atentamente o quadro teórico-metodológico e as considerações sugeridas sobre Perdigão Malheiro nos trabalhos de Sidney Chalhoub e Eduardo Spiller Pena, Silvia Lara publicou, em 2000, a edição digital da *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Em seu trabalho de organizadora da coleção documental, a historiadora

²⁶⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, pp.142-142.

²⁶⁵ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, pp. 271-285-304-311-323-338.

mencionou algumas vezes o nome do político, realçando o seu lado “*emancipacionista-conservador*”. De acordo com a pesquisadora, “*Perdigão Malheiro esteve no centro de vários debates que envolviam a questão do pecúlio dos escravos e, sobretudo, a libertação do ventre das escravas*”.²⁶⁶ Entretanto, como igualmente argumentaria Lara, em 1871, ao apresentar as emendas ao projeto da lei do ventre livre, o deputado “*suprimiu todas as disposições referentes ao pecúlio e à alforria por indenização de preço*”. Nesse sentido, segundo a historiadora, “*não deixa de causar surpresa que um tal militante tenha votado, no parlamento, contra a lei do ventre livre*”. E concluiu:

“Menos uma contradição e mais uma questão de análise de conjuntura e ‘razão de estado’, Perdigão Malheiro permaneceu fiel a seus princípios, que pressupunham sempre o equilíbrio entre os vários elementos contraditórios que envolviam a condição senhorial”.²⁶⁷

Em 2013, Carlos Henrique Gileno publicou livro baseado em sua tese de doutoramento, defendida em 2003.²⁶⁸ Nela, o sociólogo tocou brevemente no assunto ainda nas primeiras páginas do seu texto, citando, por meio do trabalho precursor de Alfredo Valladão, uma das passagens da carta de Perdigão Malheiro dedicada à província de Minas Gerais e aos seus concidadãos. Nesse manifesto, conforme destacou Henrique Gileno, “*Perdigão Malheiro expressaria suas considerações pessoais em relação às pressões e críticas que sofrera pelo seu voto contrário à liberdade dos nascituros em 1871*”. Ele, como evidenciou Gileno, “*insurgira-se contra um artigo constante na Lei do Ventre Livre, segundo o qual os filhos e filhas da escrava deveriam servir aos senhores de suas mães até a idade dos 21 anos*”.²⁶⁹ Guardando as devidas ressalvas quanto à “revolta” de Perdigão Malheiro que, como mostraremos, não foi tão determinante assim para seu posicionamento contrário no parlamento, essa mudança de atitude em relação à Lei do Ventre Livre, explicou Gileno, “*fez, inevitavelmente, Perdigão Malheiro entrar em aparente conflito com as suas ideias sobre a questão da emancipação*”. Ainda segundo o pesquisador, “*ao iniciar o primeiro volume do ensaio A Escravidão no Brasil em 1864, o autor propôs a liberdade dos nascituros, a*

²⁶⁶ LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. 2000. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203. Acesso em 13/01/2014 às 18h. e 56 min, p. 9.

²⁶⁷ LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. 2000. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203. Acesso em 13/01/2014 às 18h. e 56 min, pp. 39-40.

²⁶⁸ GILENO, Carlos Henrique. *Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império*. São Paulo: Annablume, 2013.

²⁶⁹ GILENO, Carlos Henrique. *Perdigão Malheiro e as Crises do Sistema Escravocrata e do Império. Tese de Doutorado*. Campinas: Unicamp, 2003, pp. 22-24.

exemplo do referido discurso de 7 de setembro de 1863". Mas o ensaio, que era um dos principais responsáveis pela construção do seu prestígio de intelectual e político, conforme concluiria Henrique Gileno, "*foi aparentemente desmentido em um dos seus pontos centrais - a libertação do ventre da escrava - quando exercia o mandato de deputado*".²⁷⁰

*

Em que pesem as discussões geradas a partir do exame pioneiro de Valladolid, da linha jurídica de compreensão do tema da escravidão e da pesquisa de História intelectual empregada por Henrique Gileno, é inegável o reconhecimento de que esses trabalhos validaram a existência de um debate e geraram frutos.²⁷¹ Tais análises, de modo geral, tiveram pontos de saídas distintos, mas uma conclusão em comum: Perdigão Malheiro demonstrou ser um conservador no momento em que mais se exigiu dele uma postura política diversa e de acordo com as "ideias do século" e a reforma da instituição. Em específico, contudo, o livro de Eduardo Spiller Pena parece ter avançado no diagnóstico, sobressaindo-se diante dos demais na medida em que procurou apontar menos o conservadorismo das ações e explicar mais as suas causas. Para esse pesquisador, Perdigão Malheiro foi

"praticamente obrigado a recuar do seu aprendizado antiescravista de anos. Seus princípios jurídico-morais contrários à escravidão não foram negados. No entanto, tiveram que conviver ou mesmo serem preteridos, em alguns momentos, ante os imperativos absolutos da segurança e da ordem do Estado imperial".²⁷²

No trecho mencionado, é evocado argumento conhecido como "*razão de Estado*" para elucidar o voto contrário de Perdigão Malheiro na Câmara Temporária. Persuasivo e, em muitos aspectos, esclarecedor, o conceito fomenta raciocínio defendido pelo próprio personagem em 1871: "*sou conservador; ninguém tem o direito de pô-lo em dúvida, e nem jamais alguém o fez; desde que tive uso da razão sou conservador; nunca tive outro*

²⁷⁰ GILENO, Carlos Henrique. *A universalização da instrução e as liberdades civis e políticas: uma leitura de Perdigão Malheiro*. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/carlos_gileno_44.pdf. Acesso em 13/01/2014 às 19h. e 12 min, p. 42-43.

²⁷¹ Dois trabalhos, recentemente, valeram-se dessa historiografia na elaboração de suas pesquisas: CARVALHO, Sonia Ferreira Jobim de. Agostinho Marques Perdigão Malheiro: uma vida em defesa da liberdade. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes. *Trabalho de conclusão de curso*. 2008; MONTEMEZZO, Artur. A "razão de Estado" como elemento do abolicionismo (oficial) no Brasil: Quando o direito de propriedade e a tranquilidade pública tornam-se mais importantes do que a liberdade. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. *Monografia*. 2008.

²⁷² PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 271.

partido.”²⁷³ A categoria “razão de Estado”, como entendida por Eduardo Spiller Pena, além de atestar a coerência política de Malheiro, sugere igualmente certa linearidade em seu pensamento, sobretudo quando, a partir da definição, o historiador reconhece o fato de Perdigão Malheiro não negar seus princípios jurídico-morais contrários à escravidão, sendo inclusive forçado, em alguns momentos, a desprezar o seu aprendizado antiescravista de anos em nome dos “*imperativos absolutos da segurança e da ordem do Estado imperial*”.

O trabalho de Spiller Pena pode ser considerado como a mais sólida interpretação sobre Perdigão Malheiro, sua trajetória e princípios antiescravistas que, como sinalizou Silvia Lara, na sua esteira, mantiveram-no fiel a certos princípios que pressupunham sempre o equilíbrio entre os vários elementos contraditórios que envolviam a condição senhorial. De 1863 até 1871, diversamente do que recomendou Joaquim Nabuco, observou-se então menos uma contradição e mais uma questão de análise de conjuntura, aliás, muito bem ilustrada em praticamente todo o trabalho de Pena. Um problema, contudo, parece-nos ainda não resolvido: se os princípios jurídico-morais contrários à escravidão não foram alterados em 1871, como afirmou Pena, o que explica o possível alinhamento discursivo de Perdigão Malheiro com o modelo romano de manumissão, tão combatido por ele na década de 1860, quando ainda se defendia a liberdade do ventre e a intervenção do Estado para encaminhar politicamente o fim da escravidão? Sua recusa, mais do que um “*imperativo absoluto*”, não poderia representar uma escolha e uma defesa da classe senhorial de onde se originou, da qual se afastou em alguns momentos de sua vida em virtude dos lugares que ocupou e se reaproximou no contexto de crise da escravidão brasileira?

Se tais questões, mesmo após anos da tomada de decisão por parte de Perdigão Malheiro, foram, talvez, de difícil avaliação para Eduardo Spiller Pena, configurando-se, ainda hoje, como um desafio real respondê-las, não podemos igualmente inferir que elas foram facilmente contornadas pelos sujeitos históricos da época, que mergulharam no campo discursivo e travaram embates ideológicos em torno de Perdigão Malheiro e do cenário mais amplo da política imperial que, por sua vez, tornou possível a leitura do período pelos próprios atores sociais do momento.

3.2. A leitura dos contemporâneos

²⁷³ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 50.

“A sessão de ontem, na cadeia velha, foi turbulenta e suculenta.

Suculenta porque o Sr. Perdigão Malheiro, falando por espaço de duas horas, provou a sua coerência.

Turbulenta, porque o Sr. Paranhos & C. ouviram coisas da nossa morte, e retribuíram grito por grito, estouro por estouro.

O Sr. Perdigão Malheiro, **o emancipador de ontem e escravocrata de hoje**, foi cumprimentado pelos Sr. Cotegipe e Araripe, escravocratas de ontem e emancipadores de hoje... [Grifos meus]”²⁷⁴

Dias depois do pronunciamento do deputado Perdigão Malheiro na Câmara Temporária, já se podia encontrar em periódicos cariocas notícias como a que acabamos de transcrever. Muitos jornais não pouparam esforços de imputar ao parlamentar o apelido de “*emancipador de ontem e escravocrata de hoje*”, sob o argumento de que ele fora contraditório com o seu passado ao defender interesses escravistas com aquele seu discurso parlamentar. Na passagem, o Sr. Paranhos (também conhecido como o visconde do Rio Branco), membro da bancada conservadora assim como Malheiro, foi evocado, atestando espécie de insatisfação com a fala do colega de partido. Tal insatisfação demonstrava, ao mesmo tempo, um pensamento instigante: embora conservadores, ambas as figuras políticas expressaram interesses conflitantes na ocasião, evidenciando que a ordem socioeconômica e política que fora favorável à classe senhorial por décadas estava sendo colocada em xeque, e os discursos e interesses outrora alinhados entraram em embate no momento de crise da escravidão, inaugurando em 1871, assim, o que se pode chamar de declínio do Império.²⁷⁵

A metáfora sobrevinda do *A Reforma* não denota apenas a mudança de “casaca” por parte de Malheiro, ela igualmente implica uma tomada de posição de várias pessoas de um mesmo partido, ou mesmo do Liberal, que, naquele instante, foram forçadas a assumir um determinado lado sobre a questão do elemento servil do país. Isto é, se, por um lado, Perdigão Malheiro foi antagônico ao expressar sua opinião em oposição à proposta de lei que tramitava em parlamento, por outro ângulo, também tiveram aqueles que de “*escravocratas de ontem*”, constituíram-se em “*emancipadores de hoje*”. Nesse sentido, antes de se questionar sobre a coerência ou não da ação de Perdigão Malheiro, talvez valha mais a pena perguntar: quais interesses ele defendia? Quem buscava representar? O que estava em jogo?

²⁷⁴ *A Reforma*. 13 de julho de 1871, p. 1.

²⁷⁵ Não obstante as diferenças teórico-metodológicas, parece haver um consenso entre os historiadores da política imperial sobre o fato de 1871 funcionar como espécie de marco histórico para o período de declínio da monarquia brasileira. Sobre o assunto, ver: BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 1ª Ed., 1967. São Paulo: Pioneira, 1976; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 1ª Ed., 1986. São Paulo: Hucitec, 2004; NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

Os projetos apresentados no parlamento “*visando melhorar as condições de vida dos escravos*” despertaram forte resistência.²⁷⁶ Tanto que a votação que se seguiu à aprovação do artigo 1º da proposta governamental²⁷⁷ foi marcada por 37 votos desfavoráveis à implantação da Lei do Ventre, dentre os quais, destacaram-se: Jansen do Paço, José de Alencar, Souza Reis, Taques, Silva Nunes, Ferreira Viana, Duque Estrada Teixeira, Francisco Belisário, Almeida Pereira, Paulino de Sousa, Pereira da Silva, Andrade Figueira, Lima e Silva, Diogo de Vasconcelos, Perdigão Malheiro, Canedo, Pinto Moreira, Monteiro de Castro, José Calmon, Ferreira da Veiga, Barros Cobra, Cruz Machado, Cândido Murta, Joaquim Pedro, Rodrigo Silva, Gama Cerqueira, Capanema, Jerônimo Penido, Costa Pinto, Antônio Prado, Nébias, Melo Matos, Azambuja, Joaquim de Mendonça, Simões Lopes, Pederneiras e Leonel de Alencar.²⁷⁸

As razões que motivaram os opositores do projeto foram as mais diversas. Sejam no plano individual e ideológico, sejam a partir de interesses concretos de classe, as causas apresentadas na época para a oposição à proposta do governo imperaram também em decorrência das intensas transações entre grupos locais e representantes parlamentares. A maioria dos deputados que deu voto contrário à lei de 1871 foi eleita pelas três províncias escravistas: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.²⁷⁹ Como constatou Emília Viotti da Costa: “*a questão servil colocava-se acima dos interesses partidários. No Parlamento, a oposição ao projeto foi feita principalmente pelos representantes das zonas cafeeicultoras, onde prevaleciam ainda os interesses*”.²⁸⁰ Na realidade, a lei do Ventre Livre seria votada dentro de um clima de apreensão das classes senhoriais, como deixou claro uma fonte histórica da época:

(...) no próprio recinto da câmara, se achavam, durante a larga discussão desta reforma, os mais ricos e importantes fazendeiros da província de Minas e do Rio de Janeiro ali levados pelos mais denodados campeões da dissidência, ilustres conselheiros e advogados dos grandes estabelecimentos comerciais de crédito agrícola, defensores da lavoura ameaçada e de cujas

²⁷⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, pp.333-334-335.

²⁷⁷ Segundo a qual “*Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta Lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.*” Para um comentário da época sobre a referida Lei, ler: V.A. DE P.P. *Anotações á lei e regulamentos sobre o elemento servil*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1875, p.11.

²⁷⁸ Ver lista dos deputados que votaram a favor da aprovação da lei em: ESTRADA, Osório Duque. *A abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005, p.66.

²⁷⁹ Sobre o resultado da votação para deputados no ano de 1869, consultar: *Diário do Rio de Janeiro*. 15 de março de 1869, p.2.

²⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, pp.334.

representações eram portadores e apresentantes na mesma câmara, em que discutiam em oposição a proposta do governo!!!²⁸¹

Mencionado uma vez nesse documento como um dos parlamentares que defendia a causa escravista,²⁸² não surpreendem as inquietações de Perdigão Malheiro quanto à existência de população escrava naquelas regiões do país:

“(...) quais são as províncias do sul, que têm representado com mais instância contra esta proposta? São o **Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo.**

Que número há de escravos nestas províncias 800, ou 900,000 escravos, dos quais só ao Rio de Janeiro cabe mais ou menos 400,000. Não têm elas razão de temer?

Em que proporção concorrem elas para a exportação e portanto para a renda do Império?

(...) Aqui temos que estas três províncias representam quase metade dos direitos de exportação do Império; e em consequência também com maior soma concorrem para os de importação, visto como a importação e a exportação constituem a balança do comércio.

Pergunto eu, se nestas províncias houver um abalo que altere o trabalho agrícola, não sofrerá a renda de um modo espantoso? De onde se hão de tirar os recursos para as despesas do Estado, e mesmo para esses pagamentos prometidos na proposta? Estancam-se todas as fontes, trancam-se todos os recursos!”²⁸³

Em mais uma de suas críticas direcionadas à aplicação do projeto, o parlamentar enfatizou as diferenças entre os estados, mostrando como os casos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, incluindo agora Bahia e Pernambuco, deveriam ser tratados de maneira excepcional:

"Aquilo que, por exemplo, se poderia fazer em relação ao Amazonas, que tem apenas 581 escravos, ao Ceará, que tem 30,000, e cuja principal indústria quase não depende deles, é evidente que não se pode fazer em relação ao Rio de Janeiro, que tem 400,000, a Bahia, que tem 260,000, a Pernambuco, que tem 200,000, a Minas, que tem 300,000, a São Paulo, e que deles ainda necessitam sem contestação, e assim por diante".²⁸⁴

²⁸¹ Uma síntese do debate na Câmara dos deputados foi feita por: YPIRANGA. *Breves considerações Histórico-políticas sobre a discussão do elemento servil na Câmara dos deputados*. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1871, p.11.

²⁸² YPIRANGA. *Breves considerações Histórico-políticas sobre a discussão do elemento servil na Câmara dos deputados*. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1871, p. 19.

²⁸³ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 12.

²⁸⁴ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 41.

Como indicou Malheiro, realizar a reforma implicava medida “*demasiadamente avançada*” para determinadas províncias do país que dependiam da mão de obra escrava. Por essa razão, aconselhava-se que se tomasse tal atitude apenas quando a população cativa se encontrasse por lá reduzida, e não enquanto apresentasse números elevados, como ainda se podia observar no “contexto do Império do Brasil”, aqui limitado pelas cinco principais províncias escravistas.

A “agitação” do deputado não só evidenciou sua preocupação político-econômica com o futuro da “nação”, como, no mesmo passo, sugeriu íntima ligação com interesses compartilhados por cafeicultores mineiros que, desde 1869, recorreram ao seu nome para representá-los no parlamento.²⁸⁵ Fazendo uso do seu reconhecido prestígio enquanto estudioso do assunto para se eleger, Malheiro se aproximaria nesse momento de certos grupos hegemônicos mineiros, especialmente os da Zona da Mata mineira ligados à propriedade escrava.²⁸⁶ Talvez, por isso, o próprio Malheiro a tenha assim definido: “*não [era] política no sentido vulgar, commum e mesquinho. [Era] politica, no sentido nobre e elevado, no sentido de sciencia alta e difficil de governo*”. “(...) [Representava] *também uma questão de partido*”.²⁸⁷

A participação de Minas Gerais no jogo político imperial é apresentada na pesquisa da Ana Paula Ribeiro Freitas. A partir dos relatórios e falas dos presidentes de província, ela sinalizou que os administradores provinciais representavam o poder central, enquanto “*os deputados provinciais [como Malheiro] eram eleitos pelos grupos dominantes locais*”. De acordo com o seu raciocínio, o discurso de racionalização dos administradores desempenhou práticas clientelistas que beneficiaram interesses de pequenos clãs e setores da agroexportação.²⁸⁸ Não obstante o fato de compreendermos que tal política expressava na

²⁸⁵ Sobre a relação entre grupos regionais mineiros e a política imperial, ler: FREITAS, A. P. R. Relações entre Minas Gerais e o poder central na Política Imperial (1870-1889). *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

²⁸⁶ Segundo Mônica de Oliveira, “*o núcleo agrário-exportador sediado na Zona da Mata mineira reuniu condições para formar e reter capitais internamente, constituindo-se na principal região produtora da Província. A Zona da Mata correspondia a 5% do território da província, detinha 20% do total da população mineira e concentrava, no século XIX, a maior população escrava de Minas*”. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Cafeicultura mineira: formação e consolidação - 1809-1870*. In: *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*. 2000, p.261. Perdigão Malheiro foi eleito pelo 4º distrito de Minas, sendo bem votado segundo fonte do jornal *Diário do Rio de Janeiro*. 15 de março de 1869, p.2.

²⁸⁷ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 50.

²⁸⁸ Sobre os principais grupos políticos em Minas Gerais no século XIX, ler: SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Rio de Janeiro: UFF, 2008. Tese de doutorado, pp. 158-162.

realidade interesses de classe e não apenas de grupos particulares ou de “pequenos clãs”,²⁸⁹ a historiadora atesta em sua análise que as Minas Gerais possuíam expressivo colégio eleitoral e significativa participação nas estruturas de domínio do Império do Brasil, além de serem formadas por um mosaico de regiões, cujos interesses eram distintos e conflitantes.²⁹⁰ Defendeu, por fim, o argumento de que a tarefa dos administradores provinciais era buscar apoio de grupos regionais para fortalecer a política do governo central, e não propriamente impor diretrizes de uma elite acastelada no aparato de estado construído na Corte.²⁹¹

As relações fixadas entre o poder local e o jogo político imperial, examinadas por Ana Freitas, de certa forma nos ajudam a compreender o posicionamento de parlamentares, como Malheiro, por sua vez representantes de certos grupos políticos regionais. Mas o atrelamento de políticos a interesses de classe não significou uma exclusividade dos deputados. Os jornais cariocas igualmente se manifestaram sobre o problema da escravidão no Parlamento com declarações nada homogêneas. O discurso de 13 de julho na Câmara Temporária, descrito acima pelo *A Reforma* como um evento “*turbulento e succulento*”, foi apontado de modo bem distinto quando se tratou de uma segunda opinião. Conforme o *Diário do Rio de Janeiro*:

“**A sessão correu ontem pacificamente.** A oposição tem dado exemplo de prudência e muito critério. O Sr. barão da Vila da Barra falou como homem prático, do sertão. O segundo orador da oposição, o Sr. Perdigão Malheiro, falou como o sábio; a ninguém ofendeu e esclareceu perfeitamente a matéria.”²⁹²

Há, aqui, importante dimensão discursiva nas diferentes notícias que não podemos perder de vista. No caso do *Diário do Rio de Janeiro*, ao contrário do *A Reforma* que conferiu peso e significado aos antagonismos, destacou-se o raciocínio de que a oposição dava “*exemplo de prudencia e muito criterio*”. Por um lado, o barão da Vila da Barra, o Sr. Francisco Bonifácio de Abreu, médico e parlamentar, falou com certa objetividade, como “*homem prático*”, de poucas palavras e muitos interesses. Por outro lado, discursava Perdigão

²⁸⁹ Para uma leitura crítica aos trabalhos denominados por Ricardo Salles como “*vertente das elites regionais*” renovada, da qual se insere a pesquisa da Ana Paula Ribeiro Freitas, ler: SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack. Guarulhos*, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012, p.7.

²⁹⁰ Sobre os interesses distintos e conflitantes em Minas Gerais, ler: MARTINS, Roberto Borges, *A economia escravista de Minas no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. Mais recentemente, o tema também foi discutido por: SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Rio de Janeiro: UFF, 2008. Tese de doutorado, pp. 47-55.

²⁹¹ FREITAS, A. P. R. Relações entre Minas Gerais e o poder central na Política Imperial (1870-1889). *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP*. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, pp. 4-12.

²⁹² *Diário do Rio de Janeiro*. 13 de julho de 1871, pp.2-3.

Malheiro como o “sábio”, demonstrando convicção, perfeccionismo e entendimento - fruto de anos de estudo – acerca da causa discutida. Pensando no fato de que esses discursos de oposição partiram de dois deputados vinculados, respectivamente, ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais, dois dos principais estados escravistas do país, o que teria levado *O Diário do Rio de Janeiro* a exaltar suas falas parlamentares ou a tecer elogios como o que se segue sobre a arguição de Perdigão Malheiro?

“Apreciei muito o discurso do Sr. Perdigão Malheiro e posso garantir que seus princípios são realmente professados. Distinguiu S. Ex. com toda a precisão a doutrina da prática, a missão do escritor que estudou o assunto em todas as suas relações, da do legislador forçado pelas circunstâncias a preferir entre as providências possíveis as menos prejudiciais. Julgavam os defensores do ventre o procedimento do ilustre deputado mineiro tão contraditório que era insustentável e impossível harmonizar-se o voto do deputado com a opinião do escritor. O Sr. Perdigão Malheiro saiu perfeitamente desta angústia e com tal naturalidade de que admiram todos a leviandade dos acusadores”.²⁹³

O viés interpretativo do jornal, no entanto, é o que chama mais a atenção: “*as forças que praticamente obrigaram Perdigão Malheiro a optar pela decisão mais coerente e menos prejudicial*”. Quanto a isso, cabe a pergunta: quais forças seriam essas senão os interesses de classe que Perdigão Malheiro defendia? E sobre a decisão do parlamentar, essa seria a mais coerente e menos prejudicial. Mas, valeria novamente perguntar: para quem? Não achando bastantes os louvores, arrematou em seguida o *Diário do Rio de Janeiro*:

“O discurso do Sr. Perdigão Malheiro é o mais poderoso argumento contra o projeto do governo. Não há quem ignore que em teoria e de fato aquele distinto deputado é o mais firme propugnador da emancipação. O Sr. Perdigão Malheiro não é um adepto convertido de fresca data; pelo contrário é o chefe desse movimento simpático, o mais desinteressado defensor da generosa ideia”.²⁹⁴

A leitura dessa e de outras notícias publicadas pelo *Diário do Rio de Janeiro* entre os meses de maio e agosto de 1871 revelou explicitamente e repetidas vezes a simpatia que o periódico carioca nutria pelas investidas do deputado, caracterizadas como “*as mais poderosas contra o projeto do governo*”. O *Diário* não poupou esforços na apresentação de elementos que pudessem justificar o “*caráter firme*” daquele que, há tempos, “*lutava de modo incansável*” pela causa da emancipação. Além do mais, foi mostrando o lado mais “*generoso*”

²⁹³ *Diário do Rio de Janeiro*. 13 de julho de 1871, pp.2-3.

²⁹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*. 13 de julho de 1871, pp.2-3.

e “*desinteressado*” de Perdigão Malheiro, que o circular fez valer o pensamento de que as medidas propostas pelo governo eram inoportunas e ineficazes, de acordo com o discurso “*vitorioso*” da oposição.²⁹⁵

No mesmo jornal, em item intitulado *O ministério e a propaganda abolicionista*, seguiu-se um duro ataque aos membros do partido do governo que haviam acusado Perdigão Malheiro de escravocrata. Reconhecido como o “*apóstolo da ideia da emancipação*”, publicou-se a seguinte declaração sobre ele:

“Não póde o Dr. Perdigão Malheiro ser arguido de escravocrata como **arteiramente** o governo tem mandado pelos seus escriptores denominar os representantes da nação que se não quizerem encorpar aos soldados da santa cruzada do ventre livre” [grifo meu].²⁹⁶

O *Diário do Rio de Janeiro* procurou combinar em suas notícias uma mesclagem de discurso emancipacionista - absorvido em expressões do tipo “*santa cruzada*” -, com declarações do tipo “*momento pouco fortuito para a libertação do ventre das escravas*”. A “*apreensão*” do jornal, que em muito lembrava a fala de Perdigão Malheiro e, possivelmente, a dos fazendeiros e representados mineiros, seria logo transformada em provocação:

“Atualmente a maioria é tão insignificante para a passagem da reforma, que ela não seria aceita pelo país, por falta de prestígio, e de força moral do ramo temporário.

Poderá ser lei do Estado uma reforma que for sancionada por dez votos da maioria?

Digam os homens de boa fê se isto é tolerável”.²⁹⁷

Valendo-se de dados e de argumentos contestáveis, o fato é que a crítica do periódico soou “como uma luva” para os opositores do projeto. Como se não bastasse a acusação de que a reforma não seria aceita por todo o país naquelas circunstâncias, o *Diário do Rio de Janeiro* alegaria dias depois o seguinte sobre a ala governista: “*até agora o ministério só tem encontrado dois argumentos para sustentar o seu projeto: as contradições do Sr. Perdigão Malheiro e os cediços princípios da civilização moderna.*”²⁹⁸

Se, por um lado, a informação veiculada não deve ser tomada como uma verdade absoluta, de outro lado, ela também não representaria uma calúnia de tamanha grandeza. Tanto é que em jornal menos simpático ao deputado se observou a seguinte declaração:

²⁹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*. 13 de julho de 1871, pp.2-3.

²⁹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*. 13 de julho de 1871, pp.2-3.

²⁹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*. 13 de julho de 1871, pp.2-3.

²⁹⁸ *Diário do Rio de Janeiro* 17 de julho de 1871, p.3.

“Os temas sobre que giram todas as dissertações por S. Ex. feitas são as **contradições do Sr. Perdigão Malheiro**, e os **princípios da civilização**, apoiados nas opiniões dos presidentes de províncias.

É preciso que o Sr. presidente do conselho se ache muito obcecado, para julgar que a opinião pública ficará satisfeita e que a sua proposta estará plenamente justificada, **logo que se demonstrar que o Sr. Perdigão Malheiro se contradisse**, e que os presidentes nomeados pelo ministério dizem pensar como o mesmo ministério. [Grifos meus]”²⁹⁹

A notícia publicada pelo *A Reforma* não desmentiu o dado apresentado pelo *Diário do Rio de Janeiro* quanto aos principais temas que norteavam o ministério e a conduta do Sr. presidente do conselho. Não obstante, nesse mesmo ponto, foi possível encontrar uma divergência entre os dois veículos de circulação: enquanto no *Diário* a medida governamental era representada de forma pouco impactante, em *A Reforma* se notaria algo diverso. Ou seja, ainda que o povo não se mostrasse satisfeito com “a pobreza” dos argumentos ora apresentados pelo Estado, subentendia-se que, justificando-se a reforma, essa passaria a ter ampla aceitação devido ao desejo de “*todos*” pela sua manutenção.

Embates como os que acabamos de elucidar não foram meras exceções nos meios de comunicação da Corte. Periódicos considerados de linha reformista, como o *Correio Mercantil*, o *Actualidade* e mesmo *A Reforma* e o *Diário do Rio de Janeiro* que tomamos como exemplo, travaram polêmicas sobre a questão do elemento servil no país, dentre as quais o pronunciamento do deputado Perdigão Malheiro ocupou lugar de destaque. Assim, enquanto observamos que o jornal *A Reforma* se apresentou como um dos principais veículos de defesa da Lei do Ventre Livre, por seu turno, o *Diário* representou o lado da oposição escravista.³⁰⁰

Aproximando-se da data de promulgação da Lei, abrandaram-se as discussões sobre o discurso do político. Mas uma última notícia, datada de 23 de setembro de 1871, denunciou não só o tom dos ataques recebidos por Perdigão Malheiro, como igualmente revelou o lado da moeda que ele demonstrou representar naquele contexto: “o retrocesso do Sr. deputado Perdigão Malheiro, águia que formou o vôo e no momento da partida sentiu as azas

²⁹⁹ *A Reforma*. 16 de julho de 1871, p. 1.

³⁰⁰ Sobre o importante e tradicional segmento da sociedade brasileira que moveu interesses agrários que compunham o núcleo da agricultura de exportação do país, Laura Jarnagin Pang escreveu relevante trabalho. PANG, Laura J. *The State and agricultural clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University in partial fulfillment of the requirements for the degree of doctor of Philosophy in History: Nashville, Tennessee, may 1981, 441p. Ler, especialmente, o capítulo 6, quando a pesquisadora examina o debate público na década de 1870.

chumbadas ao chão, tem feito crescer a onda das esperanças escravagistas (...)”.³⁰¹ Como, então, Malheiro legitimaria os interesses dessa classe?

3.3. Apresentando o voto e legitimando um argumento

Um “*múltiplo dever*”, dizia Perdigão Malheiro, obrigava-o a debater questão de tamanha magnitude. O dever de homem, de brasileiro, de representante da nação, o dever de cristão, o dever de “*soldado da ideia*”. Com essas palavras, o parlamentar iniciou o seu prolongado discurso, o qual viria acompanhado do seguinte pensamento: “*nesta questão, nem em qualquer outra de interesse ou conveniência pública, de bem do Estado, jamais o capricho me guiará*”.³⁰²

Não só esteve presente nessa declaração, a supremacia do interesse público sobre o privado, como também, sugeriu-se naquela mesma, que o chamado *bem do Estado* ocuparia uma posição de destaque em relação a toda e qualquer manifestação de importância particular. Tal raciocínio explica, ainda que marginalmente, o posicionamento do deputado frente à proposta do governo para a reforma do estado servil: “*o bem público acima de tudo*”. O problema, contudo, é que a noção de *bem público* podia variar, dependendo do lugar de onde se partisse a reflexão.

Para a maioria daqueles que apoiavam a implementação da Lei do Ventre Livre (1871), a tentativa de outorga da lei não poderia ter chegado em contexto mais favorável: fim da Guerra do Paraguai (1864-1870). Os defensores do projeto recorreram a uma grande diversidade de argumentos, conforme analisou Emília Viotti da Costa. Para a historiadora, “*além de condenarem a instituição em termos morais, afirmaram também que o trabalho escravo era menos produtivo do que a mão-de-obra livre*”. Alguns, inclusive, “*chegaram a questionar a aplicação do direito de propriedade a pessoas*”.³⁰³ Já a ala oposicionista, na figura de líderes como José de Alencar³⁰⁴ e Perdigão Malheiro, daria outra conotação ao

³⁰¹ A Reforma. 23 de setembro de 1871, p. 2.

³⁰² Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.4.

³⁰³ Para mais informações a respeito, ler: COSTA, Emília Viotti da. Brasil: a era da reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 705-760, p.735).

³⁰⁴ Sobre o pensamento político-intelectual de José de Alencar, ver: PARRON, Tâmis (org.). *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008. Recente pesquisa de mestrado também estudou o tema: AFONSO, Rogério Natal. *A dimensão política do pensamento de José de Alencar (1865-1868): liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo*. Dissertação de mestrado: Vitória, 2013.

assunto.³⁰⁵ Não foi sem razão que os argumentos desse último soaram como uma incômoda voz no parlamento brasileiro, à medida que a entonação do seu discurso se faria sentir a partir de uma proposta diferenciada daquela geralmente incitada pelo Gabinete conservador de Rio Branco. Em termos gerais, os opositores do projeto falaram de falência, de desordem social, de caos político, dos perigos de uma rebelião de escravos. Chegaram, como narrou Viotti da Costa, “*a argumentar que o projeto era prejudicial aos escravos porque dividiria as famílias e geraria a discórdia entre eles*”. E, em síntese, que “*violaria o direito de propriedade*”.³⁰⁶

Como um dos representantes de maior peso entre os opositores, ao lado de figuras como a de Andrade Figueira - presidente da província de Minas Gerais entre os anos de 1868 e 1869, estritamente articulado à economia cafeeira do Vale do Paraíba -, Perdigão Malheiro apontaria algumas razões para a rejeição da referida lei. Malheiro afirmou, inicialmente, não aprovar que o governo tivesse apresentado a proposta, ora em discussão, por achar, no seu entender, que aquele momento era o “*menos oportuno*”, tanto economicamente quanto no que diz respeito à segurança pública nacional:

"Eu começarei, senhores, por não aprovar que o governo tivesse apresentado a proposta, ora em discussão, na ocasião, no meu entender, a menos oportuna; menos oportuna, por dois fundamentos capitais: 1º, pelo estado político em que o país em breve teria de achar-se, e efetivamente se acha; 2º, econômico e de segurança”.³⁰⁷

Quanto ao primeiro ponto, declarou:

“É sabido que poucos dias antes se tinha aqui apresentado a proposta de autorização ao Imperador para que pudesse sair do Império, por motivo de enfermidade de S. M. a Imperatriz.

Declaro que votei contra essa autorização ou licença, não porque entendesse que não se devia dar ocasião a que S. M. a Imperatriz procurasse fora do Império o restabelecimento de sua preciosa saúde, nem tão pouco porque entendesse que o Imperador não estaria no direito de, ainda mesmo por um passeio, sair do Império; mas porque, sendo esta viagem conexa com

³⁰⁵ Destacaram-se, pelos ardorosos discursos pronunciados e pela ação política desenvolvida a fim de impedir a tramitação do projeto: Paulino de Sousa, Ferreira Viana, Andrade Figueira, Francisco Belizário Soares de Sousa, Duque Estrada Teixeira, representantes da bancada do Rio de Janeiro e, ainda, João Pinto Moreira e Perdigão Malheiro, representando Minas Gerais, Antônio da Silva Prado e Rodrigo Silva, de São Paulo, José de Alencar, eleito pelo Ceará. Para mais informações, ler: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998, p.449.

³⁰⁶ Para mais informações a respeito, ler: COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: a era da reforma, 1870-1889*. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 705-760, p.735).

³⁰⁷ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.4.

a discussão da questão em cujo debate ora nos achamos empenhados, parecia-me, e me parece, que não era em sua ausência que semelhante assunto se devesse enterrear, sobretudo por parte do governo.

Ou Sua Majestade não devesse ter saído, devesse assistir a discussão e até a execução da lei, ou então não se devesse ter apresentado semelhante proposta.”³⁰⁸

Retórica ou não, sua fala, se não despertou a sensibilidade daqueles que o assistiam no parlamento, ao menos, surtiu considerável efeito na interpretação de fontes da época³⁰⁹ e de historiadores da atualidade: para alguns, o monarca se ausentava em momentos fundamentais nos destinos da nação; para outros, D. Pedro só buscava garantir o futuro dinástico. Nesse sentido, como constatou Lilia Schwarcz, “*se a medida trazia custos políticos, também garantia louros, a ser colhidos pela herdeira presuntiva*”. A lei, como se sabe, seria aprovada em 28 de setembro de 1871, mas assinada pela princesa Isabel, que na condição de imperial regente, ganhou enorme prestígio com o ato.³¹⁰

A ausência de D. Pedro II do país podia representar uma boa justificativa para os opositores do projeto, mas foi o segundo argumento de Malheiro que ganhou maior repercussão naquele dia:

“Quanto ao estado financeiro, econômico, e de segurança, tenho a ponderar que o nosso país não se achava, nem se acha ainda nas condições de suportar uma reforma, como aquela que se contém na proposta do governo sobre semelhante assunto.”³¹¹

O protesto de Perdigão Malheiro, como de costume, realizou-se com base no seu olhar histórico-comparativo. A partir dele, o parlamentar advertiu, tendo como fonte principal as atas do Conselho de Estado, a respeito de duas das ideias mais recorrentes no recinto sobre a reforma da escravidão entre os anos de 1867 e 1868:

“Distintos conselheiros opinaram, como eu opinei na obra que escrevi sem os consultar, sem conhecer as suas opiniões; o bom senso se encontra espontaneamente. Alguns, dentre os quais o nobre presidente do conselho, foram de parecer que não se deveria tratar desta questão enquanto se não

³⁰⁸ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, pp.4-5.

³⁰⁹ Consultar: PINTO, Alfredo Moreira. *A viagem imperial e o Ventre Livre*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871.

³¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 482-483.

³¹¹ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.5.

concluísse a guerra contra o Paraguai, e enquanto o nosso estado financeiro e econômico não fosse reparado de modo a poder suportar a reforma.

Outros foram mais longe, entendiam que não bastava isto; que era indispensável que, retirado do Paraguai nosso exército, fosse ele distribuído por todo o Império, e que se pusesse força nos diversos municípios, tanta quanta fosse necessária e possível, afim de pôr a abrigo a segurança pública e a segurança individual.”³¹²

Diversamente da conjuntura apresentada em 1863, cujas “*ideias emancipacionistas imperavam espontaneamente*”, ou ainda daquela de 1866 a 1868, marcada pelo pensamento de que “*o bom senso se encontra[va] naturalmente*”, a década de 1870 se tornou lugar comum de debates parlamentares relacionados à implantação da reforma servil. Segundo Malheiro:

"Em 1863 eu li aquelle meu discurso, de que aqui se tem feito menção, no Instituto dos Advogados; foi publicado no *Correio Mercantil*, e produziu certo estremecimento, mas não foi mal recebido. O *Mercantil* deu-lhe apoio, outros jornaes disserão a medo palavras de animação, mas com reserva sobre a idéa.

Ainda em 1864 no senado declarava o Sr. presidente do conselho, Zacarias, que não se tratava da emancipação.

Só em 1866 é que o governo, pela primeira vez, pronunciou-se quanto á idéa; em 1867 aventou-a na falla do trono, e em 1869 e 1870, para se reproduzir agora”.³¹³

Para os defensores do projeto, depois de findada a Guerra contra o Paraguai, era chegada a hora de se debruçar mais a fundo na questão e de encaminhar, definitivamente, o problema da escravidão. Já para os seus rivais, como Perdígão Malheiro, os resultados obtidos por meio do conflito sul-americano exigiam um cuidado ainda maior do que o requerido em 1867 e um estudo minucioso da realidade do país. E assim procedeu, o parlamentar, quando indagou:

“Qual era, e qual é ainda o estado financeiro e econômico do país? Qual é o estado da nossa agricultura, do nosso comércio e da nossa indústria? Qual o estado da segurança pública e individual? Eu vos digo. Aceito e hei de argumentar somente com os dados oficiais.”³¹⁴

³¹² Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.5.

³¹³ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 43.

³¹⁴ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.5.

Por três páginas, Perdigão Malheiro se ocupou dos dados oficiais mostrando os prejuízos do conflito para o governo, instituições e os cidadãos brasileiros. Por outras tantas, ele falaria da ordem pública, da segurança individual e do respeito ao direito de propriedade.

Embora relativamente breve, o período entre 1866 e 1871 assistiu a uma completa reviravolta na forma de tratamento da escravidão: de um cenário de quebra da política da escravidão, gerada pelo desconforto com a abolição nos EUA, passou-se a uma época em que as discussões já estavam direcionadas a um projeto predefinido, conservador e, pela forma como foi encaminhado legislativamente, irresistível.³¹⁵ O fato é que os debates pela libertação do Ventre das escravas entraram na ordem do dia, sendo intensificados no parlamento brasileiro no início da década de 1870, com o fim do conflito contra o Paraguai, tradicional pretexto para considerar inoportuna a discussão sobre o tema da escravidão.³¹⁶

Considerando a relevância do conflito, suas consequências não parecem ter sido superestimadas pelo deputado que, tomando-o como um divisor de águas,³¹⁷ questionou a viabilidade de um projeto de reforma da escravidão, segundo seu raciocínio, precipitado e carente de “*prudência e preparação*”. Com efeito, isso não justifica o seu posicionamento na Câmara dos deputados, nem explica, igualmente, o seu recuo quanto ao seu legado emancipacionista. Não obstante, os seus argumentos constataram, de forma bastante razoável, não só a situação do Brasil em 1871, como também apresentaram eloquente resposta à intenção do governo, conforme ele, inviável na circunstância em que o país se encontrava. Quanto a isso, questionou:

³¹⁵ DAUWE, Fabiano. Vozes dissonantes no concerto escravista: a perspectiva liberal sobre a escravidão e o emancipacionismo, 1860-1871. *6º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Santa Catarina: UFSC, 2013, p.6. Do mesmo autor: *A libertação gradual e a saída viável. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

³¹⁶ “Ata de 2 de abril de 1867” e “Ata de 9 de abril de 1867”. In: RODRIGUES, José Honório (ed.) *Atas do Conselho de Estado*. Volume VI, 1865-1867. Brasília: Senado Federal, 1979, pp. 171-253. Para um exame global do conflito, ler: BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai*. Estudos Avançados 9 (24), 1995, p.269-285. O tema também foi amplamente debatido por: CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979; DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. Cuiabá: Contexto/Editora da UFMT, 1998; POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Editora, 1981. Do mesmo autor: *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global Editora, 2001. Uma revisão historiográfica sobre o assunto foi feita pelo historiador: MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002)*. Revista Espaço Acadêmico, 2008. Acerca da Guerra do Paraguai e seus impactos sobre a escravidão brasileira, ver: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990; COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, São Paulo: Hucitec-Ed.Unicamp, 1996.

³¹⁷ Um ponto em comum, aliás, entre defensores e críticos da proposta governamental, foi o emprego do final do conflito com o vizinho americano como justificativa ideológica para a manutenção ou não da reforma da escravidão. Ver: ESTRADA, Osório Duque. *A abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005, pp. 64-65.

“Senhores, eu não falo assim porque seja escravagista, não; nesta questão faço grande violência ao meu coração; mas devo fazê-lo, porque quero que prevaleça a razão. (...) Trata-se do seguinte: admitida a justiça, conveniência e necessidade da extinção da escravidão, quais os meios para se conseguir este fim, do modo o menos inconveniente que ser possa? Eis a única questão; mas questão difícilima.”³¹⁸

Entre os muitos apoiados que recebeu na sessão legislativa em decorrência de sua fala, Perdigão Malheiro em realidade procurou se defender dos ataques que receberia publicamente dias depois devido a sua tomada de partido em prol do veto ao projeto em trâmite.³¹⁹ Não foi à toa que buscou o reconhecimento da imprensa e da opinião pública:

"Não pensem os meus nobres colegas que a imprensa tem sido indiferente, não, a imprensa tem-se pronunciado, mas pronunciado em sentido desfavorável a proposta, não só pela ocasião em que foi apresentada, como também pelos termos e modo.

Mesmo na imprensa liberal, a ideia capital da proposta tem sido combatida, até na imprensa republicana, e ultraliberal.”³²⁰

O estudo das fontes baseadas nos jornais cariocas demonstrou uma cisão de opiniões e uma diversidade enorme de argumentos favoráveis e contra os *meios* e a *oportunidade* de uma reforma da escravidão. Entretanto, o parlamentar tentou criar para aqueles que o assistiam, a ilusão de uma suposta homogeneidade sobre o assunto. Nesse sentido, não só a imprensa estava em desacordo com a atual proposta do governo, como o povo, na sua esteira, seria utilizado como espécie de “bode expiatório” para suas aspirações. Isso não significa, genericamente, que não existiram notícias e declarações públicas em seu favor. O problema, contudo, como colocado, consiste na ideia de pouco se dimensionar os pontos de vista que variavam de acordo com o jornal que repassava diariamente as notícias.

Apesar de Perdigão Malheiro ter forjado em seu discurso a unanimidade de um apoio da imprensa nacional e dos leitores às suas ações,³²¹ uma ideia, em específico, parecia estar sempre presente na maioria das argumentações utilizadas por parlamentares brasileiros, e

³¹⁸ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, pp. 12-13.

³¹⁹ No periódico *A Reforma*, datado de 13 de julho, Perdigão Malheiro seria acusado de “*emancipador de hontem e escravocrata de hoje*”. *A Reforma*. 13 de julho de 1871, p. 1.

³²⁰ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 13.

³²¹ No seu discurso, ele citou a adesão do Jornal baiano *Abolicionista*, que igualmente combatia o projeto em trâmite.

como tal, não poderia faltar igualmente na do deputado mineiro: a de que se devia consultar a opinião pública, consulta essa essencial no sistema constitucional e livre³²²:

“Quero dizer que a política do governo se deve chamar imperial, porque, segundo a nossa constituição, o Imperador é o chefe do poder executivo. O Imperador pode ter uma ideia, como tem tido; não podemos ver ou querer no Imperador, chefe do Estado, um autômato, porque ele seria indigno de ocupar o trono e governar uma nação livre; nem a constituição do império o quer; ao contrário. Esta ideia do chefe transmite-se nos membros do poder executivo, pelos quais ele o exercita. Eis que o pensamento da coroa, se é aceito pelos ministros que são os responsáveis, constitui então a política do governo.”³²³

O raciocínio era simples: respeitando-se o sistema constitucional e a opinião pública, tal qual idealizada por Malheiro, o resultado final da votação no parlamento não poderia ser diferente daquele desejado por ele, ou seja, o prolongamento da instituição e o gradualismo da reforma. Como observou Viotti da Costa: “a maior resistência encontrada pelo ministério no projeto de emancipação dos nascituros veio das deputações do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, secundados pelos deputados do Rio Grande do Sul e Maranhão”.³²⁴ Era em nome desse sistema constitucional, portanto, que supostamente Perdigão Malheiro falava: “não devemos proceder nesta reforma levianamente; eu já disse aqui ha dias. Não devemos fazer experiências sobre a nação” (...).³²⁵

Assegurar que não se devia fazer “*experiências sobre a nação*” nos remete a um argumento já bastante familiar: “o exemplo de outros povos sugere um estudo proveitoso”. Nessa toada, um longo processo histórico seria apresentado por Malheiro no sentido de demonstrar como a elucidação de experiências antigas e modernas podia servir de comparação para o enfrentamento de questões condizentes à realidade política do Império do Brasil. Neste caso, em específico, importava ao país as experiências de outras nações porque todas elas, com raras exceções, apresentaram formas indiretas e não imediatas para o fim da escravidão. As “*formas indiretas*” e “*não imediatas*”, sugeridas, inclusive, pela seleção de episódios factuais narrados no seu discurso, foram incorporadas por grande parte das nações

³²² Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 16.

³²³ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 22.

³²⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998, p.449.

³²⁵ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 29.

que, mesmo em condições adversas, legaram experiências que não podiam ser meramente descartadas em nome de um “*princípio absoluto*”:

“(...) Não quero sacrificar o grandioso, o elevado, o nobre desta ideia, o generoso, o santo dela, sacrificar tudo isto, adotando medidas inconvenientes, exageradas, **que possam dar um resultado desastroso**. Tal é a minha convicção.

Não falo agora em relação a proposta; falo em tese, de quaisquer medidas, por exemplo, da emancipação imediata ou semelhante. Eis-nos, senhores, chegados a um dos pontos mais importantes, a questão dos *meios*.

Tratei a princípio da *oportunidade* em geral; agora passarei a tratar dos *meios* e da sua respectiva *oportunidade*; porque não devemos olhar somente para a *oportunidade* da solução em tese; não é indiferente a aplicação de uma medida, nesta ou naquela ocasião. Assim, por exemplo, vou estabelecer em tese que **não podemos resolver esta questão por nenhum princípio absoluto**; digo que o não podemos, porque, qualquer que seja o princípio que se adote, ele traz em si mesmo **gravíssimos inconvenientes**.

Princípio absoluto: *a escravidão é injusta*, filosoficamente falando; então emancipemos já os escravos, e obriguemos os senhores a pagar-lhes os serviços que eles lhes têm prestado. É uma solução que não se pode admitir, é um absurdo.

Se quiséssemos decidir pelos princípios absolutos, a solução seria a que já disse, **a emancipação imediata**, porque isto é que seria fazer justiça absoluta. [Grifos meus]³²⁶

Corroborar com o que Perdigão Malheiro chamou de “*princípio absoluto*” era, ao mesmo tempo, apoiar-se numa espécie de emancipação imediata que, segundo ele, além de proporcionar “*resultados desastrosos*”, podia também trazer “*gravíssimos inconvenientes*”.

Das três soluções que Perdigão Malheiro apresentou para resolver o problema dos *meios* de se findar o cativeiro, ele se filiaria a apenas uma delas. Primeiro, abordou sobre a tão criticada *emancipação imediata e geral*. De acordo com o político, “*tollitur questio*”, isto é, sem questão, “*porque estamos todos de accordo em não aceita-la na actualidade*”. Sobre a segunda solução, a de uma *emancipação diferenciada*, também discursou o deputado:

"Creio ser esta uma ideia a que infelizmente tenho visto em algumas dessas representações de fazendeiros prestar-se adesão; mas, no meu entender, esses fazendeiros não medem o alcance de semelhante providência. A emancipação diferida, ou a prazo, equivale a emancipação imediata. Assim o tem sido em todas as colônias onde se tentou este sistema. Nunca o escravo esperou o prazo que se marcou, salvo se o prazo for tão curto, de 6 meses ou

³²⁶ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do Estado Servil. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, pp.37-38-39.

1 ano, que ele possa resignar-se a esperar. Sabe-se quanto é sôfrego pela sua liberdade.”³²⁷

Alegando incoerência por parte das representações de fazendeiros, sobretudo daquelas regiões que, naquela altura, já não compunham mais o centro dinâmico da agricultura e da escravidão do país, Perdigão Malheiro atestaria o seguinte raciocínio:

"Excluindo portanto estes dois sistemas, devemos também repelir qualquer outro que admitisse medidas adiantadas, diretas, exageradas, violentas, um concurso de tantas providências, que dessem ou pudessem dar em resultado os mesmos, se não maiores males."³²⁸

Qual, então, seria a terceira saída proposta pelo parlamentar? Essa deveria equivaler a uma solução para o problema da escravidão do país? Em suas palavras:

"É preciso atender as circunstâncias financeiras, econômicas e políticas do país, da lavoura, do comércio, da indústria, da segurança, como já fiz notar a princípio; é preciso atender a distribuição da população livre e servil; ter em linha de conta todos estes e outros elementos estatísticos, de modo que, parecendo inocente uma medida para certa localidade, não vá produzir mal, ou podendo produzir, se não vá todavia estender a outras localidades e agravá-lo".³²⁹

*

No início da década de 1860, como já vimos, era comum ler comentários como o que se segue em textos de autoria de Perdigão Malheiro:

“Decretasse o nosso legislador uma lei semelhante, declarasse que ninguém mais nasceria escravo, e o Brasil, associando-se ao grande movimento intelectual e moral do século XIX, teria avançado na vereda da civilização; ganharia no interior exterminando um mal, que a história demonstra ter sido em todos os tempos e países causa de outros males, de guerra mesmo, causa de degradação do povo, de depravação dos

³²⁷ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 40.

³²⁸ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 41.

³²⁹ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 41.

costumes, de atraso na indústria, no desenvolvimento intelectual e moral, já não digo somente do escravo, mas do próprio homem livre [grifos meus].”³³⁰

Nessa lógica, admite-se o seguinte pensamento: a escravidão brasileira não devia seguir os passos da antiga, pois, na opinião de Malheiro, a escravidão findou no Império romano, sem a intervenção do Estado, o que não podia igualmente ocorrer no caso do Brasil. Em todos os tempos, conforme essa interpretação, a história demonstrou que o cativo não era uma instituição interminável, apresentando exemplos de transição da escravidão para a liberdade que precisavam ser superados por não oferecerem o modelo mais indicado e seguro de mudança segundo o quadro dos países civilizados. Nessas nações, a instituição foi extinta por meio de uma abolição sem grandes transtornos para o Estado e abalo da propriedade e das fortunas. Tais medidas, seriam efetivadas nas colônias inglesas e francesas, onde prevaleceram às indenizações aos senhores e o controle social tendo em vista as ações estatais.

Tal raciocínio, contudo, não era o vislumbrado por representantes da classe senhorial brasileira da década de 1850, por sua vez ligados à escravidão, segundo os quais:

“A escravidão há de acabar um dia por si mesma, e talvez mais cedo do que geralmente se cuida; por isso que as mortes, principalmente nas crianças, são muito superiores em número aos nascimentos. Quando a massa geral dos escravos se diminuir de modo que, sem abalo na sociedade, se possa tomar alguma medida qualquer a este respeito, então o Legislador consultará o que mais convirá fazer, atentas as circunstâncias. [grifos meus]”³³¹

O trecho acima evocado diz respeito a um *Extrato de Parecer da Seção dos Negócios do Conselho de Estado*, de 04 de fevereiro de 1853, direcionado ao Marquês de Olinda. O documento, de autoria desconhecida, versava sobre a criação de um plano para a introdução de colonos no Império, no contexto imediato do fim do tráfico de escravos, ocorrido em 1850. Representando a “voz” autorizada dos conselheiros do imperador, considerados, por alguns historiadores, como o “*topo da elite política nacional*” por ocuparem destacada posição na monarquia brasileira,³³² o Parecer trazia consigo a seguinte conclusão: “*a Seção não pode*

³³⁰ MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863, pp.16-17.

³³¹ “Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 824, doc. 18, p.1.

³³² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.50.

abraçar os meios propostos pela Sociedade”.³³³ Com esse teor, o Conselho de Estado demonstrava não apenas estar “atenado” com o tema da escravidão no país, como, ao mesmo tempo, atestava certa preocupação com o seu futuro. Não sem razão, seus membros, por vários momentos desde 1866, seriam convocados pelo imperador D. Pedro II para opinar sobre o assunto e, de certo modo, pensar soluções adequadas para um problema que afetava o Estado e os interesses da classe senhorial a ele vinculado. Por tal motivo, talvez, observe-se uma maior inclinação por parte dos conselheiros pela realização de uma emancipação guiada, nos moldes da lei e em momento oportuno,³³⁴ modelo esse aparentemente conflituoso com aquele inicialmente proposto por Perdigão Malheiro, que, no mesmo ano, publicava livro em defesa do ventre livre e da reforma imediata da escravidão. Seguindo com o Parecer da Seção dos Negócios do Conselho de Estado:

“É mister confessar que a escravidão é um mal. Mas é um mal necessário; e, enquanto existir, forçoso é receber todas as suas consequências. Para extirpar esse mal, que em parte já está remediado com a extinção do tráfico, e isto já não é pouco, **empreguem-se, se se acharem, meios indiretos, mas sempre suaves e brandos.** [Grifo meu]”³³⁵

Não obstante o fato de se admitir, também por aqui, o papel do legislador, há uma grande diferença, para além dos contextos apresentados, entre a forma como a escravidão era geralmente expressa pelo pensamento antiescravista da década de 1860 e aquela sugerida no início da década de 1850 pelos ideólogos da instituição no Brasil. Não havia, na literatura grega ou romana, qualquer argumento que admitisse a abolição da escravidão. Por mais que se denunciasses a violência da instituição, nunca se colocou em pauta a questão da sua legitimidade, pelo simples motivo de que não se concebia uma sociedade sem escravo, e tampouco a escravidão era vista como um problema moral que levantasse a questão do fim do trabalho escravo.³³⁶ Nesse sentido:

³³³ “Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 824, doc. 18, p.4.

³³⁴ Ata do Conselho de Estado de 2 de abril de 1867. In José H. Rodrigues (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1973-1978, v.6, p.75.

³³⁵ Cf. “Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 824, doc. 18, p. 1.

³³⁶ JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005, pp.7-8.

“A transição da escravidão para o colonato se deu de forma gradativa, com menor ou maior intensidade já desde o século I d.C., e principalmente pelas oscilações na disponibilidade de mão de obra livre. [Grifo meu]”³³⁷

Na visão de pró-escravistas brasileiros, na figura dos conselheiros de Estado, encontramos interpretação parecida:

“a história nos transmitiu o modo por que estava constituído o Império Romano em relação ao objeto que se trata: e naquele estado de cousas condenar a instituição em nome da religião, a qual aliás não se achava ofendida, fora o mesmo que revoltar as massas e subverter a sociedade”.³³⁸

De acordo com tais argumentos, o exemplo legado por Roma para ser imitado condizia com a ideia de que a escravidão havia de acabar um dia por si mesma. Sendo Roma, nesses termos, um modelo incontestado de sociedade escravista, restava ao Império do Brasil mirar-se naquele padrão de transição social, deixando o fim da escravidão à conta das transformações espontâneas.

Comparando essa tradição de pensamento, que se valeu positivamente dos exemplos romanos, com a que se notou no Brasil a partir da década de 1860, evidencia-se uma inversão na forma como Roma era geralmente apresentada: se antes, como vimos, pró-escravistas a mostravam como arquétipo ideológico; com o antiescravismo brasileiro, especialmente na figura de Perdigão Malheiro, o modelo antigo seria concebido como símbolo de negação e superação.

Na década de 1870, contudo, configurou-se uma mudança de comportamento por parte de Perdigão Malheiro. Ocupando agora o cargo de deputado pela província de Minas Gerais, e como mostramos ao longo de todo o capítulo, o parlamentar, diversamente do que havia proposto nos anos 1860, posicionou-se contrário a proposta de reforma do elemento servil, apoiada pelo governo, colocando-se em defesa da manutenção da instituição até que se observasse “*momento oportuno*” para medida de tamanha grandeza. Para tanto, seria preciso sustentar “*formas indiretas*” e “*não imediatas*” para o fim do cativo, como aquelas observadas na linguagem pró-escravista, em oposição a um “*princípio absoluto*” que visava acabar com a escravidão de uma vez por todas.

³³⁷ JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005, p.73.

³³⁸ “Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 824, doc. 18, p.4.

Em que pese à marca da moderação predominante no seu pensamento, desde sempre contrário a esse tipo de proposta mais “radical”, admitia-se, nesse mesmo ponto, outro raciocínio: o da “*prudência*” e “*preparação*”. Valendo-se dessa ideia, também concebida na década anterior pelo próprio Malheiro e pelos defensores da instituição, percebe-se claramente que ambos compactuaram de um mesmo argumento que os aproximava mais do que causava tensão: o de que não havia ainda ocasião oportuna para se legitimar toda e qualquer ação que se referisse à liberdade do ventre das escravas.

Com efeito, o final da Guerra contra o Paraguai “cairia como uma luva” para o tipo de justificativa ideológica que pregava que o país não se encontrava em “*momento oportuno*” para conceber a reforma da escravidão. Tal visão, entretanto, não foi hegemônica. Seja como for, o que se observou a partir da ação parlamentar de Perdigão Malheiro foi o fato de que ele teceu, talvez, uma releitura do modelo romano de manumissão a partir do momento em que se aproximou de argumentos por ele anteriormente criticados e viabilizou a sugestiva interpretação que jogava a escravidão a sua própria sorte, citando exemplos como o que se segue no seu discurso de 1871:

“Eu já não falarei na escravidão antiga, que foi transformada por um processo lento. **Os Romanos, que eram o povo legislador por excelência e sempre de bom senso, jamais consignaram uma ideia direta.** Foram transformando a escravidão em colonato, aderindo os escravos a propriedade rural, conseguindo destarte fazê-los retirar das cidades para o campo, e lentamente converter em real a escravidão pessoal.” [grifo meu]³³⁹

Ainda que não aceitasse completamente esse modelo romano de manumissão, como, aliás, igualmente não aceitaria nenhum outro, antigo ou moderno, em sua plenitude, Roma seria lembrada em 1871 por Malheiro dentro de um contexto em que ele apresentava as “*formas indiretas*” de emancipação como as mais indicadas para o caso específico brasileiro, em contraposição ao chamado “*princípio absoluto*”. Se, na década anterior, estava claro que o exemplo legado por Roma não era o mais recomendado de transição social, na seguinte, já não se podia ter tanta certeza. O fim da escravidão, aqui, apareceria como algo distante, como nos argumentos da década de 1850 que defendiam o seu termo espontâneo.

A “*prudência*”, a “*preparação*” e a “*oportunidade do momento*”, portanto, fizeram Perdigão Malheiro mergulhar no contraditório campo discursivo de sua época e a se valer de exemplos antigos tanto para justificar, quanto para criticar a reforma da escravidão. Em outras

³³⁹ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 29.

palavras, Malheiro recuou quando viu ameaçada a ordem social que dava substrato para a dominação de sua classe. Nesse sentido, se ele flutuou acima dessa em outros momentos históricos, no contexto de crise da escravidão brasileira, por sua vez, reaproximou-se dela e de seus interesses, assumindo o papel de seu representante.

Considerações finais

*“Mas todas as grandes ideias têm os seus mártires. Não serão aqueles que, mais por especulação política, e vaidade pretenderam a glória de emancipadores. Aquele que tendo dedicado o melhor de sua vida a estudá-la, propagá-la, com sacrifícios de todo o gênero, tem por ela sofrido durante um longo período as maiores torturas, tragado o cálix da amargura, ainda tem bastante grandeza d’alma para esquecer as injustiças e a ingratidão.”*³⁴⁰

Um ano após a votação da Lei do Ventre Livre, Perdigão Malheiro pareceu ainda preocupado em se manifestar perante os seus concidadãos mineiros e à *Anti-slavery Society*. Eduardo Spiller Pena especula sobre o motivo: “ou houve uma modificação da opinião dos concidadãos mineiros sobre o tema, uma vez aprovada a lei do ventre livre pelo governo imperial, ou seu manifesto visou a um público maior, quem sabe os representantes da ‘maioria’ conservadora”.³⁴¹ De um jeito ou de outro, o fato é que, desse diagnóstico, podemos extrair três significados históricos: primeiro, a justificativa empregada por Malheiro não convenceria as pessoas menos simpáticas a ele, que acusá-lo-iam de incoerente e contraditório; segundo, com o voto de 1871, o parlamentar não encerrou sua carreira política, uma vez que, pelo partido conservador, seria um dos deputados mais bem votados nas eleições de 1875; terceiro, sua produção intelectual não seria descartada, pelo contrário, tornou-se alvo de estudos e debates, como demonstramos ao longo de toda a dissertação.

*

Assim como grande parte dos filhos das famílias mais abastadas da sociedade imperial brasileira, Perdigão Malheiro teve na formação como bacharel em Direito a oportunidade de ascensão social e de consolidação de uma posição privilegiada, logrando, ao mesmo tempo, preencher requisitos jurídicos e simbólicos para ocupar cargos de importância na burocracia estatal e na parca intelectualidade.

Se adotássemos a perspectiva de José Murilo de Carvalho, poderíamos dizer que Malheiro seguiu a trajetória comum àqueles que compuseram a “*elite política imperial*”, relativamente destacada do restante da sociedade e responsável pelas diretrizes do Estado e

³⁴⁰ MALHEIRO, Perdigão. “À Província de Minas Gerais e aos seus Concidadãos (1872)”. In: VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa (1821-1909)*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., v. II, 1940, pp.273-274.

³⁴¹ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 297.

pela consolidação de um projeto de nação e de unidade territorial. Entre suas atuações como intelectual e como político, sempre defendeu a manutenção da ordem social, e mesmo suas propostas de reforma referentes à escravidão, não escondiam uma visão de mundo que buscava compatibilizar mudanças graduais e a conservação de certas estruturas sociais. Nesse sentido, seu posicionamento quando da votação da lei de 1871 não deveria ser de todo surpreendente.

Apesar da aparente contradição com relação a textos e discursos anteriores, o deputado defendera sua posição como favorável à ordem, à segurança e ao direito de propriedade. Nos dizeres de Spiller Pena, naquela que talvez seja a mais sólida interpretação historiográfica do tema, em vez de princípios filosóficos e morais, Malheiro se orientara por uma “*Razão de Estado*”.

Ainda que as perspectivas teóricas de Carvalho e Pena não sejam necessariamente as mesmas, a interpretação de Malheiro como membro da “*elite política imperial*” e suas “*Razões de Estado*” para a rejeição da lei de 1871 são, a princípio, compatíveis. Observador da preservação da ordem social, econômica e jurídica, Malheiro atuara de acordo com as expectativas da elite responsável pela construção e estabilidade do Estado imperial. Não obstante, em que se pesem os significados de tais abordagens, procuramos uma terceira via de compreensão, antes complementar do que oposta à de Spiller Pena.

Em sua trajetória, do bacharelado ao cargo de deputado, Perdigão Malheiro repetiu de fato os passos de muitos que ocuparam posições de destaque na sociedade e no Estado brasileiro ao longo do século XIX. Contudo, desde suas origens foi inserido em uma rede de sociabilidade que, cada vez mais, reforçou seus laços com famílias e agentes de destaque na sociedade imperial. Filho de um cavaleiro da Casa Imperial, do Conselho de sua majestade o imperador, Comendador da Ordem de Cristo e sócio do IHGB, Malheiro recebeu apoio em seus anos de estudo em São Paulo de seu tio, o fazendeiro de café, magistrado e político Estevão Ribeiro de Rezende, futuro Marquês de Valença. Finda a formação em Direito, foi nomeado bibliotecário da faculdade pelo Marquês de Monte Alegre. Na década de 1850, tornou-se membro do IHGB, adentrou os quadros do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), e casou-se com a Sr.^a D. Luiza de Queirós Coutinho Mattoso Câmara, irmã do Conselheiro Eusébio de Queirós. Exerceu os cargos de curador dos africanos livres, de suplente de Juiz Municipal e de ajudante de procurador dos feitos da fazenda, por indicação do Marquês de Paraná. Nas décadas seguintes, foi eleito deputado pelo Partido Conservador, com base em Minas Gerais. Se em sua juventude Malheiro foi amparado por figuras

importantes da sociedade imperial, sua atuação como político reafirmava os interesses do grupo social representado pelo Partido da Ordem.

Aproximando-nos de outra matriz historiográfica, compreendemos o processo de construção do Estado Imperial como intrinsecamente articulado à formação de uma classe social dominante em nível nacional. A tese de Ilmar Mattos diverge daquela de José Murilo de Carvalho por restabelecer as relações entre Estado e sociedade. Não se trata de uma mera redução das políticas públicas a interesses imediatos de um suposto sujeito histórico - a classe senhorial -, mas de uma tentativa de interpretar a atuação de representantes políticos e membros da burocracia estatal sem perder de alcance os interesses de classe em disputa na sociedade. O conceito de “*classe senhorial*” remeteria a um processo gradual, no qual as trajetórias e lutas dos agentes históricos nos levam a perceber interesses em comum, assim como seus antagonismos, o que no Império teria impelido à formação de laços de identidade entre burocratas, políticos, proprietários rurais, entre outros. Desse modo, a partir do fim da década de 1830, a direção dos Saquaremas, núcleo do Partido Conservador, teria sido fundamental no processo de consolidação de uma classe social dominante em nível nacional.

Nessa lógica, verificamos que Malheiro possuía vínculos familiares e aliados que, desde sua juventude, fizeram dele um componente da classe senhorial. Sua atuação política como membro do Partido Conservador de Minas Gerais, assim, apenas reforça sua relação com os interesses dessa classe. Isso não significa que devamos tomá-lo como um mero porta-voz de classe, como se essa se portasse enquanto sujeito histórico autônomo e um fator estrutural determinasse a atuação dos agentes. Contudo, não podemos ignorar, igualmente, que Malheiro construiu sua carreira e sua posição no interior de uma rede de sociabilidade na qual os interesses dominantes e a visão de mundo hegemônica eram os mesmos associados por Ilmar Mattos à classe senhorial. Além disso, apesar de suas opiniões e posições políticas terem oscilado entre um contexto e outro, Malheiro era enfático em se definir como parte do grupo conservador. Em seus termos, “*sou conservador; ninguém tem o direito de pô-lo em duvida, e nem jamais alguém o fez; desde que tive uso da razão sou conservador; nunca tive outro partido.*”³⁴² Como tal, suas propostas reformistas jamais colocaram em xeque os interesses que sustentavam a ordem e a hierarquia social vigentes. Portanto, seja como intelectual, seja como político, Malheiro nunca propôs qualquer medida que levasse à ruptura abrupta das condições de dominação da classe senhorial.

³⁴² Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 50.

É nesse sentido que oferecemos uma perspectiva alternativa para compreender a atuação de Malheiro, em especial no tocante a sua posição nos debates de 1871. Se na década de 1860 o intelectual se sentia na liberdade de exercer uma reflexão moral e filosófica contra a manutenção do cativeiro e a favor da emancipação lenta e gradual dos escravos, tal postura era motivada sobretudo pela crise da escravidão instaurada com a Guerra Civil dos Estados Unidos, que, por sua vez, forçou o presidente do IAB a atuar por uma ética mais pautada por consequências imediatas. Entretanto, uma vez eleito pelo Partido Conservador em Minas Gerais, Malheiro passou a representar, de maneira predominante, os interesses diretamente vinculados ao setor agroexportador, e consequentemente o regime escravista. Diante de uma ameaça direta a tais interesses, assim o deputado defendeu sua posição contrária ao ventre livre em 1871:

“Senhores, eu não falo assim porque seja escravagista, não; nesta questão faço grande violência ao meu coração; mas devo fazê-lo, porque quero que prevaleça a razão. (...) Trata-se do seguinte: admitida a justiça, conveniência e necessidade da extinção da escravidão, quais os meios para se conseguir este fim, do modo o menos inconveniente que ser possa? Eis a única questão; mas questão difícilima.”³⁴³

“É preciso atender as circunstâncias financeiras, econômicas e políticas do país, da lavoura, do comércio, da indústria, da segurança, como já fiz notar a princípio; é preciso atender a distribuição da população livre e servil; ter em linha de conta todos estes e outros elementos estatísticos, de modo que, parecendo inocente uma medida para certa localidade, não vá produzir mal, ou podendo produzir, se não vá todavia estender a outras localidades e agravá-lo”.³⁴⁴

Crítico da escravidão por convicção moral, o deputado Perdígão Malheiro se voltou contra o projeto de lei tendo em vista questões “*financeiras, econômicas e políticas do país, da lavoura, do comércio, da indústria, da segurança.*” Fundamentalmente, seus argumentos se dividiam entre uma dimensão política e outra econômica e de segurança pública e individual.

"Eu começarei, senhores, por não aprovar que o governo tivesse apresentado a proposta, ora em discussão, na ocasião, no meu entender, a menos oportuna; menos oportuna, por dois fundamentos capitais: 1º, pelo estado

³⁴³ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, pp. 12-13.

³⁴⁴ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p. 41.

político em que o país em breve teria de achar-se, e efetivamente se acha; 2º, econômico e de segurança”.³⁴⁵

“Qual era, e qual é ainda o estado financeiro e econômico do país? Qual é o estado da nossa agricultura, do nosso comércio e da nossa indústria? Qual o estado da segurança pública e individual? Eu vos digo. Aceito e hei de argumentar somente com os dados oficiais.”³⁴⁶

Apresentando uma série de dados oficiais, demonstrou supostos prejuízos do conflito contra o Paraguai para o governo, instituições e os cidadãos brasileiros, reiterando o risco à ordem pública, à segurança individual e o respeito ao direito de propriedade. Seria então com base nesses argumentos que Spiller Pena construiria sua interpretação de que Malheiro relativizara suas convicções filosóficas e morais em prol de uma “*Razão de Estado*.”

As razões de Malheiro de fato visavam à preservação do Estado, da ordem e da economia nacional, todos fatores calcados na escravidão. Ocorre que esse Estado e essa ordem social não favoreciam igualmente a todos os estratos sociais, muito menos os próprios escravizados. Nessa perspectiva, a defesa da ordem e da segurança pública, das instituições políticas e da economia agroexportadora significaram, em um só tempo, a defesa da ordem senhorial e da escravidão, da estrutura social vigente, ou seja, dos interesses da classe dominante: a classe senhorial. Perdígão Malheiro discursava por uma “*Razão de Estado*”, pela ordem e segurança pública e individual e pelo respeito ao direito de propriedade. Nesse sentido, se ordem social significava ordem senhorial, e se direito de propriedade, remetia à propriedade escrava, com efeito, podemos concluir que a “*Razão de Estado*” também continha uma “*Razão de Classe*.”

Isso não sugere, já o dissemos, que Malheiro fosse mero porta-voz da classe senhorial e que todas as suas convicções e atuações estivessem a serviço de seus interesses. Todavia, Malheiro demonstrou-se, ao longo da vida, coerentemente conservador, bem como suas propostas reformistas. Diante da crise que ameaçava a escravidão e os interesses imediatamente nela calcados, sua performance como deputado evidenciou um grande temor pela subversão da ordem e pela ruptura das bases sociais e econômicas que sustentavam o Estado imperial. Sua defesa da preservação da ordem e da segurança públicas e individuais, do direito de propriedade, da economia e do Estado, portanto, implicaram necessariamente a

³⁴⁵ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.4.

³⁴⁶ Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a *proposta do governo para reforma do Estado Servil*. Pelo Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871, p.5.

defesa da dominação política e social da classe senhorial e dos interesses em torno do regime escravista. Desse modo, não se trata de uma negação da interpretação de Eduardo Spiller Pena, mas de um complemento fundamental à compreensão das relações entre a agência de Malheiro como intelectual e deputado, no cerne das interconexões entre o Estado imperial e sociedade senhorial-escravista brasileira do século XIX.

*

E no que tange à comparação histórica na obra de Perdigão Malheiro? Podemos encerrar nos valendo do argumento de que ela ocupou aspecto central e decisivo em toda sua produção e trajetória enquanto presidente do IAB, intelectual ou político. Como vimos sobretudo nos dois primeiros capítulos, e no terceiro a partir da sua virada política e discursiva, o estudo comparado pautou as narrativas da maioria das figuras que se debruçou sobre o tema da escravidão no Império do Brasil, seja para defendê-la, seja para criticá-la. Utilizando-se então desse amplo repertório e do jogo de analogias, vários atores sociais do século XIX buscaram no elemento comparativo uma forma não só de compreender sua própria realidade, como procuraram, também, enxergar um horizonte de expectativas, por meio das experiências que as tomaram como suas, para diagnosticar possibilidades de futuro mais animadoras. Nesse sentido, os modernos fizeram uso dos antigos não simplesmente visando imitá-los, mas com o intuito de lançar luz onde lhes pareciam faltar. E não apenas isso, dos antigos, os modernos: aumentaram seu conhecimento sobre a escravidão numa escala global; mapearam as diferenças significativas entre uma e outra sociedade escravista; revisaram, modificaram e substituíram muitos pontos, especialmente da legislação romana; e, por fim, adotaram uma diferente perspectiva aos materiais por eles estudados.³⁴⁷

Por tudo isso, o estudo de Perdigão Malheiro se mostrou complexo, por vezes complicado e rico em termos de análise. Se ele nem sempre demonstrou coerência, ao menos do ponto de vista intelectual, foi porque essa contradição fez parte do seu tempo, ou ainda, dos modernos que, por sua vez, ao estudarem a história e seus exemplos legados, entregaram-se à arena discursiva, colocando a memória como espécie de campo de batalha e de intensas disputas. Nesse ponto, especificamente da comparação entre Brasil e Roma, e dos usos dos

³⁴⁷ Servi-me, aqui, das quatro vantagens no tocante ao estudo comparativo da escravidão, tais quais elaboradas por Marc Kleijwegt. KLEIJWEGT, Marc. "Freedpeople: a brief cross-cultural history". In: Marc Kleijwegt (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World Slavery*. Leiden: Brill, 2006, p. 6.

antigos pelos modernos, a historiografia brasileira da escravidão está apenas engatinhando. Este estudo pretendeu contribuir para esse debate promissor.

Fontes e Bibliografia

Instituições consultadas

Acervo Arquivo do Senado Federal

Biblioteca Nacional

Instituto dos Advogados do Brasil (IAB)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP)

Fontes Documentais

Discursos

MALHEIRO, A.M.P. *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravidão: em que termos*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1863.

Discurso proferido na sessão da Câmara Temporária de 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para reforma do Estado Servil. Pelo Dr. A. M. Perdigão Malheiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871.

Obras

MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849; seguido de um succinto esboço do Estado do pais ao findar o anno de 1849*. RJ: Typographia de Francisco Paula Brito, 1850.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico e Social*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 3v., 1866-1867.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 3ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 2ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867.

MALHEIRO, Perdigão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866.

Periódicos

(Biblioteca Nacional)

Abolicionista (1871)

A Actualidade (1863)

A Reforma (1871)

Constitucional (1863)

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (1864)

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal. (1868)

Diário do Rio de Janeiro. 26 de maio de 1865

Diário do Rio de Janeiro (1871)

Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (1862)

Fontes secundárias

ALBERTO, Caetano Soares. *Memoria para melhorar a sorte dos nossos escravos: lida na sessão geral do Instituto dos Advogados Brasileiros no dia 7 de setembro de 1845*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1847.

“Ata de 2 de abril de 1867” e “Ata de 9 de abril de 1867”. In: RODRIGUES, José Honório (ed.) *Atas do Conselho de Estado*. Volume VI, 1865-1867.

“Extrato de um Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, de 4 de Fevereiro de 1853, sobre um plano para a introdução de colonos no Império”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 824, doc. 18.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do IHGB*. 1:9-18, 1839.

CASTRO, José Antônio de Azevedo. *O Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Estudo biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C., 1883.

CLAUDE, Nicolet. Henri Wallon: de l'esclavage antique à l'esclavage moderne. Paris: *Académie des sciences morales et politiques*, 2004.

GIROLLET, Anne. Chapitre ii. le combat de schoelcher contrel'esclavage: 1828-1848. In: *Victor Schoelcher Républicain et Franc-Maçon*. Editions Maçonniques de France.

COCHIN, A. *Abolition de l'esclavage*. 1861.

COCHIN, A. *Abolition de l'esclavage*. Vol. I, 1861

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1864, Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco (Tomo 3)*. Rio de Janeiro: H.Garnier, Tomo Terceiro (1866-1878), Livro V, 1897.

PINTO, Alfredo Moreira. *A viagem imperial e o Ventre Livre*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1871.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros: Memória Histórica da sua fundação e da sua vida*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio. Rodrigues e C., 1944.

TROPLONG, Influência do Cristianismo sobre o direito civil dos romanos. Trad.: José Raimundo da Costa Menezes. Recife: Typographia commercial de Meira Henriques, 1852.

TROPLONG, Raymond Théodore. *Influence du Christianisme sur le Droit Civil des Romains*, 1843.

V.A. DE P.P. *Anotações á lei e regulamentos sobre o elemento servil*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1875.

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. São Paulo: 1977.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Historia Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

YANOSKI. *De l'abolition de l'esclavage ancien au moyen dge, et de as transformation em servitude de glebe*, 1860.

YPIRANGA. *Breves considerações Histórico-políticas sobre a discussão do elemento servil na Câmara dos deputados*. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1871.

Bibliografia

A abolição no parlamento: 65 anos de lutas. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 2012.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AFONSO, Rogério Natal. *A dimensão política do pensamento de José de Alencar (1865-1868): liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo*. Dissertação (Mestrado) Vitória, 2013.

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. “*As falas do trono entre o ritual e o discurso*”. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. Natal – RN, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTHUSSER. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ANDRADE, Marcos Ferreira. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, pp. 45-82, nº 21/22 (1998-99).

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. *Guerra e Paz – Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. 34. Ed. Rio de Janeiro, 1994.

ARAUJO, Valdei Lopes de. "História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade". *Almanack brasiliense*. No07, pp. 53-55, 2008.

_____. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

AZAVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (1ª ed., 1972). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 155-161.

BARBOSA, Silvana Mota. A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863). In: CARVALHO, J. M. de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão: D. Pedro II e a construção do Brasil* (trad.port). São Paulo: Unesp, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *A Construção Social da Cor*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Os Tempos da História: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX. *Revista Crítica Histórica*. Alagoas: UFAL, Ano 1, nº2, p.180-208, 2010.

BEIGUELMAN, Paula. “O Encaminhamento Político do problema da escravidão no Império”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 3º vol., Rio Janeiro: Bertrand Brasil, Difel, 1987.

_____. “O Encaminhamento político do problema da escravidão no Império.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1976.

BENDER, T. *The Antislavery Debate: Capitalism and Abolitionism as a Problem in Historical Interpretation*. Berkeley: University of California Press, 1992.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1780-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERGAD, Laird W. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo: Uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Funag, 1999.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. 9 (24), p.269-285, 1995.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito de Recife*. Instituto Nacional do Livro, 1977.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BEIGUELMAN, Paula. “O Encaminhamento político do problema da escravidão no Império.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* (org.). São Paulo: Difel, 1985.

BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.2, no.3, Sept./Dec, p. 36, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *À História e Ciências Sociais*. 6ª ed. Lisboa: Presença, 1990.

BROWN, Christopher Leslie. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Virginia: Omohundro Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, 2006.

BRUGNERA, Neditilo Lauro. *A escravidão em Aristóteles*. Porto Alegre: Edipucrs, Editora Grifos, 1998.

BRUIT, Héctor H. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

CALDEIRA, Jorge. *História de d. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. *O senhor d. Pedro II, imperador do Brasil*. Porto, Thyp. Pereira, 1871.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, J. Murilo de. *D. Pedro II – Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 1ª Ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988;

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CARVALHO, Sonia Ferreira Jobim de. *Agostinho Marques Perdigão Malheiro: uma vida em defesa da liberdade*. Trabalho de Conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História da África e do negro no Brasil, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro/ RJ, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Os últimos Anos da Escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: a era da reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp, Vol. V., 2002, pp. 705-760.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Ed.Unicamp, 1996.

CRETELLA JR., José. *Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2004.

_____. *A libertação gradual e a saída viável. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. *Vozes dissonantes no concerto escravista: a perspectiva liberal sobre a escravidão e o emancipacionismo, 1860-1871*. 6º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Santa Catarina: UFSC, 2013.

DAVIS, David Brion. *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca, 1975; *Slavery and human progress*. New York: Oxford University Press, 1984.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio MilletBelo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil. 3ª Série especial vols. 10, 11 e 12).

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DRESCHER, Seymour. *Capitalism and Antislavery: british mobilization in comparative perspective*. Londres/Nova York, 1987.

_____. *Abolição*. São Paulo: Unesp, 2011

EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: Encontros Culturais, Aventuras Teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELKINS, Stanley. *A Problem in American Institutional and Intellectual Life*, Chicago, University of Chicago Press, 1959.

ESTRADA, Osório Duque. *A abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Cabalgando el corcel del diablo. Conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. Lenguaje, tiempo y modernidad: ensayos de historia conceptual*. Santiago: Globo, 2011.

FINLEY. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FICK, Carolyn. *The Making of Haiti – the Saint –Domingue Revolution from below*. Knoxville. The University of Tennessee Press, 1990;

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCO, Jean. *La cultura moderna en América Latina*. México: Grijalbo, 1985.

FREITAS, A. P. R. Relações entre Minas Gerais e o poder central na Política Imperial (1870-1889). *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FUENTES, Carlos. *O espelho enterrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida - o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. (Trad. port.). São Paulo: Global, 1983.

GIBSON, Charles. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, Vol.II, 1999, p.269-308.

GILENO, Carlos Henrique. *A universalização da instrução e as liberdades civis e políticas: uma leitura de Perdigão Malheiro*. Disponível em:

http://www.achegas.net/numero/44/carlos_gileno_44.pdf. Acesso em 13/01/2014 às 19h. e 12 min.

_____. *Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império*. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. *Perdigão Malheiro e as Crises do Sistema Escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2003.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio. “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista”. *Novos Estudos CEBRAP*. nº 63, julho de 2002.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. Os indígenas no Brasil perante a História. *Tomo Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luz dos Santos, 1860.

GONÇALVES, Sérgio Campos. “A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeir Araujo (org.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: A questão christie. *Revista de historia*. v. 24, n. 49, 1962.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n. 1, pp. 5-16, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. *150 Anos de História: 1843 – 1993*. Editado pelo Sesquicentenário, gestão Ricardo César Pereira Lira. Destaque: Rio de Janeiro, 1993.

JAMES, C. L. R. *The Black Jacobins: toussaint l'ouverture and the San Domingo revolution*. Londres, 1938.

JENNINGS, Lawrence C. *French Anti-Slavery: The Movement for Abolition of Slavery in France, 1802-1848*. Cambridge: Cambridge UP, 2000.

JOLY, Fábio Duarte. *Liberdade Opus Est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C)*. Tese de doutoramento. USP, 2006.

_____. *A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.

JOLY, Fábio Duarte; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Slave Trade, Manumission and Citizenship in ancient Rome and Brazil: a comparative perspective*. In: Stephen Hodkinson, Marc Kleijwegt, and Kostas Vlassopoulos (ed.) *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

JUNIOR, Eduardo Rouston. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Criação de um Símbolo Nacional”. *Oficina do Historiador*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro, pp. 38-48, 2010.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KIELSTRA, Paul Michael. *The Politics of Slave Trade Suppression in Britain and France, 1814-48: Diplomacy, Morality and Economics*. Basingstoke, 2000.

KLEIJWEGT, Marc. “Freedpeople: a brief cross-cultural history”. In: Marc Kleijwegt (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World Slavery*. Leiden: Brill, 2006.

KOLCHIN, Peter. *Unfree Labor: american slavery and russian serfdom*. Cambridge, MA, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Cambio de experiencia y cambio de método. Un apunte histórico-antropológico. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona, Paidós, 2001.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KOZIMA, José Wanderley. Instituições, retórica e o bacharelismo no Brasil, pp. 311-330. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Cultura Jurídica”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1976, t. II – O Brasil monárquico, v.3.

LAILER, Christiane. *A lei do ventre livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Lailer.pdf. Acesso em 15/01/2014 às 20h. e 32 min.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.

_____. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. 2000. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203. Acesso em 13/01/2014 às 18h. e 56 min.

LISBOA, Armando de Melo. Desenterrando o espelho. A construção da identidade latino americana. *Revista ibero-americana de personalismo comunitário*. Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.personalismo.net/persona/desenterrando-o-espelho-constru%C3%A7%C3%A3o-da-identidade-latino-americana>. Acesso em: 15/04/2014 às 22h. e 34 min.

LOBO, Eugênio Roberto Haddock. *O IAB e a modernidade*. Rio de Janeiro, 1990.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão, p.10-28. In: ABREU, Martha; SERVA, Pereira (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPG História - UFF, 2011.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). *Revista Espaço Acadêmico*, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz. A Grã-Bretanha, o Brasil e as “complicações no estado atual da nossa população”: revisitando a abolição do tráfico atlântico de escravos (1848-1851). QUARTO ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Curitiba, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; SIQUEIRA, A. P. P. A. “Campanha abolicionista e a escravidão no século XIX no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos”. In: Adriana Pereira Campos; Gilvan Ventura da Silva. (Org.). *A Escravidão Atlântica: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas*. Vitória: GM, 2011, p. 39-74.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos – CEBRAP*, no 74, março, pp. 107-123, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez, p. 97-117, 2011.

MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Indias*. vol. LXXI, n.º 251, 19-52, ISSN: 0034-834, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*. São Paulo, nº 169, jul/dez, p. 223-253, 2013.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Escravidão e Capitalismo Histórico: história e historiografia no Brasil do século XIX. Paper apresentado ao Seminário Internacional *Escravidão e Capitalismo Histórico: História e Historiografia – Brasil, Cuba e Estados Unidos, século XIX*. Lab-Mundi/ Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade de São Paulo, 16 de setembro de 2013, pp.35-51.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil*. Paper apresentado à Conferência Internacional American Civil Wars: The Crisis of the 1860s in the US, Latin America, and Europe. Universidade da Carolina do Sul, março de 2014, p. 1-31.

MARQUESE, Rafael de Bivar; JOLY, Fábio Duarte. Slave Trade, Manumission and Citizenship in ancient Rome and Brazil: a comparative perspective. In: Stephen Hodgkinson, Marc Kleijwegt, and Kostas Vlassopoulos (ed.) *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

MARSON, Isabel. “Antigo Regime, Feudalismo, Latifúndia, Servidão, Escravidão”: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (século XIX e XX). *Revista de História*. edição especial, 2010.

MARTINS, Roberto Borges, *A economia escravista de Minas no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. “Como se deve escrever a historia do Brazil”. *Revista do IHGB*. 6:381-403, 1844; 2.ed.389-411, p. 401-403.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 1ª Ed., 1986. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Abolicionismo e formação da classe trabalhadora no Brasil. *Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal - RN. 22 a 26 de julho de 2013.

MATTOSO, Kátia de Queirós de. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982;

_____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. "Liberdade em tempos de escravidão". CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio. (orgs). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, pp. 89-104, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1999.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. Cuiabá: Contexto/Editora da UFMT, 1998.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. A abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009 - ISSN: 1676-2584, pp. 88-89.

MOMESSO, Beatriz Piva. "Conceitos antigos apropriados por um político do Império brasileiro". *Anais da VI Semana de História Política / III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (ISSN 2175-831X).

MONTEMEZZO, Artur. *A "razão de Estado" como elemento do abolicionismo (oficial) no Brasil: Quando o direito de propriedade e a tranquilidade pública tornam-se mais importantes do que a liberdade*. Monografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. Apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução Chistina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOTT, Luiz. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 3(4) junho de 1982.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco (Tomo 3)*. Rio de Janeiro: H.Garnier, Tomo Terceiro (1866-1878), Livro V, p. 237, 1897.

_____. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997;

_____. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

NAXARA, Marcia. Diálogos históricos e historiográficos: séculos XIX e XX. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto / Edufop, 2013, número 13, dezembro, 2013.

NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order – the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Por detrás dos panos: atitudes antiescravistas e a Independência do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). *Brasil. Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

_____. *Corcundas e Constitucionais a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OAKES, James. *Freedom National: The Destruction of Slavery in the United States, 1861-1865*. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura mineira: formação e consolidação - 1809-1870. In: *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, 2000.

PALACIOS, Guillermo. De Imperios y repúblicas: los cortejos entre México y Brasil, 1822-1867. *HMex*. Li: 3, p. 559-618, 2002.

PANG, Laura J. *The State and agricultural clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. 441p. Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University in partial fulfillment of the requirements for the degree of doctor of Philosophy in History: Nashville, Tennessee, may, 1981.

PARRON, Tâmis (org.). *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

_____. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

_____. Ser advogado no Brasil Império: uniformização e disciplina no discurso jurídico de formação. *Tuiuti: Ciência e Cultura*. n. 23, FCHLA 03, p.55-68, Curitiba, out., 2001.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-132.

PIMENTA, J.P.G. “História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate”. *Almanack brasiliense*. No07. Maio, 2008.

_____. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

PINTO, Pedro A. D. Pedro II e a abolição. Rio de Janeiro: Typ. *Revista dos Tribunais*. Carmo 55, 1921.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POMER, León. *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global Editora, 2001.

_____. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Editora, 1981.

PORTILLA, Miguel León (org). *A Conquista da América Latina vista pelos índios: relatos Astecas, Maias e Incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopia en America Latina*. Lima: Soc. y Política, 1988.

REALI, Giovanni; ANTISERI, Dario. Direito Natural e Direito Positivo. In: *História da Filosofia*. Trad. Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, v.2, 1990, p. 567-570.

REBOUÇAS, Antonio Pereira. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REIS, João José. “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na independência da Bahia”. In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros: teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, Livro I, 1987.

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 43 -79. 2000.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

RODRIGUES, José Honório. “Advertência: Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)”. In: MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista de História da América*. N. 42 (Dec., 1956)

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SALAH Jr, Khaled H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.

SALDANHA, Nelson. *O problema da História na Ciência Jurídica Contemporânea*. Porto Alegre: Escola Osvaldo Vergara, 1978.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras-século XIX. Senhores e cativos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

_____. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

_____. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack. Guarulhos*, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2008.

SCHEIDEL, W. Human mobility in Roman Italy, II: The slave population. *Journal of Roman Studies*, 95, 2005.

SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Empire and antislavery – Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre 1860-1899*. Campinas/Rio de Janeiro: Edunicamp/Paz e Terra, 1991.

SEWELL JR, William H. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. *The American Journal of Sociology*. Vol. 98, No. 1, pp. 1-29, 1992.

SILVA, Mozart Linhares. *O Império dos Bacharéis. O Pensamento Jurídico e a Organização do Estado-Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2003.

SINÉSIO, Daniel Jacuá. *A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógenas (1862-1865)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*. Vol. 8, No. 1, pp. 3-53, 1969.

_____. Motives, Intentions and the Interpretation of Texts. *New Literary History*. Vol. 3, No. 2, On Interpretation: I pp. 393-408, Winter, 1972.

_____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James (org.). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*. Cambridge Polity Press, p. 29-67, 1988.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen*. Nova York, 1947.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. São Paulo: Edusp, 2011.

TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

TOSI, Giuseppe. Aristóteles e a escravidão natural. *Boletim do CPA*. Campinas, nº 15, jan./jun, 2003.

ULLMANN, Reinhold A. *O estoicismo romano*. Porto Alegre: Edupucrs, 1996.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza (1821-1909)*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., v. II, 1940.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: séculos XII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Cinquenta anos de existência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

VIDAL, Armando. “O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros”. In: Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos jurídicos (1827-1927), tomo I*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, pp. 375-430, 1928.

WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil e a lei penal no Império (1822-1871) In: WOLKMER, Antônio Carlos (org). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, pp. 331-349.

WOLKMER, Antônio Carlo. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

YOUSSEF, Alain El. *Haitianismo em perspectiva comparada: Brasil e Cuba (séculos XVIII-XIX)*. 4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba: maio de 2009. ISBN: 978-85-61022-23-5.

_____. *Imprensa, política e escravidão: Rio de Janeiro, 1822-1850*, Dissertação(Mestrado em História Social) Programa de Pós graduação em História Social, Universidade de São Paulo - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

ZERMEÑO, Guillermo Padilla. *La Cultura Moderna de la Historia: Una Aproximación Teórica e Historiográfica*. Mexico D.F.: El Colegio de México, 2004.

_____. “História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850”. *Almanack brasiliense*. No07, Maio, 2008.

ZERON, Carlos Alberto. *Linha de fé. A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.